

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI – UNIVALI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –  
PROPPEC  
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS –  
CEJURPS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP**

**GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO LAZER: UMA ANÁLISE SÓCIO-  
ESPACIAL NO CONTEXTO URBANO DE ITAJAÍ (SC)**

**Edegilson de Souza**

**Itajaí [SC], 2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI – UNIVALI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –  
PROPPEC  
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS –  
CEJURPS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP**

**GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO LAZER: UMA ANÁLISE SÓCIO-  
ESPACIAL NO CONTEXTO URBANO DE ITAJAÍ (SC)**

**Edegilson de Souza**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora  
no Mestrado Profissionalizante em Gestão de  
Políticas Públicas, da Universidade do Vale do  
Itajaí – UNIVALI, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, como  
exigência parcial para obtenção do título de  
Mestre em Gestão de Políticas Públicas /  
Profissionalizante.**

**Itajaí [SC], 2006**

Dedico esta Dissertação às pessoas que contribuíram para a sua realização. Em especial, aos atores sociais que gentilmente manifestaram suas opiniões sinceras, subsidiando este, que é o primeiro estudo a abordar a temática do lazer como conteúdo de política social no município de Itajaí. Dedico, também, aos gestores públicos municipais de Itajaí relacionados às políticas setoriais de lazer que, se aprovadas, possam aplicar os conhecimentos e estratégias contidas neste documento à promoção do desenvolvimento social e ao exercício da cidadania.

## AGRADECIMENTOS

Para a elaboração do presente trabalho foi necessária à colaboração prestimosa de pessoas solidárias que não mediram esforços para a concretização deste desafio, são elas: especialmente à minha mãe, dona Tereza, que nos insistentes aconselhamentos quanto ao tempo excessivo à frente do computador, sua intenção era zelar pela minha saúde; à minha paixão, amiga e parceira Elisabete, que colaborou efetivamente com idéias, ações e, principalmente, com seu alto astral motivador, incentivando-me a fazer o melhor; aos meus familiares pela motivação, apoio e carinho, especialmente a Maria das Neves pela força e ao mais novo sobrinho Nagel, uma nova vida que nasce para proporcionar felicidade e harmonia; aos Coordenadores do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas: Prof. Dr. Julian Borba e Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell, pelo gerenciamento competente e sempre disponível; aos colegas de mestrado e aos professores, que me ajudaram a abrir novos horizontes e oportunidades de conhecimento; ao Prof. MSc. Sergio Saturnino, pela importante indicação teórica; à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José Reis e ao Prof. Dr. José Roberto Severino, pelas contribuições valiosas à melhoria do projeto de pesquisa; ao Juliano e a Thais, sempre cordiais e prestativos; à bolsista Anna Kleine Neves, que contribuiu efetivamente na realização da pesquisa de campo; aos colegas do grupo de estudos sobre Teoria Política: Alessandro, Gisele, Janaina, Elias, Sergio, Prof. MSc. Ivan e Prof. Dr. Flávio Ramos sob coordenação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell; à amiga Silvana Montibeller cuja colaboração nas reivindicações foi decisiva para institucionalização da lei municipal que assegura dispensa remunerada aos profissionais de educação da rede municipal de ensino de Itajaí para cursar o Mestrado, uma conquista extremamente importante para o acesso ao conhecimento científico e ao aperfeiçoamento profissional; às pessoas que concederam entrevista nas comunidades, nos órgãos públicos e privados cujas informações subsidiaram o resultado final desta dissertação.

Merece um agradecimento todo especial a pessoa mais importante na produção desta laboriosa Dissertação, que é a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, minha querida e dedicada orientadora, que em todos os momentos esteve ao meu lado, cobrando, incentivando, corrigindo, colaborando com materiais textuais e, principalmente, zelando pela qualidade, cientificidade e legitimidade do presente trabalho.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que colaboraram de alguma forma na elaboração deste trabalho inédito sobre a gestão de políticas públicas do lazer no contexto sócio-espacial de Itajaí.

Como toda política social, a política de lazer deve se prestar a reduzir o fosso da desigualdade social construída ao longo da história brasileira, favorecendo a consolidação do processo democrático por meio do desenvolvimento de uma consciência cidadã. (SOUZA, 2006).

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	vii
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	viii
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	ix
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	x
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	xi
<b>RESUMO</b> .....	xii
<b>ABSTRACT</b> .....	xiii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I</b> .....	20
<b>1 MARCOS TEÓRICOS SOBRE O LAZER</b> .....	20
1.1 Considerações Sobre a Dimensão Utilitarista do Lazer.....	22
1.2 Fundamentos Histórico-Conceituais do Lazer .....	28
1.3 Tempo de Trabalho x Tempo de Lazer: a nova ordem da modernidade.....	32
<b>CAPÍTULO II</b> .....	39
<b>2 GERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DO ESTADO CONTEMPORÂNEO</b> .....	39
2.1 Novas Tendências do Estado na Era da Globalização: políticas sociais e lazer.....	43
<b>CAPÍTULO III</b> .....	48
<b>3 PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO LAZER EM ITAJAÍ (SC)</b> .....	48
3.1 Características da Organização Sócio-Espacial do Lazer no Município de Itajaí (SC)..	53
3.2 Institucionalização da Gestão de Políticas Públicas de Lazer Local .....	67
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	75
<b>4 O LAZER NA PERSPECTIVA DOS DIFERENTES ATORES SOCIAIS NO CONTEXTO ATUAL DE ITAJAÍ (SC)</b> .....	75
4.1 Perfil Sócio-Econômico dos Usuários e Gestores Públicos e Privados do Lazer .....	77
4.2 Análise e Interpretação dos Aspectos Quantitativos e Qualitativos do Lazer Local .	84
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	107
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	111
<b>APÊNDICES</b> .....	119

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1 - Proporção da população por espaço público de lazer na zona urbana de Itajaí.....</b>	<b>88</b>
<b>QUADRO 2 - O que é lazer? Representações sociais do lazer por grupos de atores e categorias de análise.....</b>	<b>99</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1 - Distribuição etária dos usuários do lazer</b> .....	78
<b>GRÁFICO 2 - Perfil econômico dos usuários do lazer (Emprego)</b> .....	79
<b>GRÁFICO 3 - O seu Bairro possui espaços públicos de lazer com equipamentos?</b> .....	87
<b>GRÁFICO 4 - O seu Bairro possui espaços privados de lazer?</b> .....	93

## LISTA DE FIGURAS

<b>FUGURA 1 - Mapa dos Equipamentos Públicos de lazer em Itajaí (SC) .....</b>	<b>89</b>
--	-----------

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1 - Censo Demográfico de Itajaí referente ao período de 1960 a 2000 .....</b>	<b>55</b>
<b>TABELA 2 - Distribuição dos usuários do lazer por Bairro .....</b>	<b>76</b>
<b>TABELA 3 - Perfil econômico dos usuários do lazer (Renda) .....</b>	<b>80</b>
<b>TABELA 4 - Perfil educacional dos usuários do lazer .....</b>	<b>82</b>
<b>TABELA 5 - Que espaços você utiliza com mais frequência em seu tempo livre para a prática do lazer? .....</b>	<b>84</b>
<b>TABELA 6 - Qual ou quais as modalidades de lazer que você pratica com mais frequência? .....</b>	<b>86</b>
<b>TABELA 7 - Quais são as necessidades de seu Bairro relativas aos espaços públicos de lazer? .....</b>	<b>96</b>
<b>TABELA 8 - Qual é a função social do lazer nos espaços públicos? .....</b>	<b>102</b>
<b>TABELA 9 - Como você avalia as ações do governo municipal quanto às políticas setoriais de lazer? .....</b>	<b>103</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AABB</b>	Associação Atlética Banco do Brasil
<b>ALATIR</b>	Associação Latino-Americana de Lazer e Recreação
<b>AMFRI</b>	Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí
<b>ANI</b>	Associação Náutica de Itajaí
<b>ASPMI</b>	Associação dos Servidores Públicos Municipais de Itajaí
<b>CCI</b>	Centro de Convivência do Idoso
<b>CIP</b>	Cia. Itajahyense de Phósporos
<b>DEPLAN</b>	Departamento de Planejamento e Geoprocessamento
<b>FITUR</b>	Fundação Itajaiense de Turismo
<b>FME</b>	Fundação Municipal de Esportes
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPEA</b>	Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>JASC</b>	Jogos Abertos de Santa Catarina
<b>JEI</b>	Jogos Escolares de Itajaí
<b>JORME</b>	Jogos da Rede Municipal de Ensino
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>OLEI</b>	Olimpíada Estudantil de Itajaí
<b>PETI</b>	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>SEDGER</b>	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TECONVI</b>	Terminal de Containeres do Vale do Itajaí
<b>UNESCO</b>	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
<b>UNIVALI</b>	Universidade do Vale do Itajaí
<b>WLRA</b>	<i>World Leisure and Recreation Association</i> (Associação Mundial de Lazer e Recreação)

## RESUMO

A análise acerca da gestão de políticas públicas de lazer no município de Itajaí, na última década, remete à problemática do modelo de organização sócio-espacial construído ao longo da história local em que se constatou a preponderância dos espaços privados em detrimento dos espaços públicos, limitando significativamente a popularização das atividades de lazer. Neste sentido, buscou-se identificar e compreender as condicionantes políticas, sociais e econômicas que nortearam o poder público local na institucionalização do lazer impulsionado pelo processo de urbanização local na primeira metade do Século XX. Porém, foi a partir da década de 1970, que os atores políticos locais engendraram a nova dimensão social do lazer local a partir da institucionalização de uma gestão de políticas públicas balizada nos princípios básicos da administração pública. Atualmente, no Brasil, o lazer está amparado juridicamente como direito social assegurado pela constituição federal de 1988, cabendo ao estado formular sua agenda social considerando esse fenômeno sociológico. Assim sendo, nesta Dissertação pretende-se estudar a atual situação sócio-espacial do lazer no município e Itajaí, nas dimensões pública e privada, razão pela qual deve ser entendida como atribuição do poder público local a efetivação de políticas setoriais como “forma de promoção social”.

Palavras-Chave: políticas públicas, espaço, lazer.

## ABSTRACT

The analysis of the management of public leisure policies in the town of Itajaí, over the past decade, comes down to the problem of the model of socio-spatial organization, constructed throughout the history of the town, in which a predominance of private spaces is seen, to the detriment of public spaces, significantly limiting the popularization of leisure activities. In this sense, it seeks to identify and understand the political, social and economic conditioning factors that guide the public authorities in the institutionalization of leisure, prompted by the process of local urbanization in the first half of the 20th Century.. However, it was from the 1970s onwards that the local political players engendered the new social dimension of leisure, based on the institutionalization of a public policy management based on the basic principles of public administration. Nowadays, in Brazil, leisure is legally supported as a social right, guaranteed in the 1988 Federal Constitution, and it is the responsibility of the state to take this sociological phenomena into consideration when constructing its social agenda. This Dissertation therefore seeks to study the current socio-spatial situation of leisure in the town of Itajaí, in the public and private spheres, therefore the implementation of sector policies should be seen as an attribute of the local public authorities, as a “form of social promotion”.

Key words: public policies, space, leisure.

## INTRODUÇÃO

A modernidade abarcou as grandes transformações científico-tecnológicas. Através da história, a humanidade alcançou grandes conquistas no mundo do trabalho, desde a redução de sua carga horária, até o direito à aposentadoria e a férias remuneradas. Entretanto, na sociedade pós-industrial, paralelamente aos avanços da ciência, à velocidade das mudanças e às potencialidades tecnológicas, o trabalhador ainda sofre grande desgaste físico e mental devido às pressões e exigências sofridas diariamente, tanto no seu local de trabalho, quanto em sua atribulada rotina, principalmente em grandes centros urbanos.

O conceito moderno de lazer construído no seio da sociedade industrial caracterizou-se fundamentalmente pelo processo acelerado de urbanização, produzindo novas formas de sociabilidade. Esse novo modelo econômico impulsionado pelo avanço técnico-científico aplicado ao ambiente industrial, aliado às conquistas sociais decorrentes da mobilização trabalhista, resultou num cálculo inversamente proporcional, aumentando significativamente a produção e diminuindo o tempo de trabalho. O tempo livre adquiriu um valor social importante, embora o trabalho ainda seja o principal componente valorativo da sociedade capitalista.

O lazer como produto da sociedade moderna, encontra na obra de Dumazedier, fundamentos teórico-metodológicos que reafirmam seu caráter distinto daqueles postulados pelos teóricos das sociedades pré-modernas. Sua teoria se fundamenta em duas condições básicas: em primeiro lugar o tempo livre precisava sair do conjunto de atividades rituais mágico-religiosas. Em segundo lugar, o surgimento da civilização e do trabalho urbano, forçou uma ruptura entre as horas de trabalho e o tempo livre, quando nas sociedades anteriores estes fatores eram complementares. O moderno conceito de lazer se consolidou com a regulamentação do tempo de trabalho, criando concomitantemente o tempo de lazer.

A chamada sociedade pós-industrial apresenta novos desafios sócio-econômicos como o desemprego, o aumento da expectativa de vida, a violência urbana, a necessidade de lazer, entre outros, que demandam grandes investimentos e ações criativas do Estado para o enfrentamento dos problemas da sociedade urbana moderna.

No contexto local, as atividades de lazer assumiram inicialmente um caráter prioritariamente privado, concomitantemente ao processo de urbanização decorrente da transformação de uma economia de base agrária para uma economia voltada às atividades prioritariamente comerciais. Desde a criação oficial do município no início do Século XIX até

a segunda metade do Século XX, o tratamento dado ao lazer pelo poder público municipal de Itajaí foi sempre precário. Não havia uma política de lazer institucionalizada, nem tão pouco, estudos ou projetos direcionados a este fenômeno social.

Na década de 1970, o governo municipal iniciou um processo de gestão de políticas públicas setoriais de cultura, esporte e lazer, com metas bienais e ações diversificadas, que pretendiam abranger todo o município.

Atualmente, observa-se um avanço progressivo da privatização dos espaços urbanos de Itajaí, reduzindo significativamente os espaços públicos que ainda restam, principalmente àqueles destinados ao lazer. Essa limitação espacial aliada a outros fatores sócio-culturais, tecnológicos e econômicos acaba gerando uma demanda reprimida cujas únicas alternativas à prática de lazer se restringem aos espaços privados. Por outro lado, percebe-se que a sociabilização, um dos principais fundamentos da condição humana, está se deteriorando gradativamente, é o que alertam os sociólogos contemporâneos. Além do mais, pressupõem-se que o lazer não é tratado como uma das prioridades na agenda social do município, sobretudo, como direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 217 e pela própria Lei Orgânica do Município de Itajaí, de 1990, no seu artigo 196.

A combinação destes fatores constitui-se no mote do presente estudo, cujo objetivo é analisar a gestão de políticas públicas do lazer no contexto sócio-espacial urbano do município de Itajaí (SC), levantando e discutindo sua relevância, significado e características locais.

O tratamento metodológico adotado na pesquisa foi construído a partir de parâmetros viáveis devido à complexidade que envolve o conceito de lazer. Para tanto, procurou-se apresentar um recorte significativo dos espaços e práticas de lazer no contexto local, demonstrando-se alguns exemplos representativos de tal transformação política e social, perpassando pela organização sócio-espacial de Itajaí, nas esferas público/privada.

A pesquisa foi ancorada num caráter basicamente qualitativo, pois se pretendeu enfocar a dinâmica dos atores sociais e políticos na configuração do lazer, a partir de conceitos produzidos por diversos autores, visando dar ao presente estudo uma fundamentação teórica que favorecesse a compreensão da realidade empírica local. Procurou-se trabalhar dentro de um universo de significados e motivos, seguindo aspirações, crenças, valores e atitudes, desenvolvendo-se uma abordagem qualitativa do lazer no contexto de Itajaí.

Dentre os principais conceitos abordados, destacam-se os de lazer, trabalho, ócio, tempo livre, políticas públicas e espaço urbano.

Para o levantamento dos aspectos subjetivos não foi adotado tratamento estatístico específico, devido à grande dificuldade de se compatibilizar o tempo de realização da pesquisa de campo e a disponibilidade dos usuários do lazer em conceder as entrevistas nos respectivos bairros onde residem. Desse modo, considera-se que o recorte quantitativo dos atores investigados tenha sido suficiente para o objetivo da pesquisa. Portanto, procurou-se quantificar aleatoriamente um número total de 126 sujeitos, adotando-se o método de entrevista por meio de questionários abertos e fechados (anexos), distribuídos em três categorias de análise: 1) Usuários do lazer (Apêndice A): nessa categoria foram entrevistados de forma aleatória 110 atores sociais geograficamente dispersos nos 16 bairros da zona urbana de Itajaí: Cordeiros, São Vicente, Cidade Nova, Barra do Rio, Vila Operária, Fazenda, Praia Brava, São João, São Judas, Ressacada, Canhanduba, Salseiros, Espinheiros, Itaipava, Dom Bosco e Centro. 2) Gestores públicos (Apêndice B): foram entrevistados 8 agentes políticos municipais com poderes decisórios diretamente vinculados ao tema da pesquisa, incluindo Prefeito, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Coordenador do Orçamento Participativo; Superintendente da FME (Fundação Municipal de Esportes); Superintendente da Fundação Cultural de Itajaí; Superintendente da FITUR (Fundação Itajaiense de Turismo); Secretária de Educação e Secretária de Assistência Social. 3) Gestores privados (Apêndice C): foram entrevistados os dirigentes e/ou assessores de 8 instituições representativas do lazer em Itajaí, incluindo ASPMI (Associação dos Servidores Públicos Municipais de Itajaí), Itamirim Clube de Campo, Clube Náutico Almirante Barroso, Clube Náutico Marcílio Dias, Sociedade Guarani, Clube de Caça e Tiro Vasconcelos Drumond, Sociedade Recreativa e Cultural da Fazenda e Sociedade Recreativa e Cultural Tiradentes. Quanto ao levantamento dos aspectos objetivos, foram efetuadas coletas de dados quantitativos junto a órgãos públicos municipais, a instituições privadas, bem como pesquisas por meio eletrônico (*Internet*) e pela observação *in loco* dos espaços de lazer local, agrupados em categorias de análise.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro trata dos marcos teóricos que fundamentam a temática da pesquisa. Neste capítulo são abordados os pressupostos conceituais do lazer no sentido de ampliar a compreensão acerca do seu significado e importância sócio-cultural, analisando-se sua diversidade semântica em relação aos contextos históricos estudados. A abordagem sucinta da dinâmica do fenômeno do lazer socialmente construído desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais teve como base científica a produção teórica de estudiosos da área da sociologia e, mais especificamente, da sociologia do lazer, discutindo-se criticamente suas concepções e contribuições conceituais através da análise comparada dos principais pressupostos teóricos sobre o tema.

O segundo capítulo é dedicado à compreensão do papel do Estado contemporâneo no que tange à definição de políticas sociais e, especificamente, do lazer. O entendimento acerca da teoria política do Estado é fundamental para o objetivo do presente trabalho, já que o estudo proposto pretende analisar a gestão de políticas públicas de lazer no município de Itajaí, onde os gestores públicos assumem um papel importante como agentes do Estado.

Alguns autores se demonstram pessimistas quanto ao futuro do Estado-Nação e do próprio modelo de democracia representativa, que já não atende às expectativas sociais. Nesta parte, o trabalho explicita algumas reflexões acerca das perspectivas de geração e efetivação de políticas públicas pelo Estado, em especial às relativas ao lazer, iniciando pelas discussões da materialização de políticas sociais sob várias concepções ideológicas. As discussões contidas neste capítulo procuram enfocar as contribuições do pensamento marxista e weberiano sobre o Estado, além de autores contemporâneos que se dedicam ao tema, trazendo à luz a discussão do papel institucional do Estado moderno.

No terceiro capítulo é discutida a organização sócio-espacial de Itajaí ao longo da história, buscando-se analisar a dinâmica do lazer nas esferas pública e privada. Para tanto, se fez necessário contextualizar a organização sócio-espacial brasileira, definindo-se as bases teóricas fundamentais à compreensão das questões nacionais, regionais e locais a partir de consulta à literatura especializada e fontes bibliográficas de autores locais que enfocam os aspectos histórico-culturais voltados ao lazer. O escopo desta parte do trabalho compreende a reflexão crítico-analítica das principais características da produção sócio-espacial do município de Itajaí que determinaram à institucionalização do lazer na sua dimensão público/privada.

O *boom* da urbanização local, como, aliás, em todo o país, conforme aponta Milton Santos, acontece a partir de meados do Século XX. “Entre 1940 e 1980, dá-se a verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira”. (2005, p. 31). Este autor conclui que em apenas quarenta anos se registrou uma triplicação da população total do Brasil, por outro lado, a população urbana se multiplicou por sete vezes e meia. A partir desse período a lógica industrial vai intensificar as novas formas das cidades. Essa nova base econômica ultrapassou o limite regional para expandir-se por todo o país. Foi nesse contexto que o município de Itajaí passou por uma profunda transformação da sua configuração sócio-espacial, com um intenso processo de urbanização que acaba delineando uma nova organização espacial do município até a atualidade. Os percentuais de urbanização das cinco últimas décadas do Século XX revelam uma realidade sócio-espacial completamente diversa daquela registrada no Século XIX, cuja característica era preponderantemente rural. Itajaí,

atualmente, se caracteriza como um município essencialmente urbano, com 96,24% de seus habitantes concentrados na zona urbana da cidade.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa de campo que diagnosticou a situação sócio-espacial do lazer em Itajaí na atualidade. O processo de investigação levou em consideração o levantamento, a análise e a interpretação dos dados empíricos obtidos junto aos atores sociais e políticos nos diferentes bairros da cidade, tendo como diretriz básica teórico-conceitual os pressupostos da sociologia do lazer desenvolvidos por Joffre Dumazedier.

À exceção de alguns espaços naturais localizados em bairros nobres da cidade os quais dispõem de espaços naturais como praias e excelentes equipamentos de lazer, é possível identificar a grande distorção sócio-espacial que se produziu nas últimas três décadas. A estrutura pública de lazer nos bairros de Itajaí revela a incidência de uma profunda desproporcionalidade, caracterizada pela concentração do lazer público em áreas menos populosas. Este problema foi agravado com a falta de planejamento urbano quando da elaboração, em 1971, do primeiro Plano Diretor de Itajaí. O processo acelerado de urbanização sem uma política urbana e social efetiva causou o desequilíbrio sócio-espacial também na esfera do lazer.

Outro dado relevante a ser pontuado se refere à situação do desenvolvimento vertiginoso da cidade nos últimos dez anos. Nesse período o município de Itajaí passou por um processo de grandes transformações espaciais impulsionado pela política econômica de exportação, sem o devido planejamento da malha viária urbana, o que acarretou enormes problemas infra-estruturais decorrentes do crescimento do transporte de contêineres. Os terrenos ociosos foram rapidamente incorporados por empresas de movimentação de cargas containerizadas. Se por um lado esse cenário contribuiu como fator agregador para a economia local, gerando empregos, arrecadação de impostos com transportes etc., por outro, agravou a situação da organização urbana, causando sérios impactos, sobretudo no que se refere ao deslocamento intra-urbano e à ordem ambiental.

Por fim, a última parte do presente trabalho é destinada às considerações finais a partir dos resultados da análise e interpretação dos dados da pesquisa em que se procurou diagnosticar a realidade sócio-espacial do lazer local. Ainda nas considerações finais foram discutidos, também, os principais fatores que determinam a dinâmica do lazer nos espaços públicos, procurando contribuir com sugestões viáveis de melhorias para a gestão de políticas setoriais de lazer no município de Itajaí, já que a aplicação do conhecimento aprendido é a finalidade principal do mestrado profissionalizante em gestão de políticas públicas.

## CAPÍTULO I

### MARCOS TEÓRICOS SOBRE O LAZER

A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só pode ser contraproducente. A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade. (ARENDRT, 1981, p. 9).

A necessidade de ampliar o conhecimento acerca dos usos do tempo livre do trabalhador nos países industrializados trouxe à luz questionamentos científicos e racionais sobre este tema que fez surgir um novo ramo teórico nas ciências sociais — a sociologia do lazer.

Concomitantemente às conquistas sociais de redução da jornada de trabalho e das discussões de regulamentação do tempo liberado, cristalizava-se o debate teórico acerca do tempo livre enquanto problemática relacionada às políticas urbanas nas primeiras décadas do Século XX. Os sociólogos americanos e franceses saíram na frente, na tentativa de relacionar o fenômeno do lazer aos outros campos da realidade social. Os primeiros estudos sobre este tema, segundo Sant’Anna (1994, p. 46), datam das décadas de 1920 e 1930. Para o americano Stanley Parker a sociologia do lazer compreendia uma “parte integrante do desenvolvimento da sociologia em seu conjunto, cujas abordagens teóricas e os métodos de investigação não são peculiares ao lazer”.

Porém, já no Século XIX, as discussões acerca do fenômeno social do lazer engendraram uma mudança de enfoque determinante para a sua compreensão, no qual este passa a ser visto como tempo/espço propício para a vivência de uma multiplicidade de experiências classificadas como não pertencentes ao mundo do trabalho, visão disseminada principalmente nas modernas sociedades urbano-industriais. Assim, a partir da necessidade de conhecimento e de controle social do tempo livre dos trabalhadores nos países industrializados surge, nos Estados Unidos, um campo de pesquisa denominado “Sociologia do Lazer”, tendo como uma das causas originárias à instituição de 8 horas diárias de jornada de trabalho, que causou enorme perplexidade nos agentes políticos e econômicos americanos.

Ainda de acordo com Sant’Anna, dois franceses se destacaram nos estudos sociológicos do lazer: o primeiro é Joffre Dumazedier, que por muitos anos prestou consultoria ao SESC (Serviço Social do Comércio), contribuindo significativamente para o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo do lazer no Brasil a partir da década de

1970. Portanto, a institucionalização do lazer no país pode ser atribuída aos estudos promovidos pelo SESC, tendo como base teórico-metodológica a escola francesa representada por Dumazedier, um dos mais dedicados e conhecidos estudiosos do tema do lazer em todo mundo.

Sua teoria sustenta a tese de que “o lazer é um fim em si mesmo”, com duas funções básicas: uma de diversão, como meio de suportar as disciplinas e as coerções necessárias à vida social; e outra de descanso, como reparador das tensões físicas e nervosas provocadas pelas obrigações sociais, particularmente, pelo trabalho. (SANT’ANNA, 1994, p. 69). Outra destacada estudiosa deste tema é Marie-Françoise Lanfant, para quem a sociologia do lazer se desenvolveu como “reação às críticas marxistas”, que enfocavam o agravamento das condições de trabalho no interior do sistema capitalista. Esta última teórica agrupa as pesquisas acerca do lazer em duas vertentes básicas: uma embasada nos pressupostos marxistas da determinação do lazer como produto do crescimento industrial e técnico; e outra que considera o lazer um fim si mesmo, que exclui o indivíduo das obrigações econômicas e do trabalho.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as pesquisas sociais sobre o lazer ultrapassaram as fronteiras norte-americanas e francesas, propagando-se por diversos países e ampliando sua área de abrangência para além das ciências humanas, como, por exemplo, a economia, a saúde, o urbanismo etc.

As teorias acerca do fenômeno do lazer ecoaram por toda a Europa, interpretando-o como uma necessidade básica frente às demandas sociais por melhor qualidade de vida. Dois dos maiores instrumentos difusores dessas teorias materializaram-se com a fundação, em 1952, da WLRA – *World Leisure and Recreation Association* (Associação Mundial de Lazer e Recreação)<sup>1</sup> e, em 1968, com a Fundação Van Clé<sup>2</sup>, as quais se consolidaram como instituições fomentadoras de estudos e produções científicas sobre o lazer, reunindo teóricos de várias áreas do conhecimento.

Em outubro de 1998, o Brasil através do SESC Vila Mariana de São Paulo, sediou o 5º Congresso Mundial de Lazer, numa parceria entre o próprio SESC, a WLRA e a ALATIR (Associação Latino-Americana de Lazer e Recreação), sob a chancela da UNESCO – *United*

---

<sup>1</sup> A WRLA é uma organização internacional não-governamental cujo objetivo é promover condições ideais de lazer para o desenvolvimento humano e o bem-estar social. Com intervalos de dois anos, a Associação organiza Congressos Mundiais que funcionam como fóruns para a troca de experiências, idéias e novas descobertas científicas (SESC/WRLA, 2000, p. 9).

<sup>2</sup> A Fundação Van Clé tem como objetivos principais: servir o ser humano em geral; contribuir para a humanização do lazer e para a melhoria da qualidade de vida; estimular o trabalho científico no domínio e na prática do lazer; sustentar, de diferentes maneiras, a realização de projetos concretos que visem à melhoria da qualidade de vida ou à humanização do lazer. (SANT’ANNA, 1994, p. 47).

*Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). O evento foi organizado em torno do tema do “Lazer em uma sociedade globalizada: inclusão ou exclusão?”, reunindo intelectuais e pesquisadores de diversos países numa grande discussão de caráter interdisciplinar, da qual participaram, entre outros, Domenico De Masi (Itália), Roberto Kurz (Alemanha), Milton Santos (Brasil), Mike Featherstone (Inglaterra), Saski Sassen (Estados Unidos), Teixeira Coelho (Brasil), Raquel Rolnik (Brasil). A problemática norteadora das discussões abrangeu três aspectos primordiais os quais delimitam as perspectivas do homem na atualidade: lazer, globalização e justiça social.

No limiar do Século XXI, o lazer se consolida institucionalmente com o fortalecimento de organismos multilaterais de promoção, pesquisa e produção científica preocupados com a humanização do lazer para a melhoria da qualidade de vida. Sua institucionalização como um direito essencial do ser humano e como parte de suas atividades permanentes foi confirmada na Carta do Lazer<sup>3</sup>, da WLRA, formalizada em 1983. No 5º Congresso Mundial de Lazer (1998) foi reafirmada a Carta do Lazer como uma diretriz no enfrentamento de oportunidades e ameaças da globalização, bem como dos desafios do novo século. Em seus dez artigos, ela prioriza os elementos essenciais de afirmação do lazer como valorização do desenvolvimento social e individual, chamando à responsabilidade as instituições públicas e privadas diante da importância das manifestações do lazer na atualidade.

Em seu artigo primeiro, a Carta define: “o Lazer (incluindo o jogo) é o tempo em que temos autonomia e limites para buscar experiências significativas sem ferir as normas e os valores da sociedade que valorizem o desenvolvimento social e individual”. (SESC-SP, 1998, p. 1). Percebe-se neste conceito uma preocupação em institucionalizar o lazer, de forma programada e em conformidade com as regras e valores sociais, tendo como pano de fundo sua utilidade diante do sistema econômico vigente, ficando o ócio relegado à marginalidade.

### **1.1 Considerações Sobre a Dimensão Utilitarista do Lazer**

A interpretação utilitarista do lazer, segundo Marcelino (1998), abrange quatro dimensões: a romântica, cuja visão é nostálgica e tradicional; a moralista, motivada pelo caráter ambíguo do lazer; a compensatória, que atribui ao lazer uma forma de contrapartida da

---

<sup>3</sup> Os dez artigos na íntegra estão disponíveis em <http://www.sescsp.org.br>.

alienação e insatisfação do trabalho e; finalmente, a utilitarista, que trata o lazer como instrumento de reposição das forças produtivas e, mesmo de desenvolvimento. É imperativo, porém, destacar que estas dimensões do lazer são complementares, o que compromete sua interpretação e análise, se tomadas isoladamente.

Sant'Anna (1994) também enfatiza a condição utilitarista do lazer ao afirmar que a pretensão das novas teorias do lazer objetivavam na realidade a transformação dos usos do tempo livre em práticas úteis, disciplinadas, em lazer e não em ócio. Mas para que esse objetivo se consolidasse foi necessário transformá-lo numa disciplina, com poderes para conformar o homem inserindo em uma relação de “docilidade-utilidade”. Em outras palavras, construindo corpos exercitados, adequados à economia, porém dóceis do ponto de vista político.

Esta mesma autora chama a atenção para a preocupação dos teóricos da sociologia do lazer em justificar os prazeres em torno dos usos do tempo livre, os quais repousavam no entendimento de que

em breve se estaria vivenciando uma *civilização do lazer*, que necessariamente, segundo a opinião de diversos estudiosos, coloca o homem na divisa de dois caminhos opostos: aquele em que o lazer é uma *maldição*, pois contraria frontalmente os valores sociais, morais e econômicos que sustentam o sistema capitalista, e aquele que o lazer se oferece para salvar o homem daquela tendência que visa a destruí-lo ou tragá-lo num movimento enlouquecido do ócio e dos vícios. Neste último caso, o lazer torna-se uma *bênção* ao sistema social. (SANT'ANNA, 1994, P. 52).

Confirmando essa percepção da chamada civilização do lazer, Requixa (1977, p. 37), conclui: “[...] o lazer não é apenas distinto do ócio, mas também pode até ser utilizado para combater alguns males oriundos da própria ociosidade”.

A frase “Quanto mais os meus povos trabalharem, menos vícios terão”, cunhada por Napoleão em 1807 e resgatada por Lafargue (2003, p. 25), sintetiza o caráter marginal e desmoralizador atribuído ao ócio já no início do Século XIX. O desenvolvimento político-ideológico do capitalismo alcançou uma eficácia tal que o proletariado passou a clamar incondicionalmente por trabalho. Homens, mulheres e, inclusive, as crianças formavam a força de trabalho que demandava exaustivas jornadas de 12 a 14 horas diárias. Paradoxalmente, o novo estilo de vida burguês, cujo tempo liberado e as condições financeiras permitiam desfrutar do lazer sem restrições, se impôs à custa do excedente de trabalho do proletariado.

Lafargue continua sua contundente crítica ao modelo capitalista de produção afirmando que a concorrência entre o homem e a máquina fez com que os trabalhadores abolissem “as sábias leis” que limitavam o trabalho dos artesãos das antigas corporações. Isto porque os mesmos trabalhavam apenas cinco dias por semana, sendo, por isso, duramente criticados pelos “economistas mentirosos” que, segundo este autor, lhes imputava o rótulo de viverem somente de “sombra e água fresca”. “Ora vamos! Eles tinham tempo livre para gozar as alegrias da terra, para fazer amor, para se divertir, para se banquetear em honra do alegre deus do Fazer Nada”. (LAFARGUE, 2003, p. 47).

Aprofundando a discussão do caráter utilitarista do lazer Cunha (1987, p. 19) considera que “o conteúdo do tempo livre de lazer permanece sujeito a uma série de circunstâncias sociais, culturais, econômicas, ideológicas e físicas, da mesma forma que a qualidade ou a força de trabalho que se vende ou se troca”. Desta maneira, a possibilidade de lazer é proporcional à capacidade de consumo e a posição hierárquica na estrutura social. Assim o autor conclui que não se trata de uma escolha ou uma construção social livre. “Suas formas individuais e coletivas não surgem nem são vividas, a não ser como emanações da própria economia política.” (CUNHA, 1987, p. 20). O tempo livre de lazer permanece condicionado a várias circunstâncias: no campo das idéias, é uma categoria que não se afirma como essência humana; sua liberdade é derivativa do tempo produtivo; sua flexibilidade é dependente das relações sociais de produção. Neste sentido, é uma categoria residual de existência, vivida em função de responsabilidades e obrigações profissionais, extra-profissionais e das necessidades fundamentais da vida. O lazer é convertido em negação do tempo produtivo pelo seu caráter de oposição ou de compensação ao trabalho, enquanto tempo de atividade informal, fazendo com que o homem continue exteriorizando apenas parcelas de seus sentimentos, desejos e qualidades. Sendo concebido como um fator negativo em face da compulsão de outras necessidades preponderantes<sup>4</sup>, o lazer não consegue afirmar-se como autodeterminação do homem, autônomo e livre das concepções ideológicas capitalistas.

A moral burguesa tratou de impor a necessidade de trabalho às classes populares como condição *sine qua non* de convívio social. Se o ócio era progressivamente incompatível com o modelo capitalista de produção, seria, então, salutar erigir o lazer como alternativa ajustada

---

<sup>4</sup> Tais necessidades são representadas na citação sintetizada por Cunha (1987, p. 20-21) à obra de Marcuse “Eros e Civilização”. Sob o domínio do princípio de desempenho, o corpo e a mente passam a ser instrumentos de trabalho alienado; só podem funcionar como tais se renunciam à liberdade do sujeito-objeto libidinal que o organismo humano primariamente é e deseja. A distribuição do tempo desempenha um papel fundamental nessa transformação.

para o tempo livre, agora útil, ao sistema econômico vigente. Esse caráter utilitarista da sociedade capitalista condicionou o tempo livre do lazer sob a égide da produção, é o que afirma Sant'Anna (1994), considerando que não basta apenas a liberação do tempo sem uma profunda transformação das relações de produção e trabalho que continuam a dimensionar o tempo economicamente utilizado pelo capital, com seus valores e suas leis.

Importante destacar que a crítica dessa autora leva em consideração a conformação ideológica proposta pelos teóricos do lazer no Brasil já na década de 1970. Nesta época, o conceito adequava-se aos valores e interesses econômicos, políticos e institucionais, que a princípio não tinham, necessariamente, relação com o lúdico, a descontração e o tempo livre, por não atenderem ao binômio de desenvolvimento e progresso perseguido pelo regime militar. Nesse contexto sócio-político e econômico brasileiro, conformado sob a égide do regime autoritário, é que se configura o modelo teórico-metodológico de lazer no país, influenciado pela sociologia do lazer da escola francesa, já abordada. E Renato Requixa, na época diretor regional do SESC-SP, foi o principal articulador da implantação das novas teorias sociais do lazer e das metodologias, que deveriam disciplinar as práticas sociais a um modelo de “civilização do lazer”.

Uma nova atitude social surgia em detrimento do perigo imposto pelo ócio que era visto como uma ameaça à moral burguesa. Um exemplo dessa preocupação científica com a prática de lazer e seu ajustamento condicional à ordem estabelecida, consistia em estratégias de massificação de atividades lúdico-esportivas. “(...) a atividade esportiva seria utilizada como meio de reajustar o indivíduo à sociedade, ao seu trabalho e à sua família, trazendo-o para o seio da ordem e das normas sociais”. (SANT'ANNA, 1994, p. 47).

Folliet (1965, p. 35), analisando as representações culturais, chama a atenção para a hierarquização social fundamentada no que ele chama de cultura burguesa, que “se perde por sua soberba. Ao mesmo tempo, ela traz o estigma do utilitarismo que a engajou no serviço a uma classe”. Por outro lado, o autor vislumbra sem excesso de otimismo, os elementos de uma nova cultura, que na falta de termo mais preciso a denomina de “cultura de massas”. Porém, enfatiza que para fazer dela uma cultura humana é necessário “desmassificá-la”. Isto é, transformá-la numa cultura popular sem se permitir cair nas armadilhas da alienação intrínseca nas modalidades e equipamentos de lazer que o fetiche solapa pelo desejo produzido na imaginação ingênua da classe trabalhadora. O lazer poderia representar excelentes oportunidades culturais para a classe operária. Entretanto, o trabalhador acaba encontrando nele “uma exploração de tipo diferente do trabalho e talvez mais pernicioso, na

medida em que ele menos a percebe, na medida também em que ela pode despertar nele instintos de ociosidade e de baixezas”. (FOLLIET, 1965, p. 53-54).

No ponto de vista desse mesmo autor, o lazer seria um produto coletivamente construído a partir da unidade humana e, como tal, estaria sujeito às críticas e transformações objetivas. Porém, com o devido cuidado da proteção contra a perda da identidade cultural e política de classe, principalmente quando se copia o estilo de vida burguês.

Da teoria à prática, as estratégias disciplinadoras da classe hegemônica passam às vezes despercebidas quando se trata das transformações dos espaços públicos urbanos que, em nome do lazer e da sociabilidade, escondem os reais interesses político-econômicos. A análise de Sant’Anna (1994) acerca das transformações arquitetônicas da cidade de São Paulo na década de 1970, sob a gestão de Paulo Salim Maluf, dá a dimensão exata do estratagema político conservador. Dois exemplos são suficientes para ilustrar a análise da autora: os incentivos à construção de *shopping centers* e os investimentos públicos na construção de praças de esportes e estádios nos bairros periféricos, além dos centros recreativos em substituição aos locais tradicionais de mobilidade social. No primeiro caso – o dos *shopping centers* – a idéia do lazer cotidiano foi amplamente utilizada como instrumento estratégico de sociabilidade para o consumo, criando-se uma nova mentalidade no espaço urbano. No segundo caso, o que estava em jogo era a substituição dos espaços e atividades “perigosas” enquanto locais de resistências à ordem estabelecida, por espaços e atividades que, ao invés de ameaçar, fossem favoráveis à disciplina moral e social conservadora.

O ideário capitalista, instrumentalizado pelo lazer, propiciava as condições de controle da militância política, a chamada juventude perdida ou rebelde dos anos do regime antidemocrático brasileiro pós 1964. As teorias sociológicas do lazer da escola francesa influenciaram significativamente o aporte teórico-metodológico brasileiro sobre o tema. Neste caso em particular, percebe-se que o poder público paulistano tinha por finalidade possibilitar “à juventude o aperfeiçoamento do exercício físico, cultural e moral, porque a prática de esporte tem por meta não só a cultura física como também a disciplina moral”. (SANT’ANNA, 1994, p. 87). A conjuntura política da época justificava a busca por essa disciplina moral que traduzia aquele momento turbulento da história brasileira. Neste sentido o lazer configurava-se como elemento estrategicamente condicionado à ordem político-econômica estabelecida.

Cavalcanti (1984) afirma que o tempo livre do indivíduo na sociedade industrial é um tempo destinado ao consumo dos bens por ela produzidos. Desta maneira o objetivo de parte deste tempo livre está associado à recuperação psicossomática do indivíduo mantendo-o

integrado plenamente à sociedade em que vive. Segundo esta mesma autora a ideologia intrínseca ao conceito moderno de lazer “veicula ‘massivamente’ a autonomia do indivíduo no seu tempo livre como um direito concedido pela sociedade após o cumprimento de todas as suas obrigações sociais”. (CAVALCANTI, 1984, p. 65). Se o lazer é um produto da sociedade capitalista, então surge uma questão central: onde estaria o espaço para o seu real desenvolvimento como Homem, se a liberdade de escolha na atual sociedade industrial capitalista é de fato ilusória? Em resposta a este questionamento, a própria autora considera que o tempo livre deveria ser um tempo predominantemente de autodefesa do indivíduo como forma de fortalecimento como ser humano e conseqüentemente para sua libertação de todos os setores da vida social, num processo dialético entre os interesses da sociedade e os interesses do próprio indivíduo.

O surgimento das teorias administrativas com ênfase na organização científica do trabalho, cujas influências para os estudos do lazer puderam ser verificadas ao longo das primeiras décadas do Século XX, é abordado por Souza (2004), que destaca a importância das teorias clássicas da administração de Frederick Winslow Taylor, Henry Ford e Henri Fayol sobre os estudos do lazer, por mais paradoxal que possa parecer principalmente no que se refere à teoria remanescente das relações humanas, desenvolvida por Elton Mayo.

Para Souza (2004), o taylorismo surgido nos Estados Unidos não aborda diretamente o lazer. Sua filosofia segue os princípios da racionalidade dos processos produtivos, limitando-se apenas a fazer menções de que não se deve buscar o máximo de trabalho que o homem pode realizar em um curto espaço de tempo, mas o melhor rendimento que um bom operário pode realmente obter, durante anos seguidos, sem prejudicar-se. Quanto à eficiência produtiva, a teoria de Taylor assemelha-se à de Ford, também americano. Para ele “a melhoria da qualidade de vida do trabalhador seria promovida, principalmente, por uma melhor remuneração, devida à intensificação e exaltação do trabalho”. (SOUZA, 2004, p. 57).

Os estudos acerca da racionalização dos processos produtivos ligados à fragmentação e ao controle do tempo no trabalho são encontrados, também, na teoria desenvolvida pelo francês Fayol, o qual

procurou demonstrar que a previsão científica e métodos adequados de gerência levariam a resultados satisfatórios inevitáveis. Suas idéias se assemelham bastante às de Taylor, no entanto Fayol adota um processo de maior centralização na gestão. As idéias de ambos podem ser consideradas complementares, um como expoente da gerência científica nos Estados Unidos (Taylor) e o outro na França (Fayol). (SOUZA, 2004, p. 57).

Ainda segundo Souza (2004), Fayol também não aborda diretamente o lazer como um fator capaz de melhorar a qualidade de vida do trabalhador ou aumentar a produtividade, pois a preocupação se volta para a execução dos movimentos no processo produtivo, de maneira que o trabalhador possa produzir por anos seguidos sem se prejudicar fisicamente.

Essa visão tecnicista e mecanizada de aprisionamento do corpo e da “alma” dos trabalhadores inspirou as discussões dos humanistas da segunda década do Século XX, quando surgiu nos Estados Unidos. Corrente de pensamento que ficou conhecida como a Teoria das Relações Humanas, iniciada por Mayo no final dos anos de 1920, foi uma reação ao mecanicismo racional da teoria clássica da organização científica do trabalho. A teoria das relações humanas enfatizava os fatores sócio-ambientais influentes à melhoria da produção, destacando no bojo de suas pesquisas a análise do caráter psicológico nas relações sociais de produção, inclusive quanto aos efeitos da redução da carga horária de trabalho.

A diversão e o lazer podem ser vistos como um prolongamento do próprio trabalho, sendo procurados por aqueles que desejam escapar da rotina mecanizada para se revigorar, tendo em vista enfrentar, novamente, as condições de trabalho. Aliado a isto, os pressupostos Fordistas promovem um aumento do poder aquisitivo ao mesmo tempo em que se dissemina “uma nova mentalidade consumista, que incentiva grandes investimentos em marketing e propaganda, instituindo um ciclo de produtividade-consumo-produtividade”. (WERNECK e ISAYAMA, 2001).

Para estes autores a centralidade do trabalho é reforçada já que o homem passa a se identificar cada vez mais com esta esfera da vida, a fim de que tenha condições de consumir os “produtos” que são vendidos para a vivência em seu tempo livre. Nesse contexto, o lazer em oposição ao trabalho segue a lógica capitalista de instrumental utilitário do bem-estar dos trabalhadores cujo pano de fundo é a eficiência do processo produtivo.

## **1.2 Fundamentos Histórico-Conceptuais do Lazer**

A origem etimológica da palavra lazer está relacionada às particularidades lingüísticas latinas e gregas. Segundo a interpretação de Krippendorf (1989) é possível distinguir os significados originais da terminologia lazer de acordo com o entendimento específico das sociedades grega e romana. Para os romanos, o termo original “*licerce*” era entendido como a liberdade de se fazer algo desejado: “lícito”, “ser permitido”, “poder”. Já os gregos utilizavam o termo “*skholē*”, significando uma ação limitante de temporalidade: “parar”, “cessar” ou “tempo para si”.

Para Guerra Filho *apud* Bacal (1988) a etimologia da palavra “ócio” tem origem nobre, originando-se da expressão grega *skolé*, que em latim significa *schola*, em castelhano *escuela* e, em português, tem o significado de escola. Este significado pressupõe a educação enquanto ócio, pois do ponto de vista semântico, a raiz *skolé* implicava nos atos de parar ou cessar, indicando idéias de repouso ou paz.

De acordo com suas caracterizações semânticas, é importante ressaltar que tanto para o conceito de *licerce* romano como para o de *skholē* grego, fica evidenciado que ambos não assumem caráter absoluto de autodeterminação, pois se configuram como possibilidades diante de escolhas motivadas ou condicionadas por situações objetivas culturalmente construídas. Como afirma Platão (427 – 347 a.C.), “a maior parte das almas escolhe de acordo com os costumes da vida anterior”. (ABBAGNANO, 2000, p. 611). Portanto, na concepção platônica as escolhas são de autoria de cada indivíduo. Por isso, independem da causalidade atribuída à divindade, sendo limitada em um sentido objetivo pelas possibilidades e modelos disponíveis, e, em outro, pela motivação.

Dumazedier (1984) discute os posicionamentos controversos acerca da origem da palavra, bem como do conceito de lazer. O autor reflete criticamente diferentes manifestações de sociólogos e historiadores sobre o tema, fazendo um breve relato histórico. Sugere que para alguns estudiosos o lazer existiu em todas as sociedades, desde o que ele chama de período arcaico, até as sociedades pré-industriais. Deixa, porém, claro, que este não é o seu ponto de vista, uma vez que estas sociedades apresentavam especificidades refutáveis frente ao que define como o conceito moderno de lazer

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.” (DUMAZIDIER, 1984, p. 34).

Outros conceitos são apresentados por diferentes estudiosos que se dedicaram ao tema, como por exemplo, o explicitado por De Grazia que, analisando o lazer sobre a ótica das sociedades antigas, interpreta-o como “não trabalho”, ócio. (1966 *apud* WERNECK, 2003). Os gregos denominavam de ócio o tempo livre, visto como condição essencial ao exercício da organização política, da reflexão filosófica, da contemplação aos deuses, da arte e da guerra, já que aos escravos eram destinadas às tarefas laborais. A valorização do ócio em contraposição às atividades de trabalho era, pois, uma característica marcante da sociedade grega. As atividades de “recreio e diversão estavam diretamente relacionadas com descanso

do trabalho, e a capacidade de empregar devidamente o ócio era à base do homem livre e da felicidade humana.” (MORAES, 2002, p. 3).

Nesse viés, Aristóteles já observara que um ideal de vida espiritual constituía-se numa antítese do trabalho. “A felicidade completa consiste igualmente no ócio.” (Ética a Nicômaco, vol. 10, cap. 7).

Dumazedier (1999) sustenta a tese de que o conceito de ócio reconhecido pela sociedade romana que, inclusive, perdurou por todo período medieval, era o de que indivíduos muito ocupados buscavam o “*otium*”, ócio, não como fim em si, mas em função do “*negotium*” (negócio), negação do ócio. Comparando-se esta realidade com o ideal grego de ócio interpretado como um fim em si mesmo, percebe-se que na interação com a filosofia realista romana, o trabalho carregava um estigma depreciativo nas duas sociedades.

Essa desvalorização do trabalho tem origem na sua própria etimologia. De acordo com Moreno (2002), o termo vem de *tripalium* ou *trepalium*, do latim tardio, um instrumento romano de tortura, uma espécie de tripé formado por três estacas cravadas no chão, onde eram supliciados os escravos. Reúne o elemento “*tri*” (três) e “*palus*” (pau) – literalmente: “três paus”. Daí derivou-se o verbo *tripaliare* (ou *trepaliare*), que significava, inicialmente, a ação de torturar alguém no *tripalium*, o que fazia do “trabalhador” o carrasco, algo implacável. Somente a partir do Renascimento, o vocábulo adquiriu também o sentido atual de “labuta, atividade, exercício profissional”.

Em seu contundente manifesto “O direito à preguiça”, datado de 1883, Lafargue (2003, p. 81), afirma que os “filósofos antigos discutiam entre si sobre a origem das idéias, mas eram unânimes quando se tratava de abominar o trabalho”. Neste texto, o autor rebusca nos escritos de Heródoto (484 - 425 a.C.), as representações culturais que norteavam as sociedades antigas acerca das relações de trabalho para afirmar que no contexto sócio-cultural da antiguidade o trabalho era visto como coisa desprezível, numa realidade diametralmente inversa àquela vivida por Lafargue no final do Século XIX. Sua crítica aos “moralistas” burgueses da modernidade condena ferozmente aqueles que “inventaram o dogma do trabalho”, que resulta na exploração extremada dos trabalhadores.

No pensamento teocrático medieval, cuja essência do ócio era a busca de Deus e o cultivo da fé, o trabalho era reconhecido como algo desagradável - um castigo ao corpo que necessitava de purificação, fazendo do ócio em sua relação com a religião, no que concerne à contemplação, uma característica dogmática da igreja, cujo objetivo último era a salvação da alma. As “atividades de lazer se restringiam às festividades religiosas e às comemorações referentes às vitórias nas guerras.” (MORAES, 2002, p. 3).

Essas representações sociais<sup>5</sup> de determinadas realidades históricas são fortemente sustentadas pelo pragmatismo religioso enquanto um sistema cultural a serviço da ordem estabelecida.

Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão do mundo descreve, enquanto a visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por se apresentar como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida. (GEERTZ, 1989, p. 104).

O autor considera o efeito da religião sobre a sociedade como poderoso e duradouro fator motivacional, fundamentado em representações cobertas por uma aura geral realista.

O trabalho “era suspenso quando ocorriam imprevistos como, por exemplo, seca, inundação, doenças epidêmicas, guerras” (MORAES, 2002, p. 4). Havia ocasiões em que trabalho e lazer misturavam-se. O trabalho, por sua vez, era determinado pelos ciclos naturais das estações e dos dias, seguindo um ritmo ditado pela natureza. Os períodos de parada decorriam das pausas para repouso, descanso, jogos, competições, danças e cerimônias, não havendo possibilidade de serem compreendidos como lazer, pois não se constituíam num tempo isolado.

Dumazidier (1979, p. 26), afirma que “O lazer é um conceito inadaptado ao período arcaico. [...] Nas sociedades pré-industriais do período histórico, o lazer não existe tão pouco”. Segundo este autor as características do trabalho e do jogo no período arcaico se confundem, pois se apresentavam integradas, e as festividades englobavam o trabalho e o jogo. Da mesma forma, o ritmo natural dos cantos, jogos, cerimoniais confundidos com as atividades laborais, descaracterizam o conceito de lazer nas sociedades pré-industriais.

Este autor contrapõe o posicionamento dos pesquisadores que conceituam ociosidade como sinônimo de lazer ao dos filósofos gregos da antiguidade, bem como dos fidalgos do Século XVI. Para Dumazedier (1979, p. 27), os “privilegiados da sorte, cultos ou não, faziam pagar sua ociosidade com o trabalho dos escravos, dos camponeses ou dos valetes”. Portanto, não se trata de um complemento, nem de uma compensação e, sim, de uma substituição do trabalho. Fica evidente, a partir desta afirmação, que a concepção de lazer deve levar em consideração seu caráter de oposição ao trabalho. De forma objetiva Dumazedier conclui que “o lazer não é a ociosidade, não supre o trabalho; o pressupõe”. (1979, p. 27).

---

<sup>5</sup> Segundo Gomes (1994), envolve o entendimento de pensamentos, ações e sentimentos representativos da realidade em que se inserem os atores pesquisados.

No período renascentista, o resgate de alguns valores sócio-culturais, políticos e econômicos pré-medievais associado aos novos ideais emergentes impõem ao tempo livre uma nova característica voltada ao conhecimento e à contemplação. É nesse período, entretanto, que se inicia uma transformação radical na relação homem/trabalho/ócio, já que com a Reforma Protestante se impõem novos valores éticos e morais que iriam subverter a ordem sócio-cultural até então experimentada pelas sociedades anteriores. No contexto da Modernidade, o trabalho passa a ser uma questão de honra, pois é somente por meio deste que se alcança a dignidade humana, enquanto o ócio é duramente condenado pela ética protestante. A sociedade moderna passa a assumir uma nova postura ética, numa radical inversão de valores em relação ao trabalho e ao ócio, se comparada à antiguidade clássica. O trabalho passa a ter, sob a égide do capitalismo, uma conotação positiva.

### **1.3 Tempo de Trabalho x Tempo de Lazer: a nova ordem da modernidade**

Em "A ditadura do tempo abstrato", Kurtz (2000, p. 46) afirma: "[...] enquanto as sociedades pré-industriais somente conseguiam chegar à meta do ócio à margem da existência, o auge das atuais forças produtivas poderia tornar acessível a todos a riqueza do lazer". A "revolução capitalista" alterou as relações produtivas, mudando a função do dinheiro, que deixa de ser um meio para se transformar numa finalidade abstrata. Essa abstração valorativa tem reflexos significativos sobre o sentido moderno da categoria trabalho enquanto uma generalização social abstrata, a qual se subordina a totalidade da vida.

Com a consolidação do modo capitalista de produzir o trabalho passa a ser interpretado como uma necessidade primeira do homem. Essa inversão de valores é evidenciada por Max Weber em sua obra "A ética protestante e o espírito do capitalismo", em que analisa a mentalidade religiosa protestante como suporte ideológico de conformação espiritual à racionalidade capitalista emergente. Portanto, "a velha atitude de lazer e conforto para com a vida deu lugar à rija frugalidade que alguns acompanharam e com isso subiram, porque não desejavam consumir, mas ganhar, enquanto outros, que conservavam o antigo modo de vida, viram-se forçados a reduzir o seu consumo". (WEBER, 1994, p. 44).

Para Weber, os puritanos projetaram o ideal de vocação religiosa sobre o labor. Assim sendo, o trabalho assume uma importância sagrada enquanto o ócio passa a ser visto com desprezo. Esta moralidade prática de base ascética levou a um sistemático desprezo pela riqueza e ao mesmo tempo o ardor pelo trabalho. O puritano recusa-se a gozar os benefícios da riqueza e evita o perigo da ociosidade.

Contrariando a lógica protestante de “sacralização” do trabalho, Lafargue (1999) considera que, não obstante os avanços conquistados no período industrial, paradoxalmente fora revelado o seu lado perverso de extrema valorização da acumulação capitalista pela produção em massa, em detrimento do tempo dedicado à qualidade de vida do ser humano. “Homens fracos e desprezíveis o são todos os que desfiguraram sua natureza ociosa, a do paraíso, tornando-se industriais e dóceis, reivindicando o trabalho, fazendo-se escravos de um outro e de si mesmos.” (LAFARGUE, 2003, p. 7). A condenação do ócio presente na ética protestante, neste caso em particular denominado de preguiça, resistiu hermeticamente às contradições, desde sua inclusão, pelos católicos, entre os pecados capitais<sup>6</sup>.

[...] é preciso que o proletariado esmigalhe com os pés os preconceitos da moral cristã, econômica, livre-pensadora; é necessário que regresse aos seus instintos naturais, que proclame os *direitos à preguiça*, milhares de vezes mais nobres e sagrados do que os típicos *Direitos do Homem*, elaborados pelos advogados metafísicos da revolução burguesa; que se obrigue a trabalhar apenas três horas por dia, a enrolar e a divertir-se o resto do dia e da noite. (LAFARGUE, 2003, p. 41-43).

Também para Pimentel (2003), o tempo livre enquanto oposição ao trabalho foi concebido a partir da Revolução Industrial. Antes dela, havia outra concepção de lazer ligada ao jogo, ao lúdico, ao brinquedo e à contemplação.

É preciso considerar que esse novo conceito de lazer demandou novas ações. Para Bacal (1988), a conquista dos direitos trabalhistas reduziu significativamente a carga horária, garantindo férias remuneradas, além de outros elementos tais como, por exemplo, os recursos tecnológicos, foram determinantes na liberação do tempo de trabalho. O trabalhador passou a dispor de mais tempo para recuperar-se fisicamente, um tempo que usará com liberdade para o exercício de atividades de sua escolha. Assim, o novo significado que é atribuído ao trabalho cumpre um caráter instrumental, qual seja o de proporcionar a satisfação das necessidades vitais dos indivíduos, para que estes aproveitem do seu tempo livre, desenvolvendo a personalidade integral, física e mentalmente, já que o capital necessita de mão-de-obra saudável para manter o nível elevado de produção.

Dumazedier (1999) complementa estas reflexões lembrando que, no mundo contemporâneo, o termo ócio foi substituído, no francês, por *loisir*, e no português, por lazer. Essa mudança, aparentemente simplista e de caráter estritamente semântico, resulta de uma

---

<sup>6</sup> No século IV, São Gregório Magno e São João Cassiano definiram como os sete pecados capitais o orgulho, a avareza, a inveja, a ira, a luxúria, a gula e a preguiça. “Até hoje na Igreja existe um consenso doutrinal sobre essa classificação”. (VALADÃO, 2005, p. 1).

complexa transformação sócio-cultural, econômica e política decorrente da vigência das idéias liberais burguesas que despontam com a modernidade. As representações culturais conformaram as diretrizes norteadoras do novo paradigma capitalista emergente e, inexoravelmente, pulverizador da ociosidade.

De acordo com Dumazedier (1979, p. 20), em alguns escritos, Marx aponta que “somente a apropriação coletiva da máquina possibilitará a conquista de um tempo livre, ‘espaço do desenvolvimento humano’, que findará por humanizar o trabalho”. Portanto, seria esse tempo liberado que possibilitaria a superação do paradoxo trabalho e lazer, visando à realização do “Homem Total”. Apesar das idéias contraditórias de Comte e Proudhon em relação a Marx e sua concepção da sociedade futura, Dumazedier afirma que ambos atribuíam à mesma importância à conquista do lazer pelo avanço tecnológico e pela emancipação social.

A evolução do capitalismo na perspectiva marxista revela a ferocidade imposta pelo novo modo de produção em detrimento do tempo livre. Assim sendo, o “trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família.” (MARX, 1988, p. 21). A intensificação da produção pressiona o aumento da jornada de trabalho, impossibilitando o direito ao lazer.

Quanto ao trabalho de mulheres, diz o inspetor de fábricas Saunders no relatório fabril de 1844: “Entre as operárias, há mulheres que são ocupadas por muitas semanas sucessivas, com exceção de apenas poucos dias, das 6 horas da manhã até a meia-noite, com menos de 2 horas para refeições, de modo que, em 5 dias da semana, das 24 horas do dia só lhe sobram 6 para ir e voltar de suas casas e descansar na cama.” (MARX, 1988, p. 27).

A idéia de lazer como produto da industrialização, é enfaticamente defendida por Dumazedier (1984). A defesa de sua tese leva em consideração duas condições básicas: 1ª) a desvinculação do tempo livre das atividades místicas e religiosas; 2ª) o surgimento da sociedade industrial e urbana. A regulamentação do tempo de trabalho cria o tempo de lazer, o lazer no sentido moderno. O progresso técnico-científico cria sistemas de controle temporal com a invenção do cronômetro, enquanto o tempo de repouso começa a se diversificar com atividades de recreação, divertimento e entretenimento. O termo “repouso”, mais popular, começa a ser substituído pelo de lazer, que era usado apenas pela burguesia. Já o lazer da classe operária começou a despertar com a diminuição das horas de trabalho. Como se pode constatar são as mudanças significativas introduzidas nas relações de trabalho que passam a delinear o lazer na sua forma atual.

O controle do tempo<sup>7</sup> de trabalho remete a períodos históricos remotos nos quais, mesmo nas suas formas mais rústicas, havia preocupação como o tempo das ações humanas.

Como a conformação social, política e econômica constituem fatores determinantes das características do lazer no tempo e no espaço, por ser ele próprio – o lazer – um produto histórico-cultural cabe, aqui, ressaltar o entendimento de alguns autores sobre suas formas de representações sociais.

Werneck (2003, p.36) afirma que a cultura

constitui um campo privilegiado de produção humana em várias perspectivas, e o lazer representa uma de suas dimensões. Podemos afirmar que o lazer não é, desta maneira, sinônimo de cultura, tampouco é caracterizado apenas pelos aspectos “tempo e atitude”. De acordo com a nossa compreensão, o lazer é um artefato cultural construído pelos sujeitos a partir de quatro elementos inter-relacionados: das *ações*, do *tempo*, do *espaço/lugar* e dos *conteúdos culturais* vivenciados.

As práticas lúdicas motivadas pelo desejo e influenciadas por aspectos sócio-culturais, políticos e econômicos, que caracterizam alguns aspectos do lazer, formam o seu viés cultural. “Sendo fruto de relações sociais o lazer é visto também como um espaço de vivência cultural no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais”. (MARCELLINO, 1998, p. 40). Combina os fatores temporais e atitudinais, potencializando o lúdico, cuja essência está na alegria, no prazer, na festa e na criação. Por isso, é um tempo privilegiado à vivência de valores, os quais contribuem para mudanças de ordem moral e cultural.

Para Hoebel (1966, p. 208), a “cultura é integralmente resultado da invenção social, e pode ser considerada como herança social, pois é transmitida por ensinamento a cada nova geração”. Neste sentido, o fator preponderantemente influenciador das diferenças culturais cristaliza-se na capacidade humana de aprender, criar e de comunicar-se.

A definição de Geertz (1989, p. 228) acerca do efeito cultural é oportuna para sintetizar a conformação e adaptação social a novos padrões e valores estabelecidos ou construídos socialmente. Ele destaca que “É por intermédio dos padrões culturais, amontoados ordenados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido nos acontecimentos através dos quais ele vive”.

---

<sup>7</sup> [...] antigamente, o homem integrava seu relógio biológico a um sistema de tempo igualmente regulado pela sintonia do universo. O passar dos dias era uma unidade de medida suficiente e os relógios ainda não tinham grande utilidade [...] Os calendários foram instituídos a partir do Império Romano, motivados muito mais pela variável econômica do que pela variável tempo. Era originalmente o livro de contas das “Calendas”, período do mês em que, entre os romanos, os devedores deviam pagar os juros de suas dívidas. Como se pode ver, a idéia de que ‘*time is money*’ vem de longa data e está relacionada com a escrita. (ESTEVES, 1996, p. 44).

Hobsbawm e Ranger (1997) ao tratarem o tema da invenção das tradições fazem referências comparativas entre os conceitos de tradição e costume. Enquanto as tradições são invariáveis, seguindo rituais de práticas repetidas e formalizadas, forjadas sob os interesses de determinadas classes sociais, os costumes se caracterizam pela flexibilização e inovação. O 1º de maio, Dia do Trabalho, por exemplo, seguiu todo um ritual pré-estabelecido pela burguesia, num contexto conflituoso de pressões do operariado europeu por melhores condições de trabalho, no início da década de 1890. Era o único feriado vinculado apenas às classes operárias e logo se transformou num motivo de comemoração universal.

A dinâmica das relações sócio-culturais e econômicas impôs uma atitude de re-significação do conceito de tempo livre. A partir do paradigma da acumulação capitalista, o tempo livre é inicialmente restringido a um limite insuportável, sendo flexibilizado lentamente em decorrência das conquistas obtidas pelos movimentos trabalhistas. A história do lazer moderno pode ser confundida, segundo Dumazedier (1979), com as reivindicações sindicais por bem-estar e liberdade. Um novo conceito de lazer, em oposição ao trabalho, começa a tomar corpo, aumentando significativamente as demandas sociais por uma melhor qualidade de vida, concomitantemente ao crescente processo de urbanização e industrialização, criando também novas formas de sociabilidade e de agrupamento, o que não ocorria no Século XIX.

Com o avanço técnico-científico a produção industrial aumenta apesar da diminuição do trabalho, liberando um tempo precioso para reposição física e mental dos trabalhadores. O crescimento do tempo livre, porém, não ocorreu igualmente em todas as camadas da sociedade. Dumazedier cita três fatores que impediram ou retardaram o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do lazer: a) a insuficiência ou inexistência de um equipamento recreativo ou cultural coletivo, b) a falta de recursos familiares e c) as dificuldades ligadas ao exercício da profissão.

No Brasil, Marcellino (2001, p. 5), um dos mais dedicados estudiosos voltados à temática do lazer afirma categoricamente que “A necessidade do lazer, ou melhor, dos valores do lazer, sempre esteve presente na vida do ser humano. Varia de significado de acordo com os momentos históricos”. A sua concepção de lazer pressupõe duas correntes distintas: uma que o associa ao consumismo exacerbado, como produto de uma sociedade desigual e insatisfeita nas suas demandas prioritárias; e outra que reconhece o seu caráter sócio-histórico e, portanto, capaz de gerar uma consciência crítica frente aos valores impostos pela ordem estabelecida.

Uma característica interessante e não menos importante é o reconhecimento pelo autor do aspecto preconceituoso imposto ao lazer, mesmo no atual Estado democrático de direito. A sociedade ocidental contemporânea ainda guarda fortemente os velhos estigmas da ética protestante.

[...] as pessoas têm vergonha de reivindicar lazer, porque ele ainda é considerado “coisa de vagabundo”, e só conseguem verbalizar a sua necessidade como justificativa para temas “sérios”, o mais popular agora é a violência, o “tirar as crianças da rua”. (MARCELLINO, 2001, p. 11).

Na concepção de Marcellino (2002, p. 11), “[...] o tempo de lazer encontra-se não em oposição, mas em relação com o tempo das obrigações. Sobretudo com as obrigações profissionais – com o trabalho”. As funções do lazer, para este autor, podem ser divididas em três categorias complementares, apesar de poderem se manifestar individualmente ou simultaneamente, tendo como recorrência as funções de descanso, para liberação da fadiga das obrigações cotidianas e particularmente do trabalho: divertimento, recreação e entretenimento. Elas constituem formas de anular o tédio, a monotonia, o trabalho repetitivo e o cotidiano. O autor conclui afirmando que a escolha da atividade que se pratica e o seu caráter “desinteressado” são características básicas do lazer, características estas também reconhecidas pelo próprio Dumazedier (1979).

Já De Masi (2000), refuta o conceito moderno de lazer e seus possíveis desdobramentos sociais. Ele defende a tese de que o avanço tecnológico e o desenvolvimento organizacional, característicos da sociedade pós-industrial, sobretudo a partir da metade do Século XX, ampliou a produção com menos esforço, com o aumento gradativo da expectativa de vida. Portanto, é o “ócio criativo” que permitirá o aproveitamento interessado e produtivo do tempo livre, já que consiste, exatamente, em saber empregar o tempo livre. A sua teoria une o trabalho ao estudo (conhecimento) e ao lazer (jogo e diversão). Poder-se-á, então, organizar o tempo e fazer com que todos os três coincidam. Para o autor essa é a única forma de produzir idéias geniais.

O adjetivo “criativo” para o ócio, entretanto, é duramente criticado por Marcellino que discorda frontalmente dessa “idéia perversa” e ao mesmo tempo tácita de associação do tempo do lazer ao trabalho, como estratégia de enfraquecer a essência própria do ócio, que é o tempo livre para a prática do lazer na sua plenitude. “Chega de ‘lazer e’. Vamos falar de lazer e pronto. A felicidade, o prazer, não precisam de justificativas. Bastam a si mesmos.” (MARCELLINO, 2001, p. 7).

Christoffoli (2003) reafirma a condição paradigmática do conceito de lazer na modernidade, já que o sentido dado ao lazer foi profundamente modificado a partir deste período histórico. Essa nova visão do lazer foi impulsionada, principalmente nos Séculos XVIII e XIX pelas transformações políticas, econômicas e sociais decorrentes da consolidação do capitalismo e, conseqüentemente, pela intensificação da urbanização. Citando Dumazedier, ele destaca que a própria expressão

lazer – termo até então usado apenas pela classe burguesa -, e todos os outros significados que ela pode ter, passou, no ano de 1933, a substituir o vocábulo repouso nas reivindicações desenvolvidas pelos trabalhadores franceses. (CHRISTOFFOLI, 2003, p. 27).

Da mesma forma, Hobsbawm e Ranger (1999), constataam a condição de segregação social do lazer na Grã-Bretanha do final do Século XIX. Para estes autores, o esporte representava uma tentativa “espontânea” de isolamento das massas. Por outro lado, representava também, “uma tentativa de desenvolver ao mesmo tempo um novo e específico padrão burguês de lazer e um estilo de vida – bissexual e suburbano ou ex-urbano – e um critério flexível e ampliável de admissão num grupo”. (HOBSBAWM e RANGER, 1997, p. 309).

## CAPÍTULO II

### GERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DO ESTADO CONTEMPORÂNEO

Certo, com o autor do Príncipe o termo “Estado” vai pouco a pouco substituindo, embora através de um longo percurso, os termos tradicionais com que fora designada até então a máxima organização de um grupo de indivíduos sobre um território em virtude de um poder de comando. (BOBBIO, 1987, p. 66).

Embora Bobbio considere definitivamente que Maquiavel não tenha cunhado a palavra “Estado”, pelo fato de já ter havido o uso corrente do termo, este mesmo autor reconhece que o prestígio da obra de Maquiavel foi fundamental para a sua divulgação<sup>8</sup>.

As interpretações acerca do fenômeno do Estado e sua posição frente às transformações contemporâneas suscitam diversas reflexões para um pensar propositivo e até mesmo alternativo à crise do modelo de Estado constitucional moderno, cuja gênese encontrou ressonância teórica desde Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau nos últimos cinco séculos.

Na contemporaneidade o pensamento sobre o fenômeno do Estado aponta para a desconstrução paradigmática que envolve sua legitimidade e efetividade no atual contexto político, econômico, social e ambiental, em que a crise da democracia representativa aponta para um horizonte de incertezas em constante transformação. Para alguns pensadores a alternativa às rápidas mudanças demandadas pela sociedade da informação globalizada materializa-se na figura do Estado-Rede; para outros, a reforma administrativa pela profissionalização dos agentes públicos poderá garantir sua sobrevivência. Os mais radicais reconhecem no Estado um instrumento representativo dos interesses do capital, enquanto outros defendem a idéia de que o mercado auto-regulado seria a alternativa viável à hipertrofia estatal. Esse ambiente dialético reproduz a crise por que passa esta instituição chamada Estado.

Para Dallari (2005, p. 303), “um dos principais motivos da crise do Estado contemporâneo é que o homem do Século XX está preso a concepções do Século XVIII, quanto à organização e aos objetivos de um Estado Democrático”. Em síntese, este autor relaciona a crise estatal aos valores individuais do liberalismo originário da modernidade que, em resposta ao poder absolutista, aos privilégios da nobreza e aos limites impostos à

---

<sup>8</sup> Considerações mais detalhadas sobre a origem do termo “Estado” podem ser encontradas em Bobbio (1987, p. 65-73).

economia, geraram mecanismos de restrição da ação estatal, o que levou os indivíduos a buscarem a promoção de seus próprios interesses. Esses objetivos balizaram toda discussão sobre a conformação do Estado moderno.

A crise propalada pelos pensadores políticos leva em consideração os limites democráticos na sua concretude, que a própria democracia representativa trata de materializar como modelo que já mostra sinais claros de desgaste na sua efetividade.

Durante o Século XIX, a aspiração ao Estado Democrático vai-se definindo, até se transformar, já no Século XX, num ideal político de toda a Humanidade, fazendo com que os regimes políticos mais variados e até contraditórios entre si afirmem ser melhores do que os demais por corresponderem mais adequadamente às exigências da democracia.

Em países com democracia representativa não consolidada, movida por interesses, como é o caso do Brasil, os eleitos acabam não correspondendo aos reais anseios dos seus eleitores devido ao caráter clientelista/patrimonialista<sup>9</sup>, que comprometem as ações político-institucionais do Estado e, conseqüentemente à promoção do bem comum.

A esse respeito Frey (1996, p. 107), afirma:

A crise do Estado brasileiro se manifesta tanto no plano econômico-social como nos planos político-institucional e político-cultural. A crise econômico-social brasileira não se deve à falta de crescimento econômico. (...) Pois, a crise se evidencia, antes de mais nada, em uma 'estrutura social singularmente perversa e desigual', devido a uma política que enfatizou primordialmente ou exclusivamente o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, menosprezou ou ignorou a necessidade de uma política efetiva de justiça social.

As bases neoliberais do individualismo e da predominância econômica confirmam a incompatibilidade com as virtudes sociais. Na concepção mais otimista de Frey, o modelo de Estado mínimo proposto pelo neoliberalismo e imposto a muitos países do chamado “Terceiro Mundo”, “não parece apropriado” para a resolução dos problemas econômico-sociais, pois a incompatibilidade da marginalidade extrema com a redução da ação do Estado poderia agravar ainda mais a crise política, social e econômica destes países.

---

<sup>9</sup> A noção de clientelismo foi originalmente associada aos estudos de sociedades rurais. Neste contexto, o clientelismo significa um tipo de relação social marcada por contato pessoal entre *patrons* e camponeses. A desigualdade desempenha um papel-chave na sobrevivência tanto de *patrons* quanto de clientes e gera uma série de laços pessoais entre eles, que vão desde o simples ‘compadrio’ à proteção e lealdade políticas. O clientelismo foi exercido através de um intrincado conjunto de relações com grupos municipais e estaduais, baseado numa hierarquia de vínculos e favores que incluíam emprego no governo, participação em conselhos consultivos especiais, além de redes estabelecidas pelos interventores nomeados para substituir todos os governadores. (NUNES, 1997, pp. 27-49).

Nesse contexto paradigmático, a alternativa que parece mais adequada de transformação desse modelo em crise, e ainda praticada de forma incipiente no Brasil, inspirada na teoria habermasiana da democracia participativa, é o que Frey considera como abordagem política de participação democrática. A essência desta abordagem reflete o caráter democrático de participação política efetiva da sociedade civil na formulação da agenda política.

A crise do Estado contemporâneo consubstancia-se no que Bobbio (1987) afirma ser a essência do contraste entre “os ideais democráticos e a democracia real”, entre “o que foi prometido e o que foi efetivamente realizado”. E, para ele, são seis as promessas não cumpridas pela democracia: 1) ao invés de um modelo que coloca o indivíduo como sujeito coletivo, o que existe é uma sociedade pluralista em que os sujeitos relevantes são os grupos; 2) ao contrário da representação política, depara-se com a representação de interesses, fazendo com que relações de natureza pública se transformem em relações de natureza privada, configurando a ação pública numa relação de troca em dois níveis: o primeiro, dentro do mercado político (a relação eleitor/partido - contrato bilateral); e o segundo, no interior do grande mercado (a relação entre partidos - contrato plurilateral); 3) a continuidade do poder oligárquico; 4) a não ocupação de todos os espaços possíveis; 5) a permanência do poder intransparente, o que significa uma barreira à realização do governo republicano, compreendido como um governo do poder público fundado na publicidade, na coisa pública (não privada) e manifesta (não secreta); 6) o declínio da formação da cidadania.

O Estado de bem-estar, ao longo do Século XX, conviveu com toda sorte de poder econômico pressionando suas estruturas a ponto de, a partir dos anos 80, solapar sua hegemonia. Era o neoliberalismo anglo-americano afirmando-se como um instrumento eficiente de renovação do capitalismo, principalmente após o desmoronamento do socialismo nos países do Leste europeu, culminando com a queda do muro de Berlim, em 1989.

O pensamento reformista do Estado merece ser destacado enquanto alternativa racional de eficiência aos serviços públicos. Segundo os pensadores que defendem este posicionamento e, no Brasil Bresser Pereira é seu maior expoente, o papel do Estado é cada vez mais limitado pelo violento processo de globalização, revelando uma aproximação ao ideal neoliberal, que se apresentou em 1947 como solução à crise fiscal, à exagerada burocratização, à ineficiência e à desregulamentação causada pela complexidade do tamanho do Estado de bem-estar social.

As teorias explicativas do *Welfare State*, na visão de Marta Arretche indicam as variáveis político-ideológicas em torno das quais orbitam discussões sobre a verdadeira

função social do Estado Moderno. Segundo Arretche (1995, p. 1), “fenômeno do Século XX, a provisão de serviços sociais, cobrindo as mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva, tornou-se um direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população dos países capitalistas desenvolvidos”.

A materialização das políticas públicas sociais defendidas pelos social-democratas europeus, principalmente após os escombros do pós-guerra aumentou as expectativas de bem-estar, tendo, sobretudo, como inspiração o papel de um Estado promotor de qualidade de vida digna e com justiça social tão necessária numa época de rescaldo da destruição que devastara a Europa. Porém, a história revelou que o Estado provedor não pôde suportar as gigantescas demandas sociais que acabaram inchando e inviabilizando a máquina estatal, agravada pela crise fiscal que abriu a brecha necessária aos pensadores neoliberais, que souberam se aproveitar da oportunidade e lançaram suas bases teórico-metodológicas com toda força, nos anos 1980.

As críticas neoliberais às políticas do *welfare state* concentravam-se no aspecto econômico e burocrático do Estado. Os pensadores desta corrente, como O’connor, Hayek, entre outros, enfatizavam a crise fiscal do Estado com o seu efeito negativo sobre as políticas sociais, gerando o déficit público e o endividamento sem precedentes. Esses teóricos vislumbravam, ainda, um horizonte de servidão para o Estado, agravado pela extrema burocratização, num sentido pejorativo, tendo como consequência a ineficiência e o descrédito total da sociedade, além do que a desregulamentação do Estado nos assuntos econômicos traria um equilíbrio auto-sustentável com o fortalecimento do mercado. Atualmente, o que se percebe como consequência da prática neoliberal, no Brasil, é o aprofundamento da desigualdade social contrastando com a concentração da riqueza produzida socialmente nas mãos de uma minoria privilegiada.

O fato de o projeto político democrático ter sido idealizado para uma sociedade muito menos complexa que a atual, talvez se constitua na principal razão das limitações impostas ao funcionamento efetivo do Estado contemporâneo. À época da sua conformação, era impossível a previsão de obstáculos tão fortes quanto o crescimento da exigência de técnicos, do aparato burocrático, das demandas de uma sociedade civil organizada e politicamente mais consciente, das dimensões do Estado-Nação e da sociedade de massas, bem como do avanço tecnológico e dos desafios da globalização. É evidente que as necessidades se diversificaram, a população cresceu absurdamente, as fronteiras passaram a ser virtuais, os problemas ambientais entraram definitivamente na pauta da agenda política. E o Estado? Enquanto promotor do bem público, como é percebido neste contexto acelerado de transformações?

## 2.1 Novas Tendências do Estado na Era da Globalização: políticas sociais e lazer

A ineficiência dos serviços públicos aliada às tendências conspiratórias da auto-regulação do mercado constitui-se na lógica perversa das políticas privatistas que excluem a maior parcela dos cidadãos do acesso aos serviços públicos essenciais, a exemplo do atendimento às demandas por saúde pública como é o caso do SUS (Sistema Único de Saúde), tão ineficiente e vulnerável à corrupção que abre espaço para a proliferação dos planos de saúde, os quais excluem a grande maioria dos brasileiros ao “atendimento de qualidade” devidos aos valores cobrados por estes serviços, uma demonstração da total incompetência do Estado em gerir a saúde pública, por um lado, enquanto a corrupção solapa os cofres públicos, por outro. Neste sistema as pessoas valem pelo que tem e não pelo que são. Não é de se estranhar que o solapamento dos serviços públicos de saúde esteja nesta situação enquanto seus “primos ricos”, os planos de saúde invadem o mercado, causando uma espécie de migração do SUS para os planos de saúde àqueles que dispõem de um mínimo de condições financeiras, mesmo que a Constituição Federal, no seu Artigo 196, estabeleça o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para todos os cidadãos brasileiros. A influência neoliberal é marcante neste processo de mercantilização das políticas públicas sociais, determinando as decisões estatais.

Pasold (2003, p. 92), propõe que:

O Estado Contemporâneo tenha e exerça uma Função Social – a qual implica ações que – por dever para com a Sociedade – o Estado tem a obrigação de executar, respeitando, valorizando e envolvendo o seu *Sujeito*, atendendo o seu *Objeto* e realizando os seus *Objetivos*, sempre com a prevalência do social e privilegiando os Valores fundamentais do Ser Humano.

Há obstáculos enormes à implantação de programas sociais: em primeiro lugar a prioridade é de ordem econômica; em segundo é de ordem política, para garantir a governabilidade; e somente em terceiro lugar são consideradas as questões sociais. Aliás, talvez o principal problema da situação das políticas sociais seja a visão reducionista de gestores públicos pressuporem políticas de governo e não políticas de Estado permanentes e acima das questões partidárias.

Os pensadores marxistas aludem à figura do Estado *o reprodutor dos interesses da classe burguesa*, pelo fato do seu controle estar entregue à sorte dos representantes do poder capitalista. Fenômeno interessante é destacado por Marques (1997, p. 73), citando os teóricos

marxistas Offe e Miliband, que analisam a conformação estatal por representantes das elites como uma forma de reduzir drasticamente as

ações estatais contra os interesses do capital. Quando ocorrem, essas ações são dirigidas a capitais individuais ou a frações não hegemônicas. Miliband utiliza esse raciocínio para explicar por que mesmo os partidos socialistas, quando chegam ao poder, quase nunca adotam medidas contra os interesses do capital em geral. Como contraponto, ações em favor de capitais individuais, ou no interesse do capital em geral, são muito mais prováveis.

Por uma série de razões, principalmente de ordem econômica, a implantação de políticas sociais consistentes no Brasil é seguidamente frustrada. As instituições brasileiras necessitam de verdadeiras transformações éticas, técnicas, comportamentais e temporais, para alcançar os estágios avançados encontrados nos países ricos.

Na busca de um novo perfil institucional, as novas teorias estão se direcionando para uma perspectiva reformista do Estado. Segundo Pereira (1997, p. 81),

(...) é importante reconhecer que o Estado deve ser reformado não apenas como consequência das pressões do mercado internacional por mais agilidade e eficiência, mas principalmente porque o Estado tem fracassado nas suas funções de prover e administrar serviços públicos básicos e essenciais aos cidadãos, com qualidade.

A defesa reformista do aparelho estatal na visão de Bresser Pereira leva em consideração o fato de que está surgindo um novo Estado porque está sendo exigido que a sua organização se descentralize e terceirize atividades. O atendimento à demanda por maior eficiência está exigindo uma nova gestão pública, porque os gestores públicos estão se renovando e assumindo suas próprias responsabilidades políticas. Neste sentido, a nova gestão está gerando o novo Estado Social-Liberal que, em comparação ao Estado Social-Democrático, “acreditará mais nos mercados e na concorrência administrada, mas continuará igualmente compromissado com os direitos sociais”. (BRESSER PEREIRA, 2001, p. 15). A exigência cada vez mais evidente da sociedade civil por responsabilidades sociais, ambientais, políticas e econômicas, advindas da sua capacidade de exercer o controle social, faz com que seja exigida dos gestores públicos uma maior autonomia nas decisões e, conseqüentemente, maior responsabilidade. Na atualidade, a idéia do burocrata neutro que apenas executa sua função já não faz mais sentido.

Em contraposição a esse pensamento puramente reformista do Estado, Costa (2003, p. 11) conclui:

O pensamento socialista ignoraria esse fato, insistindo num modelo estatista de sociedade, segundo o qual o Estado, como cérebro, concentra ainda a capacidade de gerir e controlar todas as instâncias da vida social. O socialismo teria se tornado, assim, caudatário das tradições da modernidade industrial e insuficiente para responder aos desafios políticos impostos pelas sociedades reflexivas e complexas, nas quais a política é alimentada por inputs provindos, descentralizadamente, de campos múltiplos da vida social.

Na verdade, o fundamento dos ideais socialistas leva em conta as relações de justiça e igualdade entre os cidadãos. O instrumento capaz de assegurar esse estágio de civilidade é o Estado equilibrado e comprometido com a justiça social, aspecto que os pensadores reformistas não levam em consideração.

Ainda em relação ao futuro do Estado-Nação, Giddens (2000, p. 91), conclui que o “mundo em descontrole não precisa de menos, mas de mais governo – e este, só instituições democráticas podem prover”. Na visão de Giddens, é fundamental a democratização da democracia para a promoção da “cultura cívica”, em contraposição à bipolarização entre Estado e mercado (público e privado). “A sociedade civil é a arena em que atitudes democráticas, entre as quais a tolerância, tem de ser desenvolvidas”. É necessário um perfeito equilíbrio entre governo, economia e sociedade civil.

O livre comércio é visto por Giddens como não sendo um benefício absoluto, justamente pela desproporção competitiva entre ricos e pobres. Da mesma forma, o protecionismo permanente, de maneira geral, não é benéfico. E as mudanças advindas da sociedade globalizada estão cada vez mais presentes no cotidiano das instituições, mesmo que não sejam percebidas à primeira vista, já que são as “instituições casca”<sup>10</sup>. Entretanto, na busca de uma alternativa teórica acerca do futuro do Estado, Anthony Giddens postula a Terceira Via<sup>11</sup>, que aponta para uma reforma institucional capaz de dar conta das demandas de uma *super* agenda política, social e econômica para o Século XXI.

A análise dos efeitos devastadores do mundo globalizado para o futuro do Estado-Nação é sintetizada por Manuel Castells de forma bastante pessimista, em que o mundo globalizado fragilizaria a soberania nacional e as instituições constituídas através de três fatores externos fundamentais: a globalização da economia; a globalização do crime

---

<sup>10</sup> Segundo Anthony Giddens são instituições que se tornaram inadequadas para as funções que são chamadas a desempenhar.

<sup>11</sup> A Terceira Via - o "centro radical" político, segundo Giddens - seria a social-democracia modernizada através da reforma do Estado (desestatização e desprivatização); da participação da sociedade civil; da regulação dos mercados; da justiça e de menor exclusão social. Procura, além disso, afastar a idéia liberal de que os mercados chegam naturalmente ao equilíbrio sem regulação - ensejando o pleno emprego. Assim, a Terceira Via, seria um caminho entre o capitalismo e o socialismo modernos. (GIDDENS, 1998).

organizado e as novas tecnologias da informação. Essa pressão externa encontra forte resistência nas instituições tradicionais locais: identidade nacional; identidade religiosa e identidade étnico-cultural. Por outro lado, este mesmo autor pontua que o Estado-Nação apresenta, também, conflitos internos que abalam suas estruturas, como é o caso da ineficiência operacional, a retórica democrática e a crise de confiança e legitimidade institucional.

Como alternativa de superação à crise do Estado-Nação, o próprio Castells propõe o Estado-Rede cujo conceito leva em consideração que o Estado da era da informação deve constituir-se de uma nova “forma política que permite a gestão cotidiana da tensão entre o local e o global”. (1999, p. 165). Este novo desenho institucional se aplica às estruturas em rede, interligadas a instituições supranacionais, regionais e locais num esforço coordenado da sociedade civil organizada, girando em torno da combinação de oito princípios de funcionamento administrativos: modernização tecnológica; flexibilidade; transformação dos agentes da administração; coordenação; retroação na gestão; participação cidadã; transferência administrativa e subsidiariedade.

Não obstante as diversidades teórico-conceituais sobre a função do Estado enquanto fomentador de políticas públicas há que se destacar que o bem-estar social deve ser compreendido como um direito de cidadania, demandando projetos consistentes e compatíveis com as expectativas do conjunto da sociedade.

Parece uma utopia pensar em ações governamentais efetivas para a promoção do bem comum no Brasil. Mas esse objetivo tem que ser perseguido com todos os esforços possíveis. As inovações em políticas públicas dão indícios de que algumas transformações já começaram a surtir resultados concretos de democratização das decisões políticas como, por exemplo, os arranjos institucionais de participação que figuram como referencial em algumas cidades brasileiras.

Em países com democracia representativa movida por interesses pessoais ou de pequenos grupos, como é o caso do Brasil, as políticas públicas, principalmente, às de caráter social, ainda são tratadas como apêndices de programas político-eleitoreiros. A própria partidarização exacerbada da gestão pública acaba desqualificando os resultados e o perfil técnico dos gestores passa a atender critérios subjetivos, geralmente relacionados a siglas partidárias. Neste caso as políticas sociais “assumem um caráter de moeda de troca em que os beneficiários ficam reféns de programas assistencialistas de cunho eleitoreiro”. (SOUZA, 2006, p. 262).

Investir na geração de políticas de lazer é, sobretudo, obrigação constitucional do Estado nas suas três esferas. Por outro lado, é um direito social previsto na Constituição Federal de 1988, onde no seu parágrafo terceiro, artigo 217, estabelece que “o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. (p. 173).

O lazer ainda pode ser compreendido como uma das melhores formas de sociabilização, gerando a inter-relação cidadã, a qualidade de vida e o respeito mútuo, além do prazer e do desenvolvimento intelectual e físico que as atividades do lazer cultural e esportivo podem produzir. Portanto, é necessário priorizar o lazer na agenda social do município de Itajaí, com a participação ativa dos atores sociais no processo de elaboração, implementação e avaliação dos resultados, numa proposta democrática participativa na gestão de políticas públicas de lazer.

Embora sejam perceptíveis as grandes divergências político-ideológicas na abordagem do fenômeno do Estado, no que se refere à sua efetividade e legitimidade frente às novas demandas da atualidade, fica cada vez mais evidente que os gestores de políticas públicas têm um gigantesco trabalho e um desafio ainda maior de convencimento dos atores políticos, já que o investimento no capital social é a melhor forma de se construir uma sociedade cidadã, onde o convívio fraterno não seja pura utopia.

Como toda política social, a política de esporte e lazer deve se prestar a reduzir o fosso da desigualdade social construída ao longo da história brasileira, favorecendo a consolidação do processo democrático por meio do desenvolvimento de uma consciência cidadã. (SOUZA, 2006, p. 1).

O debate acerca dos temas sociais, sobretudo, aqueles relativos à gestão de políticas públicas sociais, necessitam sair dos redutos acadêmicos para se materializar em soluções objetivas na agenda política. O lazer merece um lugar de destaque nesta agenda, já que sua relevância é cada vez mais evidente nesse início de século.

Afinal, o lazer é, sobretudo, um direito social, e como tal, precisa ser reconhecido por toda sociedade. Portanto, não se pode tratá-lo como favor do Estado à geração de políticas públicas. Pelo contrário é uma obrigação constitucional o incentivo ao lazer como forma de promoção social. Por outro lado, é fundamental se ter a devida consciência de que as políticas públicas não podem ser resumidas à efetivação de programas prontos sem a participação da sociedade na sua elaboração. É necessário democratizar as políticas públicas de lazer dialogando com as comunidades sobre suas reais necessidades no sentido da conscientização do que é melhor para elas, respeitando suas diferenças sócio-culturais e regionais.

### CAPÍTULO III

#### PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO LAZER EM ITAJAÍ (SC)

O estudo da configuração sócio-espacial de Itajaí ao longo da história permite analisar a dinâmica do lazer praticado nas esferas pública e privada. Para tanto se faz necessário contextualizar a organização sócio-espacial brasileira a partir da definição das bases teórico-metodológicas fundamentais à compreensão das questões nacionais, regionais e locais.

A evolução política, social e econômica de Itajaí foi descrita por vários autores locais. Entretanto, neste trabalho pretende-se analisar as principais características sócio-espaciais do município de Itajaí no decorrer de sua história, usando um referencial de autores dedicados à interpretação do espaço urbano e do lazer, particularmente, destacando-se o papel das políticas públicas para o setor.

Os pressupostos da problemática urbana local e brasileira em geral e sua relação com o fenômeno social do lazer formam a base das discussões contidas no presente trabalho. A começar por Santos (2005), que discute a urbanização brasileira, cujas raízes podem ser encontradas na primeira metade do Século XVI. O desenvolvimento urbano brasileiro, porém, começa a se intensificar a partir do Século XVIII com a transferência das residências dos fazendeiros para as cidades. Somente no Século XIX é que a urbanização atinge a “maturidade” e no Século XX o desenho urbano brasileiro toma forma definitiva. A segunda metade do Século XIX assinala uma relativa mudança no cenário das cidades em decorrência da produção cafeeira de São Paulo e algumas áreas dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Neste período, concomitantemente ao desenvolvimento produtivo ocorre a expansão da infra-estrutura das cidades brasileiras. Situa-se aí a gênese do processo capitalista de produção do espaço urbano.

Para Prado Júnior (2004) o momento decisivo da formação do Brasil contemporâneo é o início do Século XIX, quando se dá a transferência da monarquia portuguesa para as terras brasileiras. Foi este fato que deu início a um processo de transformação profundo. “O Brasil começa a se renovar. (...) Mas ponto de partida apenas, início de um longo processo histórico, que se prolonga até nossos dias e que ainda não está terminado”. (Prado Júnior, 2004, p. 10). No plano das realizações criou-se algo novo. Um mosaico cultural concretizou-se a partir dos elementos que constituíram um organismo social completo e distinto.

O Brasil de Hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não “tomou forma”. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 11).

Em se tratando da formação social catarinense ainda no período colonial, este mesmo autor destaca o caráter singular atribuído ao processo de povoamento do território cujas bases assentadas na pequena propriedade, na raridade do trabalho escravo e na homogeneidade étnica, somente encontravam paralelo nas colônias temperadas da América.

Este mesmo autor faz alusão ao estímulo à ociosidade como representação cultural de classe. Inclusive os libertos constituíam a massa ociosa. “Isto, para as atividades de natureza física, é regra praticamente universal: nenhum homem livre se rebaixa a empregar os músculos no trabalho”. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 347). A exceção a esta regra social do Brasil Colônia era imputada aos colonos recém chegados da Europa, que não se “contaminaram” com o estilo de vida dos brasileiros.

Analisando os registros do naturalista francês Saint-Hilaire, na sua viagem pelo Brasil no início do Século XIX, Prado Junior (2004) comenta a ociosidade colonial como um fator negativo gerador de paralisia social. Até mesmo as atividades de lazer sofreram a influência dessa cultura de inatividade sistemática. Mesmo nos seus prazeres e folguedos percebia-se a apatia da população.

Não obstante a grandiosidade do espaço territorial brasileiro, as atividades de lazer tinham como fator limitante justamente a inércia social. O espaço, condição essencial do lazer, ao se transformar em produto comercial com a consolidação do capitalismo vai paulatinamente concorrer com os interesses privados, que com seu poder de compra acabam reduzindo gradativamente os espaços públicos existentes nas cidades.

Para Pereira (2001, p. 34), a produção do espaço resulta da “ação cotidiana do homem e aparece na forma de ocupação de um determinado lugar em um momento histórico”. Assim sendo, os problemas ambientais desta ocupação são decorrentes da forma como é produzido esse espaço para assegurar a sobrevivência dos diferentes grupos sociais.

O modelo excludente e perverso decorrente das relações capitalistas de produção contradiz os princípios humanos fundamentais. Entretanto, há autores como Elisa Reis, para as quais o estudo acerca do pensamento das elites não minimiza necessariamente o potencial das camadas populares.

Reconhecer a importância das elites também não significa negar a importância dos demais atores sociais. O comportamento das elites é, em grande parte, reativo às pressões e ações vindas de baixo. (REIS, 2000, p. 144).

A chamada “tragédia urbana brasileira” é produto de pelo menos dois séculos de história, dos quais alguns fatos marcantes se destacam: a privatização da terra em 1850, data que marcou o fim do tráfico de escravos, seguido da abolição do regime de escravidão em 1888 e da emergência do trabalho livre que representou um estímulo aos fluxos imigratórios europeus.

No que tange à transformação urbana brasileira no decorrer da história, cabe refletir sobre o contexto em que se deu a inversão sócio-espacial. O ajuste definitivo do Brasil ao modelo capitalista e a ruptura com uma economia predominantemente agrária desencadeou um fluxo contínuo de pessoas para as cidades, até chegar a um patamar absolutamente desequilibrado de mais de 80% da população brasileira estabelecida na zona urbana, tornando insustentável a qualidade de vida, principalmente nas grandes cidades do país. O processo de industrialização colocado sob a lógica nacional desenvolvimentista do Século XX (da década de 1930 até os anos 1950), impulsionou significativamente a urbanização territorial brasileira. O epicentro da desigualdade social, entretanto, ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, em consequência do aumento significativo da taxa de crescimento demográfico sem o aumento correspondente do PIB (Produto Interno Bruto). O lento processo de redemocratização do Brasil descortinava a gravidade da situação da crise social, política, econômica e ambiental causada pelo crescimento urbano desordenado, aprofundando o fosso da desigualdade social e originando o fenômeno da violência urbana. Na concepção de Maricato “Nessas décadas, conhecidas como ‘décadas perdidas’, a concentração da pobreza é urbana”, já que “o crescimento urbano sempre se deu com exclusão social.” (2000, p. 23).

Laurindo (2006) considera como fator marcante da desigualdade sócio-espacial urbana brasileira, a institucionalização do novo modelo político-econômico de inspiração neoliberal a partir de 1990 com o governo Collor. Iniciava-se aí, um processo acelerado de privatização dos espaços públicos urbanos. Para afirmar esta nova concepção de produção espacial, “foram instituídos instrumentos legais que ampliaram a exclusão das camadas populares das áreas centrais, como por exemplo, o aumento dos impostos prediais e territoriais urbanos”. (LAURINDO, 2006, p 271).

Ao focalizar a organização sócio-espacial de Itajaí, faz-se necessário situar geograficamente o espaço territorial em estudo, bem como as relações sociais dominantes nos diferentes períodos da evolução histórica do município e seu entorno regional. O município de Itajaí é parte integrante da AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí), microrregião de base açoriana, distante 100 quilômetros da capital estadual, Florianópolis.

A sede do município fica à margem direita do rio Itajaí, junto à foz, local onde se estabeleceu o porto de comércio, de onde expandiu-se a ocupação de toda aquela região, e para onde convergiu, ao longo de mais de um século, a produção destinada ao comércio com Desterro e outras comunidades litorâneas, inclusive o Rio de Janeiro, e, posteriormente, com o mundo.

A área territorial de Itajaí é de 303,6 km<sup>2</sup>, tendo como limites: ao norte – Navegantes; ao sul – Camboriú, Balneário Camboriú e Brusque; ao leste – oceano Atlântico e ao oeste – Ilhota, Gaspar e Brusque. A população em 2000 era de 147.494 habitantes, com uma densidade demográfica de 485,8 hab/km<sup>2</sup>. (FARIAS, 2001, p. 448).

Vale destacar que desde as suas origens o porto de Itajaí teve um papel destacado na colonização de todo o Vale do Itajaí, servindo como entreposto comercial e ponto de chegada de imigrantes europeus vindos na sua maioria da Alemanha e Itália em meados do Século XIX.

A definição etimológica do nome do município foi inspirada no rio Itajaí-Açu e na linguagem nativa tupi-guarani. Porém, o seu significado sugere duas interpretações: Rio das Pedras ou Rio dos Taiás, cujas diversas grafias resultaram em diversas traduções para o português = *Táa-hy*; *Tajay* e *Tajhaug*. Evoluiu para *Itajahy* e, finalmente, Itajaí. D'ávila (1982).

A história acerca do início da ocupação do território que hoje corresponde ao município de Itajaí é retratada pelo professor José Ferreira da Silva<sup>12</sup>. Segundo este pesquisador, o mapa mais antigo que se conhece é o da planta da foz do Itajaí-Açu, denominada de Itapocorói, hoje município de Penha, com data de 1796. “[...] se sabe que também no Século XVIII as terras onde hoje está a cidade de Itajaí eram tituladas a particulares”. (SILVA, 1972, p. 28). Este registro é reafirmado na obra “Itajaí outras histórias”, (2002, p. 30), onde seus autores pontuam que “não resta dúvida de que as terras da bacia do Itajaí despertaram à atenção de povoadores, no final do Século XVIII”. Porém a chegada do primeiro homem branco às margens do rio Itajaí é datada de 1658, quando João Dias Arzão recebe uma porção de terra (sesmaria)<sup>13</sup> do capitão-mor da vila de São Francisco, que correspondia a uma área com 2.200 metros de frente, por 440 metros de largura, localizada na confluência do Itajaí-Mirim, no atual bambuzal da Fábrica de Papel Itajahy.

Em 1820, Vasconcelos Drummond foi enviado pela Corte portuguesa à Santa Catarina para estabelecer uma colônia em Itajaí, na atual localidade da Itaipava. Na Itajaí da primeira metade do Século XIX, destaca-se a visão empreendedora de Agostinho Alves Ramos, estabelecido na Rua Lauro Muller. Nesta região da cidade onde atualmente se localiza a Praça

---

<sup>12</sup> SILVA, José Ferreira da (org.). *Ithahay de Hontem*. São Paulo: Ed. Comemorativas Ltda., 1972.

<sup>13</sup> “s.f. Terreno inculto ou abandonado que era concedido pelos reis de Portugal a sesmeiros”. (AMORA, 1998, p.654-655).

Vidal Ramos e a Igreja Imaculada Conceição do Santíssimo Sacramento, primeiro templo religioso de Itajaí, começa a formação de um núcleo central de povoamento e organização administrativa.

Em 31 de março de 1824 inicia-se a história político-administrativa, com a elevação da comunidade à condição de Curato<sup>14</sup>, denominado de “Santíssimo Sacramento de Itajaí que compreendia todos os moradores entre o rio Gravatá, ao Norte e rio Camboriú, ao Sul”.

Segundo Silva (1972, p. 31), o artigo 2º da Resolução Nº. 464, de 4 de abril de 1859, sancionada por João José Coutinho, Presidente da Província de Santa Catarina, estabelecia textualmente: “Esta Parochia, a de Camboriú e a de Nossa Senhora da Penha d’Itapocoroy serão desmembradas dos municípios de Porto Bello e de São Francisco, de que ora fazem parte e formarão um município denominado de Itajahy”. A então *Parochia* era elevada à condição de Vila do Santíssimo Sacramento *d’Itajahy*, sendo em 1860, lavrada a Ata da Instalação do Município de Itajaí.

Em 1860, a descrição do pintor franco-argentino Leon Pallière<sup>15</sup> dá a dimensão do que era Itajaí à época.

Chego enfim a um largo rio. Cruzei entre uma multidão de pequenas choças cobertas com palha, habitação de madeira ou de pedra, enquanto que do outro lado via agora a verdadeira cidade de Itajahy, aldeia elevada faz um mês, à categoria de cidade municipal; tem casas de pedras ou tijolo, teto de telhas e um certo número de pequenos barcos ancorados. Em Itajahy me dirijo à casa do senhor Antônio Pereira Liberato, irmão do senhor Liberato de Guaratuba; entrego a carta do seu irmão (no Brasil, na época, não se viajava sem recomendação, e não se pagava hotel, porque eram raríssimos). “A única diferença entre a comida que me deu o primeiro comerciante de Itajahy e o que me ofereceu o “caboclo” consistia no pão e nas bananas fritas. Nem por isso passei menos bem. Logo faço um passeio pela margem do rio, que é quase a única rua, enquanto que no salão do senhor Liberato se celebra uma reunião preparatória para as próximas eleições municipais” (SILVA, 1972, p. 32).

Embora a descrição do artista não destaque com profundidade as características da realidade sócio-espacial de Itajaí à época, mesmo assim, os aspectos descritos permitem constatar a presença de alguns traços rústicos de “planejamento urbano”, além de indícios de atividades econômicas e políticas.

A obra de Farias (2001) levanta alguns números importantes para a compreensão do povoamento e produção sócio-espacial do território itajaiense. Foram doados, no período de 1811 a 1823, 12 lotes de terras, as chamadas sesmarias, por ato do governador da capitania.

---

<sup>14</sup> “(...) pequena comunidade assistida por um capelão e com aprovação da autoridade religiosa”. (D’ÁVILA, 1982, p. 28).

<sup>15</sup> (Registro de A. A. da Luz, em “Blumenau em Cadernos” Tomo XIII, nº 9) In: SILVA, José Ferreira da (org.). *Ithahy de Hontem*. São Paulo: Ed. Comemorativas Ltda., 1972, p. 26-48.

“No início do Século XIX foram distribuídas várias sesmarias em Itajaí, junto as suas praias e margens do rio, completando a ocupação das melhores terras da região”. (FARIAS, 2001, 448).

### **3.1 Características da Organização Sócio-Espacial do Lazer no Município de Itajaí (SC)**

No cenário brasileiro o lazer é estudado por Requixa (1997) ao analisar clubes, ligas, centros ou círculos existentes no Brasil desde o final do Século XIX, com funções políticas “manifestas” e funções “latentes” de centros recreativos. Para o autor, a utilização destes centros de recreação no final do Século XIX e início do Século XX, possibilitaram não somente, o início de uma articulação sindical como também sua futura consolidação, além da disseminação da vivência do lazer como fator de desenvolvimento de uma perspectiva pessoal e coletiva de crítica social e resistência ao controle imposto pelos modelos de gestão.

Investigando as origens do lazer nos registros históricos da Itajaí desse período, constata-se um reduzido número de espaços públicos de lazer, entre os quais merece ser destacada a Praça Vidal Ramos, localizada na região central da cidade e às margens do Rio Itajaí-Açu, minuciosamente descrita por Linhares. (1997, p. 20).

Naquela época, não existiam os jardins da Praça Vidal Ramos e, no gramado fronteiro à velha igreja, eram armados os circos de cavalinhos e as barracas das festividades religiosas, com animadíssimos leilões de prendas que se prolongavam até alta noite sempre abrilhantados com a presença de uma banda de música instalada no recinto.

Conforme os registros apontam, este foi o primeiro equipamento de lazer público de Itajaí, construído ainda na primeira metade do Século XIX. Os relatos de Linhares permitem supor que a ociosidade, no sentido do não nada fazer, era uma realidade daquela época. Por outro lado, pode-se afirmar que as primeiras manifestações de lazer instituídas em Itajaí pelo poder público foram de caráter recreativo e de diversão com a construção da Praça Vidal Ramos, que ainda existe e representa o Marco Zero da cidade.

Já na esfera dos espaços de lazer privados, os registros historiográficos revelam as iniciativas de grupos sociais de origem germânica na criação de espaços destinados à recreação, à sociabilidade e à preservação cultural, principalmente no final do Século XIX, com a construção da primeira instituição associativa e recreativa de caráter privado de Itajaí, a qual iniciou suas atividades em 1895. Trata-se da Sociedade Atiradores (atual Vasconcelos Drummond), localizada na Rua Uruguai e que ainda está em atividades até os dias atuais. Sua

denominação original, *Schuetzen Verein Itajahy*, foi modificada em virtude das perseguições aos germânicos durante a Segunda Guerra Mundial, sendo que o prédio que abrigava a sua sede foi ocupado pelo Exército brasileiro, aquartelado em Itajaí naquele período.

Ainda no final do Século XIX são fundadas outras duas instituições recreativas, a Sociedade Estrela do Oriente e a Sociedade Guarany, por volta de 1897. Ambas iniciaram suas atividades como sociedades carnavalescas e depois com apresentações teatrais. Esses dois espaços privados de lazer vieram quebrar a monotonia da época, conforme relato de Linhares (1997, p. 68). “Era uma porta que se abria para a fuga do ramerrão cotidiano, insípido e melancólico, que cobria os momentos de lazer com a sua monotonia intolerável”. Esses espaços privados de lazer contribuíram decisivamente para consolidar a hierarquização social de Itajaí. Este relato do autor reforça a tese de que não obstante a recreação, o divertimento, o esporte e cultura marcarem a existência do lazer, compreendendo seu conceito universalmente reconhecido, o ócio, descrito por Linhares de forma negativa como melancólico e monótono, também fazia parte dos hábitos cotidianos dos itajaienses daquela época.

A propósito do lazer no município de Itajaí no início do Século XX, Severino (1999, p. 101), relata que “boa parte dos imigrantes *bem posicionados* vivia na região central da cidade, devido principalmente às atividades que desenvolviam (via de regra relacionadas a serviços e comércio em geral)”. Essa concentração de uma elite social prioritariamente de origem germânica na região central da cidade fomentou os investimentos privados em espaços de lazer, refletindo um peso maior dos interesses econômicos frente às origens étnicas.

A Itajaí do início do Século XX já apresentava, de certo modo, ares de cidade capitalista. O principal negócio girava em torno da madeira, que era transportada para o Rio de Janeiro, via trapiches e que, embora de forma ainda muito rústica, já demonstrava o potencial portuário de Itajaí. A esse respeito Silva (2004, p. 65), declara que “o ciclo madeireiro modificou o panorama urbano de Itajaí”, sendo que do final do Século XIX até meados do Século XX, o porto de Itajaí era o maior exportador de madeira do Brasil.

A partir da segunda metade do Século XX o município de Itajaí passa por uma substancial transformação em sua configuração sócio-espacial com um intenso processo de urbanização que iria delinear a nova organização espacial do município até a atualidade. Os percentuais de urbanização das últimas cinco décadas do Século XX demonstram que houve uma inversão da organização sócio-espacial Itajaí relativa ao Século XIX, caracterizando-se como um município preponderantemente urbano. No período de 1960 a 2000 registrou-se um intenso processo de urbanização com a concentração da maioria absoluta da população local

residindo na zona urbana da cidade, conforme pode ser observado na tabela 1, segundo dados dos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no período de 1960 a 2000.

**TABELA 1 – Censo Demográfico de Itajaí referente ao período de 1960 a 2000.**

<b>Ano</b>	<b>População Rural</b>	<b>%</b>	<b>População Urbana</b>	<b>%</b>	<b>População Total</b>
1960	16.626	<b>29,95</b>	38.889	<b>70,05</b>	55.515
1970	9.085	<b>14,22</b>	54.796	<b>85,78</b>	63.881
1980	7.681	<b>8,88</b>	78.779	<b>91,12</b>	86.460
1991	5.076	<b>4,24</b>	114.555	<b>95,76</b>	119.631
2000	5.544	<b>3,76</b>	141.950	<b>96,24</b>	147.494

Fonte: IBGE, 2006.

Cabe destacar que os números da tabela 1 refletem o fenômeno da urbanização brasileira, visto que de acordo com o IBGE em 2005, a taxa de população urbana do país corresponderia a 80%. De uma população estimada em 183.543.437 habitantes<sup>16</sup>, há um total de 146.834.749 pessoas vivendo nas zonas urbanas brasileiras. Tal constatação demanda investimentos públicos para o equacionamento do planejamento urbano dos 5.506 municípios brasileiros, incluindo-se os investimentos em políticas setoriais de lazer para esta população essencialmente urbanizada, que convive com a concorrência do lazer seletivo da esfera privada, de caráter intrinsecamente excludente.

Essa concentração de uma elite social na região urbana da cidade fomentou os investimentos privados em espaços de lazer, refletindo muito mais os interesses sócio-econômicos das elites do que suas origens étnicas. Ainda a este respeito, Linhares (1997), em suas crônicas de época, descreve a forte influência dos imigrantes portugueses e alemães na sociedade itajaiense, com menor participação de imigrantes italianos, o que expressa a miscigenação da população do município.

Os espaços de sociabilidade na primeira década do Século XX restringiam-se às poucas vias da região central da cidade e ao principal ponto de encontro dos itajaienses, a Praça Vidal Ramos, raramente freqüentada nos dias de semana. A ausência de políticas de lazer já pode ser constatada através dos relatos da realidade vivida por Linhares (1997, p. 27), descrevendo as manifestações do lazer deste período. “Naquela época de diversões escassas, a sala de leitura do Grêmio era local de assídua freqüência dos estudantes, que ali passavam

<sup>16</sup> Sobre a estatística populacional do Brasil, consultar o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), <<http://www.ibge.gov.br>>.

horas aprazíveis empolgados na leitura de livros, jornais e revistas”. Cabe ressaltar que esta diversão cultural era prazer da “melhor gente de nossa sociedade e todos quantos se interessavam pela instrução e literatura”, cabendo a uma grande parcela da sociedade outros afazeres recreativos que exigissem menos habilidades intelectuais, visto que a educação ainda era privilégio de poucos. Havia na cidade dois salões de bilhar para o divertimento dos adultos que podiam pagar pelos raros momentos de satisfação pessoal.

O ano de 1909 consolidou a patinação como primeiro esporte praticado em Itajaí. Num período caracterizado pela informalidade e amadorismo das atividades físicas, o esporte representava uma excelente de lazer. Segundo Linhares, “este esporte imediatamente conquistou geral preferência, tornando-se, logo, o local de movimentado centro de integração, notadamente aos domingos”. (1997, p. 74).

Por iniciativa da Sociedade Guarany, logo seguida pelo Estrela<sup>17</sup>, esta modalidade de lazer se notabilizou pelo grau de popularização que atingiu, inclusive com competições organizadas na cidade. Seguindo-se à patinação aconteciam as domingueiras dançantes, da qual participavam os filhos de famílias mais abastadas. Por outro lado, as classes populares divertiam-se com o circo de cavalinhos e outros circos que passavam pela cidade, não obstante a falta de recursos financeiros.

Outras modalidades de lazer existentes eram os jogos de cartas, o dominó, bem como as conversas do dia, que versavam sobre o trabalho e a vida alheia, regadas a aperitivos. Os espaços privados de lazer, embora existissem em número muito reduzido, eram dominantes como forma de divertimento dos itajaienses do início do Século XX. Algumas famílias, entretanto, criaram seus espaços públicos nas conversas com os próprios vizinhos em frente às suas casas nas noites de verão, o que se apresentava como uma alternativa de sociabilidade e passa-tempo, para as noites quentes, num período em que as maravilhas da tecnologia, da comunicação e do entretenimento ainda não haviam se popularizado. Nos dias atuais a falta de espaços públicos adequados ao lazer e o acesso aos recursos midiáticos (TV, informática, games etc.), aliados ao fenômeno da violência urbana, estão levando, ao contrário das práticas sociais do passado, a um processo de individualização e de aprisionamento domiciliar.

A influência folclórica lusitana do Boi-de-Mamão, do Pau-de-Fitas, da Farra do Boi, do Pão-por-Deus<sup>18</sup>, das guitarras de fado e as cantorias religiosas de Santo-Amaro, cortavam

---

<sup>17</sup> Sociedade Carnavalesca Estrela do Oriente, surgida anteriormente à Sociedade Guarany, embora se perceba no relato de LINHARES (1997, p. 63), uma indefinição, por parte deste autor, na data de sua fundação.

<sup>18</sup> A manifestação cultural chamada Pão-por-Deus, em Santa Catarina e na região de Itajaí, constituía-se basicamente do pedido de uma dádiva que alguém fazia a outra pessoa de sua amizade ou conhecimento ou, ainda, entre namorados. Para encaminhar o pedido, o remetente fazia, artesanalmente, um coração de papel

as ruas à noite desde dezembro até o carnaval com o entrudo, que era uma grande manifestação popular da época. O local que atualmente abriga o mercado público era uma praia, que no verão servia de espaço de lazer às crianças para o banho refrescante e a prática da natação. (D'ÁVILA e D'ÁVILA, 2001). Afora esses poucos espaços públicos, nos quais a influência portuguesa se tornava evidente em práticas recreativas e religiosas, surgiam outros espaços privados de tradição germânica para o lazer e esporte como as cervejarias, o jogo de bolão e o jogo de bocha.

A Itajaí do início do Século XX ainda guardava as características de uma sociedade sob forte influência das oligarquias da República Velha, que resistia ao avanço inexorável do capital industrial. Nesta época, o comércio funcionava aos domingos e feriados, privando os trabalhadores do tempo livre necessário ao lazer dos fins de semana, restando apenas observar de longe as corridas de cavalo e de bicicleta, rinhas de galo, regatas de lanchas e botes de pesca e passeios de carros de mola realizados por uma minoria. Essa realidade começa a mudar em 1908, quando o poder público municipal baixou uma lei que obrigava o fechamento do comércio aos domingos e feriados, contribuindo para uma maior movimentação dos dias de tempo livre dos comerciários itajaienses. Apesar de Linhares (1997) não pormenorizar o motivo da edição de tal lei, sugere ter sido resultante da pressão dos trabalhadores da Sociedade Beneficente XV de Novembro, que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho para o operariado da orla portuária, propondo aos comerciantes uma remuneração extra para os trabalhadores do comércio nos dias santos e feriados específicos. (SILVA, 2002).

Uma descrição pormenorizada do cotidiano das crianças itajaienses, nas primeiras décadas do século XX é encontrada em Linhares (1997, p. 45), que viveu na sua infância aqueles tempos de lazer intenso.

Itajaí saudosa dos meus doze anos com os seus folguedos tão amenos e tão inocentes, a pesca de siris e camarões na beira do rio, a caçada aos gaturamos e gaipavas na Caixa d'Água e nos morros da Fazenda, o xaxete, a pandorga, o peão e a bola de vidro, as apanhas de goiaba e pitangas, de gabiobas e araçás silvestres.

Não obstante a inocência romântica que o relato do autor confere a uma época específica, a reflexão crítica acerca das transferências geradas pela consolidação do

---

colorido e decorado com caprichosos rendilhados, ou encomendava-se a quem melhor prática tinha nesta feitura. No coração do Pão-por-Deus eram escritas quadrilhas ou quintilhas de caprichado romantismo poético, as quais encaminhavam o pedido. A pessoa destinatária do Pão-por-Deus ficava obrigada a dar o presente ou a lembrança pedida. Era no mês de setembro, na entrada da primavera, que acontecia a troca de corações do Pão-por-Deus. Sobre as tradições populares de Itajaí, ver d'Ávila e d'Ávila (2001, p. 33).

capitalismo em nome do progresso, traz à luz o fenômeno do processo de urbanização decorrente do emergente “progresso”, cujo caráter utilitário fez com que os espaços públicos fossem abarcados paulatinamente pela iniciativa privada, transformados em propriedades condicionadas aos princípios liberais de individualismo, liberdade e propriedade. Os terrenos baldios e as áreas verdes frutíferas na região urbana da cidade praticamente não existem mais, restando às crianças da atual sociedade das tecnologias da comunicação e informação resguardarem-se nos espaços privados dos seus lares para passarem grande parte do tempo livre diante dos engenhos da mídia, num mundo cada vez mais individualizado e virtual. Por outro lado, uma imensa parcela desprivilegiada tem que lutar diariamente para sobreviver. E a exploração do trabalho infantil, uma face perversa da desigualdade social, acaba recrutando crianças que nem se quer conhecem o significado do brincar.

No fundo o que ocorreu em inícios do século foi essa fê desmesurada no futuro e esse menosprezo pelas coisas e regras do passado a partir da magia da palavra ‘progresso’, que fez com que em países nos quais a tradição era menos forte, se destruísse o que havia na fisicalidade dos centros urbanos em função de novos figurinos, agora a serviço, esses novos espaços públicos, das novas máquinas de deslocamento como o *tramway*, os ônibus, os automóveis particulares, os ‘metrô’. Começava-se a racionar, em termos de cidade, ao nível das massas e seu trabalho industrial e comercial. (Amaral, 1994, p. 90).

Na definição de Corrêa (1995, p. 11), “o espaço urbano capitalista — fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas — é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço”.

Esta afirmação leva à consideração de uma complexa trama de relações sociais, políticas e econômicas que interferem na organização espacial. Entretanto, na atualidade o modelo neoliberal avança a passos largos ocupando os espaços públicos e reduzindo a capacidade de resistência do que resta de ética e vontade política. Visando uma linguagem metafórica talvez se possa afirmar que num mar de interesses econômicos, as prioridades sociais e políticas acabam se transformando em meras ilhas.

Situação interessante é relatada por Christoffoli (2003, p. 91), quanto ao uso das praias de Itajaí para as atividades de lazer. “Cabeçudas e todas as outras praias ficaram à margem do processo de sociabilidade, pois, desde os primórdios da história local, seus habitantes não fizeram nenhum proveito da praia, enquanto espaço de lazer”. A grande preocupação era com a atividade econômica de subsistência, a pesca, “pois era esse o uso que conheciam”. Foi apenas no início do Século XX que se registrou o uso social das praias itajaienses. Somente a

partir de 1910 é que a praia de Cabeçudas começa a se tornar um espaço de saúde e lazer<sup>19</sup>, embora desfrutado apenas por pessoas de posse de Itajaí e região.

Ainda no final da década de 1920 permaneciam as representações sociais do uso da praia para o lazer e para o banho de mar com funções terapêuticas, além de passeios na areia e nas pedras e o próprio veraneio prolongado etc. De início, esses espaços eram reservados ao convívio estritamente familiar, sendo diversificada sua utilização nos anos de 1930, 1940 e 1950 com a melhoria da infra-estrutura de acesso, porém, ainda reservado a uma classe distinta da sociedade local e regional. “Diferentemente do que passou a ocorrer a partir da década de 1970-80 quando o perfil dos usuários das praias passou a mudar, transformando-se radicalmente até os dias de hoje”. (CHRISTOFFOLI, 2003, p. 135).

A princípio a praia de Cabeçudas foi apropriada por uma camada social e economicamente privilegiada de Itajaí, Blumenau, Brusque dentre outras cidades vizinhas, para os seus momentos privados de lazer e convívio social, embora o próprio Christoffoli não tenha abordado com profundidade o que pressupõe ser esta “mudança de perfil dos usuários” das praias nas décadas de 1970 e 1980. Porém, este período marca o início do processo de popularização da praia de Cabeçudas e de sua transformação em espaço público de lazer amplo e não mais restrito apenas a uma elite sócio-econômica.

Não obstante a praia de Cabeçudas ser durante muitas décadas um local de exclusividade e distinção social, Vieira e Linhares (1929, p. 38) ampliaram este horizonte de restrição das práticas do lazer no município de Itajaí. Ao descreverem os espaços privados de sociabilidade, cultura e lazer, eles relatam que “Itajahy possui regular numero de associações, algumas installadas em excellentes edificios próprios onde se realisam elegantes reuniões sociaes”. Os poucos registros históricos disponíveis acerca das atividades de lazer no município de Itajaí revelam um grande predomínio desses espaços privados, consubstanciados pelos ideais capitalistas da burguesia local.

A segregação social serviu de mote para que os trabalhadores portuários, estivadores de origem negra, buscassem conquistar seus espaços de esporte e lazer com a fundação dos Clubes de Regatas Cruz e Souza e Humaitá Futebol Clube, em 1919. Esta era a forma de resistência étnico-cultural, uma vez que os Clubes Náuticos Marcílio Dias e Almirante Barroso, ambos fundados neste mesmo ano, tinham características elitistas além de forte motivação racista. Embora surgissem da vocação do Rio Itajaí-Açu às atividades náuticas do

---

<sup>19</sup> “O lazer na praia foi o primeiro de alguns novos valores daquele momento de uma nova realidade social que se implantava no Vale do rio Itajaí, como foi também o local público onde todos os que assumiram estes valores puderam praticá-lo, numa sociedade onde os lazeres quase não existiam, ou não eram públicos”. (CHRISTOFFOLI, 2003, p. 165).

remo, o Marcílio e o Barroso, diversificaram suas atividades, inserindo posteriormente as práticas do *water-polo* (pólo aquático), natação, atletismo, tênis, vôlei, basquete e futebol. Essa segregação social estendia-se fortemente às diferenças étnicas. Analogamente às considerações de Hobsbawm e Ranger (1997), sobre a invenção das tradições como forma de afirmação de superioridade social por parte das elites, é notória a reprodução desses valores distintivos no contexto local.

Refletindo o contexto brasileiro, a segregação étnico-social se mostrava bastante presente no cotidiano itajaiense. Nos anos 30, tanto o Cruz e Souza como o Humaitá foram extintos, “ficando os afro-descendentes de Itajaí órfãos de um território negro, de interação social” (SILVA, 2004, p. 109).

A expansão da dimensão privada do lazer é respaldada pelo desenvolvimento econômico de Itajaí e pelo crescimento de sua população urbana. Em matéria publicada no ano de 1927, o jornal “O Pharol”<sup>20</sup> destacava como grande acontecimento local a inauguração do Cine Vitória. Em 1938 é inaugurado o Cine Itajaí em decorrência da grande demanda por parte de um extrato da população ávido pelo lazer cultural propiciado através do cinema e pela motivação de sociabilidade oportunizada pelos momentos de espera, ocasião em que se reunia a juventude em frente aos cinemas no centro da cidade para os flertes e galanteios. Neste caso, em particular, os espaços privados de lazer eram confundidos com os públicos pelo fato da espera das sessões proporcionarem momentos de diversão e namoros nas proximidades dos cinemas.

Além da patinação, já apontada por Linhares (1997) como o primeiro esporte itajaiense, d’Ávila (1982), destaca também a prática de outro esporte que começou a se desenvolver na segunda década do Século XX. Trata-se da prática do futebol<sup>21</sup>, tendo como primeiro time o “*Itajahyense Foot Ball Club*”, fundado em 1911. A forte influência britânica na denominação deste e de outros clubes de futebol que foram sendo fundados posteriormente pode ser justificada pela própria história do futebol brasileiro, cujo precursor Charles Miller trouxe da Inglaterra para o Brasil, em 1894, os fundamentos deste esporte britânico. Por muito tempo o futebol brasileiro caracterizou-se pela segregação étnico-social e, em Itajaí, não foi diferente. O “nobre esporte bretão” praticado em Itajaí começou a se popularizar a partir de

---

<sup>20</sup> Caixa: Cultura e lazer. “Jornal O Pharol”, 30/11/27. Acervos do Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>21</sup> O jogo de futebol em Itajaí originou-se da divisão de duas equipes, uma vermelha e outra azul, do próprio *Itajahyense Foot Ball Club*. No início as disputas eram pouco apreciadas pelos itajaienses. Cf. D’ÁVILA, Edison. Op. Cit. p. 102.

1919, com os movimentos emancipatórios dos trabalhadores afro-descendentes<sup>22</sup> já abordados.

Fáveri (1999, p. 22) sintetiza o processo de consolidação e demarcação dos espaços sociais pela elite itajaiense dos anos vinte e trinta, destacando que “(...) à medida em que se afirmava economicamente, construía-se na esfera privada e passava a conquistar espaços na esfera pública e política”. É sensato considerar que tais atitudes transformaram as condutas de sociabilidades e de privatização de alguns espaços legitimados por personalidades políticas locais, as quais, aliás, eram oriundas da elite social, a ponto de se instituir, em 1929, um “clube elitista”<sup>23</sup> para o lazer exclusivo e a manutenção da distinção social daquela parcela “privilegiada” da sociedade itajaiense com os enlances matrimoniais restritos ao círculo social semelhante. Uma eficiente estratégia de manutenção do *status quo*, segundo esta autora, foi a fundação do “Bloco dos XX”.

A privatização e a distinção do espaço eram motivadas não apenas pela prática do lazer: festas, bailes, chás-dançantes, *soirées*, passeios e convescotes, espetáculos, reuniões, etc., mas, principalmente pela demarcação de espaços exclusivos, favorecendo a manutenção de uma classe social “distinta”, pelo matrimônio entre os “iguais”. A autora comenta o significado deste empoderamento social para a época. “A importância do espaço privado, sadio e elegante, distinguindo-o do espaço público, lugar de transgressão e descuido, somado ainda aos ideais de normatização e condutas, tão caros na época.” (FÁVERI, 1999, p. 67). A afirmação econômica da elite local dinamizava a produção sócio-espacial e assegurava poder na esfera política.

Nesta linha de pensamento, Severino (1998, p. 99) considera que as “sociabilidades permitem as distinções, já que era através delas que se partilhavam as regras de conduta, os constrangimentos, enfim, os instrumentos pelo qual o grupo constituía e perpetuava a sua existência enquanto tal”. Essas regras de conduta cristalizam a segregação social, pelo estabelecimento do que é permitido enquanto pertencimento de certo grupo social distinto. Em Itajaí, isso ficou evidenciado com a hierarquização das representações do lazer, cultura e esporte ainda no final do Século XIX, intensificando-se a partir do Século XX.

---

<sup>22</sup> A história do futebol brasileiro se confunde com o processo de afirmação do afro-descendente. No seu início, o assim chamado “nobre esporte bretão” era praticado em campos de elite em São Paulo e Rio de Janeiro. Mário Filho no seu fundamental “O Negro no Futebol Brasileiro” conta como a popularização do futebol aconteceu em paralelo à emancipação do negro, e como este sofreu terríveis preconceitos no início das histórias de times pioneiros, como o Fluminense e o São Paulo – ambos de elite, ambos racistas no começo. (GIRON, 2005, p. 1).

<sup>23</sup> Trata-se do Bloco dos XX. Um clube de lazer formado por 20 jovens solteiros da alta sociedade local, essencialmente conformado pela distinção social. Ver FÁVERI, Marlene. Moços e Moças para um bom partido. Itajaí: Editora da UNIVALI, 1999.

O significativo processo de urbanização do município de Itajaí fora impulsionado, tal como em outras regiões do país, pela transformação de uma economia de base agrária, no Século XIX, para uma economia industrial, no Século XX. O novo contexto social, político e econômico culminava com a política nacional-desenvolvimentista implementada a partir de 1930<sup>24</sup>, que promoveu a consolidação do parque industrial brasileiro. No caso específico de Itajaí, não são as indústrias que se destacam desde as últimas décadas do Século XIX<sup>25</sup>. A vocação portuária de Itajaí fez com que o comércio exportador se tornasse a principal atividade econômica da cidade. Segundo Moreira (2002, p. 82), em seu estudo sobre “O porto e a economia natural do Vale do Itajaí”, considera que “o porto, graças a sua abundância de madeiras, (...) fundamentaram o fortalecimento de firmas portuárias de importação e exportação, como também o nascimento de uma acumulação de capital na cidade portuária”.

A organização sócio-espacial urbana de Itajaí altera-se acompanhando o desenvolvimento capitalista brasileiro. No centro erguem-se hotéis, estabelecimentos comerciais e as casas de moradia da elite social. Em 1936 era fundado o CIP Futebol Clube, time da Cia. Itajahyense de Phósforos<sup>26</sup>, originário da dissidência de nove jogadores do Clube Náutico Marcílio Dias. Vale lembrar que o Clube Náutico Almirante Barroso também é fruto de uma dissidência de marcilistas<sup>27</sup>, por desentendimento na escolha da madrinha de uma de suas ioles<sup>28</sup>, segundo relato publicado no Boletim esportivo do Barroso de 1977. Importante esclarecer que todas essas instituições tinham caráter amador o que as classifica como instituições de lazer.

Pelos registros de Konder e Silveira Júnior do Anuário de 1949, percebe-se a escassez de espaços públicos de lazer na primeira metade do Século XX, cujos destaques ficam por conta de algumas instituições de caráter social, cultural e esportivo, porém, todas de caráter privado. São elas: Club de Caça e Tiro Vasconcelos Drummond, Teatro do Amador, Sociedade Hípica do Vale do Itajaí, Banda Musical Guarani, Sporte Club Tecita, Atlético

---

<sup>24</sup> “A interpretação nacional-desenvolvimentista era essencialmente nacionalista e moderadamente favorável à intervenção estatal, pois via a proteção à indústria nacional como essencial ao crescimento. Ela também via o Brasil como um país subdesenvolvido, em transição do capitalismo mercantilista para o capitalismo industrial. (...) O modelo de industrialização, via substituição de importações, se impôs naturalmente. A resignação a uma vocação agrária seria um suicídio, da troca desigual entre os produtores de produtos primários e os de produtos industrializados”. (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 36).

<sup>25</sup> “Nas últimas décadas do Século XIX até meados do Século XX, a economia da cidade estava relacionada ao beneficiamento e exportação de madeiras, tornando-se o maior porto brasileiro exportador de madeira”. (SILVA, 2004, p. 64).

<sup>26</sup> Caixa: Cultura e Esporte. Diário Catarinense. **Esportes: histórias do futebol em SC**. Blumenau, quarta-feira, 26 de janeiro de 2000. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>27</sup> Caixa: Boletim Esportivo. **Como surgiu o C. N. Almirante Barroso**. Itajaí, edição comemorativa, maio, 1977. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>28</sup> “s.f. Canoa estreita e leve empregada nos esportes náuticos”. (AMORA, 1998, p. 389).

Club Icarai, Club Náutico Almirante Barroso, Associação de Escoteiros Vasconcelos Drummond, Lauro Muller Futebol Club, Club Náutico Marcílio Dias, Tiradentes Futebol Club, Grêmio 21 de Julho e Estivadores Futebol Club. De todas essas instituições, apenas o Vasconcelos Drummond, a Banda Guarani, o Barroso, o Marcílio Dias, o Tiradentes e o Grêmio 21 de julho ainda estão em atividade nos dias atuais.

O rádio também representava uma opção de entretenimento para os itajaienses. Conforme descreve Rothbarth (2005, p. 7), na década de 1940 “não havia televisão. O rádio era, também, o divertimento das famílias, ouvindo música, as novelas, e os seriados. Ainda me lembro de deixar as brincadeiras no quintal para ouvir o seriado ‘Jerônimo, o herói do Sertão’ ou ‘Tarzan, o rei da selva’”. A autora relata também, a existência do Cine Itajaí já nessa época, que não obstante o clima nebuloso da Segunda Guerra pairando sobre a cidade de Itajaí, as crianças, entre as quais a própria autora, sem a preocupação adulta de saber dos acontecimentos belicosos deliciava-se com as brincadeiras de sua época. “[...] ficávamos nos distraíndo no quintal ou na rua, ainda de terra batida. Ali, os meninos e as meninas brincavam de jogar bola, de pião ou de bolinha de vidro. Havia um tempo para soltar pandorga, para pular corda, para fazer cozinhado, para caçar passarinho.” (ROTHBARTH, 2005, p. 7).

Em 1952, registrou-se uma nova iniciativa dos trabalhadores portuários, como a inauguração da Sociedade Cultural e Beneficente Sebastião Lucas, denominação que homenageava o primeiro afro-descendente a ocupar um cargo de dirigente dos trabalhadores portuários. Tal fato pode ser interpretado como uma atitude de resistência frente à segregação étnico-social representada pelos espaços privados de lazer da elite local. Por outro lado, há que se considerar que este novo espaço de lazer passou a ser também exclusivo - uma espécie de gueto, que ficou por muito conhecido como o “salão dos negros”.

Afora as mudanças já demonstradas no perfil dos usuários das praias, a partir da década de 1970, os registros bibliográficos apontam que no ano de 1972, Itajaí já apresentava um expressivo número de espaços de lazer, porém, ainda, com significativa predominância do caráter privado em relação ao público, dos quais o texto “Ithahay de Hontem” destaca:

“Guarany”, fundada em 1897, “Atiradores”, a mais antiga, fundada em 1895, “Tiradentes”, “Fazenda”, “Vila”, “21 de Julho”, “Sebastião Lucas”, “Iate Clube de Cabeçudas”, “AABB” e outras. De um modo geral essas sociedades promovem reuniões dançantes e incentivam alguma forma de esporte: tênis, bolão, tiro-ao-alvo, natação, etc. As principais sociedades esportivas são: Clube Náutico Marcílio Dias de futebol e tênis; Clube Náutico Almirante Barroso – futebol e tênis. Há muitos anos que não se praticam esportes náuticos em Itajaí. As senhoras das classes média e rica, normalmente se reúnem uma vez por semana em “krentz”, onde praticam jogos de salão, bordam e programam festas beneficentes. (SILVA, 1972, p. 46).

Os cinéfilos tinham à sua disposição o Cine Rex, o Cine Itajaí e o Cine Luz, enquanto os aficionados pela tecnologia televisiva, que dispunham de recursos financeiros para comprá-la entretiam-se com as novelas e seriados. Segundo Silva (1972), os televisores já totalizavam 6.100 aparelhos em Itajaí, sendo que apenas 21 captavam imagem colorida.

Os espaços públicos de lazer, em forma de praças, jardins, passeios e áreas verdes somavam 38 até o ano de 1972, acrescentando-se a este número mais 32 espaços públicos criados de 1973 a 2001, segundo dados do Departamento de Planejamento, Estatísticas e Geoprocessamento da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, da Prefeitura Municipal de Itajaí<sup>29</sup>.

Em 1972 Itajaí sediou pela primeira vez a maior competição esportiva de Santa Catarina, os JASC (Jogos Abertos de Santa Catarina), o que demandou investimentos para a melhoria da precária infra-estrutura desportiva do município. Neste ano foi inaugurada a primeira praça desportiva pública de Itajaí, o Ginásio de Esportes Ivo Silveira, situado no bairro Fazenda. Dez anos após, em 1982, a cidade estaria sediando mais uma edição dos JASC, evento que novamente transformou a infra-estrutura desportiva de Itajaí. Foram construídas duas novas praças de esportes públicas, o Ginásio de Esportes Gabriel João Collares, no Bairro São João e o Mário Tavares, no Bairro Fazenda, além de mais três privadas, a do Ginásio de Esportes do Colégio Cenecista Pedro Antonio Fayal, no Bairro Vila Operária, a do Colégio Salesiano e a do Colégio São José, ambas no Centro da cidade.

Em 2001, no mês de novembro, Itajaí sediou pela terceira vez os JASC, em sua 41ª edição. Esta competição contou com a “participação de 4.500 atletas de 77 municípios catarinenses”. (BITTENCOURT, p. 102). Para esta festa do esporte catarinense, com 23 modalidades esportivas, o poder público municipal investiu maciçamente nas reformas da infra-estrutura desportiva pública, além da construção da primeira pista sintética de atletismo do Estado de Santa Catarina, inaugurada pouco tempo depois em virtude das infiltrações causadas pelas fortes chuvas que caíram sobre Itajaí naquele período.

Não obstante os JASC caracterizarem-se como evento próprio da dimensão social do esporte de rendimento, tendo como princípio básico a prática formal, interessada e, em muitos casos, remunerada, e por isso não serem classificadas como lazer, é fundamental reconhecer os ganhos sócio-espaciais decorrentes da ampliação da estrutura do lazer público/privado local. Como pôde ser constatado, foram construídos vários equipamentos de lazer em virtude da

---

<sup>29</sup> DEPLAN/AM/junho de 2003. Prefeitura Municipal de Itajaí.

realização das três edições dos JASC em Itajaí, que passaram a ser utilizados também pelas comunidades às práticas próprias do lazer.

A maior manifestação popular brasileira, o carnaval, foi instituída em Itajaí com forte influência do entrudo português ainda no Século XIX, com festejos nas ruas da cidade. Segundo Vechi (2003, p. 2003, p. 41), “Os desfiles de rua promovidos pelos clubes itajaienses eram muito elitistas, o que se foi alterando até a década de 80, quando se constatou uma efetiva participação das comunidades mais carentes em apresentações durante o carnaval”. Esta mesma autora relata que desde o Século XIX o carnaval itajaiense era um dos mais animados de Santa Catarina. Até a década de 1960 as características do carnaval de Itajaí estavam mais relacionadas ao estilo europeu, de hábitos familiares.

Os festejos aconteciam nos clubes privados e em corsos, que eram carros enfeitados a desfilar pelas principais ruas de Itajaí com pessoas fantasiadas com o luxo que sua condição econômica permitia. Note-se que este tipo de folia era privilégio de poucos que dispunham de recursos materiais. Os carros alegóricos mutantes da época representavam a grande demonstração da criatividade dos carnavalescos itajaienses, conferindo uma originalidade ímpar ao carnaval do Estado. No final do Século XIX, famílias locais de posse fundaram a primeira sociedade carnavalesca de Itajaí, denominada Sociedade Carnavalesca Estrela do Oriente.

O início do século XX marcou o ingresso dos afro-descendentes nas festividades carnavalescas, mesmo que em locais restritos da cidade, principalmente nos espaços privados das classes trabalhadoras: a Sociedade 13 de Maio (1903), primeira associação a reunir brancos e negros nos mesmos espaços de esporte e lazer; a Sociedade XV de Novembro (1906); o Clube de Regatas Cruz e Souza (1919); o Humaitá Futebol Clube (1922) e a Sociedade Cultural e Beneficente Sebastião Lucas (1952). Estes espaços constituíram as únicas alternativas de participação popular, principalmente dos ex-escravos e seus descendentes, numa sociedade ainda fortemente impregnada por elementos ligados à sua origem européia etnocentrista.

O caráter elitista apresentado pela maior festa popular brasileira em Itajaí pode ser observado nesta afirmação de Vechi (2003, p. 42):

Até a metade dos anos sessenta, as camadas mais abastadas continuaram como organizadores e únicas beneficiadas com os carnavais luxuosos dos mais importantes clubes da cidade. Enquanto isso, a população carente assistia aos desfiles de longe e se divertia em regiões fora do centro, de modo mais humilde, ou em clubes populares.

A popularização do carnaval de Itajaí parece estar relacionada à crise econômica, política e social, que culminou com o golpe militar de 1964, exercendo influência decisiva sobre o carnaval local. Em 1965, já se pode observar a participação popular nos desfiles de rua com a primeira escola de samba de Itajaí, a Porta do Vale, fundada naquele ano.

O espaço público cultural e de lazer passa a ser utilizado definitivamente pelas classes sociais até então excluídas, enquanto a alta sociedade passa a restringir seus espaços aos clubes sociais exclusivos.

Sob o regime autoritário, na década de 1970, é registrada a iniciativa governamental de promover alguns investimentos em políticas públicas de cultura e lazer através do poder público municipal e estadual, incentivando a participação de várias escolas de sambas e blocos carnavalescos nos desfiles de rua. É interessante observar numa época de intensa restrição aos direitos civis e de perseguição política fazia-se necessário “animar” o povo com “pão e circo”, numa tentativa de maquiagem a repressão em nome da ordem vigente.

A redemocratização do Brasil na década de 1980 revigorou o carnaval de Itajaí com a retomada dos investimentos dos desfiles de rua, numa época em que a Rua Hercílio Luz e a Avenida Marcos Konder transformaram-se em espaços públicos de efetiva participação popular. Os blocos de salão tradicionalmente fantasiados multiplicavam-se todos os anos. Embora o carnaval seja uma manifestação cultural, não há como dissociá-la do conteúdo próprio do lazer quando praticado sem qualquer tipo de obrigação formal a exemplo da participação dos foliões nos bailes e nos desfiles de rua e do próprio público que participa indiretamente apenas assistindo os desfiles.

A década de 1980 foi marcante para o carnaval de Itajaí, embora não se possa dizer o mesmo da década posterior, quando nos anos 90 ocorreram profundas transformações no carnaval local. Neste período, houve um esvaziamento dos desfiles de rua decorrentes da ausência de políticas públicas culturais ao que tudo indica motivado pela recessão econômica que o país atravessava naquele conturbado período da história do Brasil, que culminou com o processo de *impeachment* e renúncia do presidente Fernando Collor de Melo.

O vácuo causado pela ausência de investimentos públicos no carnaval local ainda não foi superado nestes primeiros cinco anos do terceiro milênio. Agora em novo espaço, na Avenida Ministro Victor Konder (Beira-Rio), o carnaval de Itajaí é apenas uma sombra dos festejos organizados do outro lado do rio, no Município de Navegantes. Vários foliões passaram a participar do carnaval do município vizinho, que se fortaleceu e transformou-se no maior evento daquela cidade.

### 3.2 Institucionalização da Gestão de Políticas Públicas de Lazer Local

A partir da década de 1970 teve início uma nova dinâmica na geração de políticas públicas setoriais de lazer, numa progressão geométrica sem precedentes na história de Itajaí. Devido à amplitude da temática do presente trabalho, procurou-se apresentar apenas um recorte para demonstrar alguns exemplos que substanciaram esta nova dinâmica. Pode-se perceber que esse novo modelo gerenciador da máquina pública se processou como uma espécie de insulamento burocrático a exemplo do que acontecera na esfera federal sob a égide tecnocrática do regime militar. A propósito do insulamento burocrático, Nunes (1997, p. 33), assim define: “é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. (...) significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel”. A conjuntura político-econômica desse período antidemocrático justificava esse procedimento centralizador que, não obstante às ressalvas de um momento histórico turbulento de limitação dos direitos individuais, trouxe bons resultados quanto à propagação dos espaços de lazer no município de Itajaí.

Esse período marca o início da gestão pública planejada no município de Itajaí. Definiram-se políticas públicas com ações e metas setoriais de cultura, esporte e lazer. No final da década de 1970, o poder público priorizou algumas ações sociais com estratégias voltadas às áreas de educação, cultura e esporte<sup>30</sup>, estabelecendo metas bienais, visando ampliar o atendimento popular com projetos, tais como: Esporte para Todos, programa de incentivo à participação popular não-formal em atividades esportivas; apoio às iniciativas culturais da cidade; preservação dos bens histórico-culturais; programação cultural periódica e ampliada à população; apoio ao esporte amador. Outras ações foram executadas neste período em comemorações oficiais como ruas de lazer e passeios culturais<sup>31</sup>, além de atividades desportivas como a OLEI (Olimpíada Estudantil de Itajaí), que misturava momentos de lazer e esporte competitivo até 1992, realizada no único Ginásio de Esportes da cidade, o Ivo Silveira, na Fazenda. Outras atividades eram os torneios femininos de atletismo<sup>32</sup>.

Em sua crítica ao programa Esporte para Todos – uma versão brasileira do modelo europeu de mesma denominação dos anos 60 – Cavalcanti (1984, p. 98), afirma que “o

---

<sup>30</sup> Caixa: Cultura e Esporte. **Metas Prioritárias para 77/78**. Prefeitura Municipal de Itajaí – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Acervos do Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>31</sup> Caixa: Cultura e Lazer. Programa Convite “**Semana do Município**”. Prefeitura Municipal de Itajaí. Junho de 1980. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>32</sup> Caixa: Cultura e Esporte. Programa Convite “**Semana do Município**”. Prefeitura Municipal de Itajaí. Junho de 1982. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

discurso sobre o Esporte para Todos é um discurso ideológico à medida que esconde a verdadeira natureza do fenômeno”. O que estava por trás do direito à prática esportiva não-formal, portanto, de lazer, não era o resultado de um movimento de reivindicação esportiva. Era, por outro lado, uma proposta do Estado e de diversas organizações de ocupação do tempo livre do indivíduo como forma eficaz de controle social na busca do corpo e mente “sadia” no calor dos conflitos de resistência dos movimentos sociais contra a ordem política dos anos 70. Além de se configurar como um importante fator de massificação do esporte no sentido de proporcionar à massa o acesso ao consumo de um bem cultural que até então era considerado de elite, podendo a partir então as essas classes sociais usufruírem dos mesmos espaços. Uma maneira sutil de favorecer “a adesão popular à hegemonia da classe dominante, uma vez que esta possibilitou tal ação assistencialista”. (CAVALCANTI, 1984, p. 100).

A questão urbana itajaiense passou a ser discutida com profundidade pela primeira vez em 1971, quando foi elaborado o primeiro Plano Diretor da cidade, o qual foi revisado em 1980. Porém, na década de 1990 foram editadas diversas leis de regulação do uso e ocupação do solo, intervenções estas que transformaram o espaço urbano da cidade numa verdadeira colcha de retalhos. Atualmente se encontra em processo de elaboração o novo Plano Diretor, atendendo o que estabelece o Estatuto da Cidade, conforme a Lei Nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, no sentido de definir as políticas de planejamento urbano dos municípios brasileiros para os próximos dez anos.

Alguns projetos municipais na área artístico-cultural foram mantidos por governos municipais diversos, como foi o caso do Festival de Inverno, que teve início em 1973, com o apoio da Prefeitura Municipal de Itajaí. Trata-se da maior expressão artístico-cultural e de lazer realizado em diversos locais da cidade. O festival de Inverno se estendia por um período de uma a duas semanas e incluía na sua vasta programação: atividades musicais, mostras de cinema, feira de livros, curso vocal, teatro, oficinas artísticas, exposições, debates e espetáculos de circo, conforme pôde ser constatado no Programa Convite do Festival de Inverno realizado em 1989<sup>33</sup>, quando foi retomado com o apoio da UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí), após longos sete anos de parada. Foi um dos maiores festivais de arte do Brasil, de acordo com o relato no Plano Quadrienal de Cultura de Itajaí 1993/1996<sup>34</sup>, destacando ainda que de 1989 até 1993 o festival de inverno foi realizado a duras penas, em

---

<sup>33</sup> Caixa: Programa Convite. **Festival de Inverno**. 21 a 29 de julho. Prefeitura Municipal de Itajaí. 1989. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>34</sup> Caixa: Cultura e Lazer. **Plano Quadrienal de Cultura de Itajaí 1993/1996**. Prefeitura Municipal de Itajaí. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

decorrência do agravamento da conjuntural crise econômica brasileira, que afetou significativamente os municípios.

As políticas públicas de lazer foram substancialmente levadas a termo com o término das obras de construção da Avenida Ministro Victor Konder e da Praça Genésio Miranda Lins em 1978<sup>35</sup>, no Bairro Fazenda, a Beira-Rio como ficou conhecida, disponibilizando um grande espaço público para o passeio, a recreação, os jogos, a contemplação e o lazer. A Beira-Rio transformou-se no maior espaço de sociabilidade dos itajaienses, sejam crianças, jovens e adultos. O lazer agora tinha endereço certo. A partir da década de 1990 e início dos primeiros anos do século XXI, ampliaram-se as modalidades de esporte e lazer com a construção de uma pista de *skate*, de trapiches para as embarcações dos pescadores locais, bem como para embarcações da escolinha de remo e meio ambiente. A Beira-Rio transformou-se, também, numa via gastronômica, reunindo num mesmo espaço o lazer público e o privado.

Uma grande festa de iniciativa do poder público municipal, criada a princípio para atender a demanda rural foi institucionalizada com a Festa do Colono, em 1981, numa parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Realizada num amplo espaço na localidade da Bahia, interior itajaiense, já é freqüentada por um grande público da zona urbana de Itajaí, bem como do vizinho município de Brusque. Conforme descrição de Cardoso (2003), a programação da festa inclui exposições, feiras agro-industriais e pecuárias, apresentações artístico-culturais, shows, bailes, festival sertanejo, palestras técnicas, gastronomia, concursos, torneios esportivos, parque de diversões, vôos panorâmicos e shows pirotécnicos. “(...) o objetivo da criação da festa era mostrar que além da pesca e do porto, o município de Itajaí também tinha vida agrícola” (CARDOSO, 2003, p. 55).

O planejamento cultural para Itajaí de 1982, apresentou entre outras ações a criação de uma unidade móvel de lazer<sup>36</sup>, que objetivava a recreação pública com múltiplas opções paralelas: promoção, desenvolvimento e orientação de atividades de lazer em promoções sócio-culturais baseadas em atividades recreativas, artísticas, culturais e sociais. Outras políticas públicas de cultura e lazer foram desenvolvidas durante a década de 1980. A Marejada, com o *slogan* “Festa portuguesa e do pescado” surgiu com um forte apelo étnico-cultural açoriano. Esta hegemonia é criticada por Severino (1999)<sup>37</sup> que nega o caráter

---

<sup>35</sup> Obra pública inaugurada em 1982, na gestão do prefeito Amílcar Gazaniga.

<sup>36</sup> Caixa: Cultura e Lazer. **Planejamento Cultural para 1982**. Prefeitura Municipal de Itajaí. Acervos do Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>37</sup> Ver SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Ed. Univali, 1999. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

exclusivista das representações preponderantemente luso-brasileiras da festa, destacando a diversidade étnico-cultural da colonização itajaiense e a invenção das tradições para justificar interesses específicos. Para este autor a pureza da descendência açoriana é uma maquiagem do real, já que é bastante visível à influência germânica na política, na economia e na sociedade local, cujas marcas podem ser observadas nos nomes das principais ruas, avenidas, praças etc. Outras influências teuto-brasileiras aparecem nas atividades esportivas que ainda hoje são realizadas como a bocha, o bolão, o tiro. Conforme publicação no *site* oficial da Prefeitura Municipal de Itajaí, a Marejada foi criada em 1987, em decorrência da necessidade de fomentar o turismo no município de Itajaí. Todos os anos no mês outubro, a exemplo da *Oktoberfest* em Blumenau e da Festa do Marreco em Brusque, é realizada a Marejada ao longo de 17 dias de festa. Afora os embates ideológicos, a festa constitui-se num espaço de lazer e cultura para o público itajaiense e da região, e para o público que vem de vários lugares do Brasil. Um aspecto interessante a ser destacado é que no mesmo espaço público em que se realiza a Marejada convivem espaços privados comerciais e aqueles ligados a entidades assistenciais.

Dois anos após, em 1989, acontece à inauguração da Choperia Mr. Franz<sup>38</sup>, na Avenida Joca Brandão. Esse espaço privado de sociabilidade e lazer agregou um grande número de freqüentadores, principalmente os universitários, devido à sua proximidade à UNIVALI. No início do século XX, como já fora abordado, as cervejarias eram uma alternativa de quebra da monotonia decorrente da escassez de espaços de lazer. Atualmente esta cervejaria já não existe mais, porém, foi uma excelente opção de lazer para a juventude que freqüentava aquele espaço de sociabilização recreativa. Outros bares também tiveram sua importância como excelentes espaços privados freqüentados pela juventude local para o lazer nos anos 90, como é o caso do Concha Turbinada, localizado na Beira Rio, o Samuray Lanches, anexo ao Supermercado Fazendão, no Bairro Fazenda, e o restaurante Brasileirinho, no Bairro Cabeçadas. Destes, apenas o Brasileirinho e o Samuray, agora no Bairro São João e sem as características do passado, ainda mantêm suas atividades normais.

Em dezembro de 1989 a Prefeitura Municipal inaugurou o Parque Náutico Odílio Garcia, no Bairro Cordeiros, que apesar do potencial aquático que o rio Itajaí-Açu oferecia caiu logo no esquecimento, não sendo realizada qualquer atividade náutica até os JASC de 2001, quando foram disputadas ali as provas de remo. Atualmente, a atividade da pesca como lazer é a única forma de utilização daquele espaço público.

---

<sup>38</sup> Caixa: Cultura e Lazer. **Convite para Inauguração da Choperia Mr. Franz – Chopp**. 06 de julho de 1989. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

Também na década de 1990 percebe-se a presença do poder público local na geração de políticas públicas de lazer. Neste ano foi realizada a corrida rústica da Páscoa. Em 1992 por ocasião do 1º Seminário sobre Perspectivas da Cultura de Itajaí<sup>39</sup>, foi discutida, entre outros assuntos de interesse cultural, a criação de uma comissão permanente para elaboração e programação do Festival de Inverno, cujo objetivo principal era a sua maior popularização. A falta de registros documentais não permite avaliar se esta retomada de um dos principais eventos culturais e de lazer de Itajaí e de toda região pôde ser levado a cabo. Ainda no ano de 1992 era fundado o CCI (Centro de Convivência do Idoso). Esta talvez fosse, até então, a melhor ação do poder público local, na geração de políticas públicas para a terceira idade. O CCI, localizado no Bairro Vila Operária ainda mantém suas características de espaço público de lazer e cultura, proporcionando aos idosos itajaienses momentos de sociabilidade e descontração num ambiente amistoso e alegre.

Já no final dos anos 90 é possível observar ainda a distinção social como forma de demarcação de espaços. O programa-convite da Sociedade Recreativa e Cultural da Vila<sup>40</sup>, de 1999, traduz de certa forma o que acontecia nos diversos clubes sociais de Itajaí com o tradicional baile de debutantes, cujo traje a rigor obrigatório já sintetizava o requinte do evento. Essa exigência estética tinha como idéia central a seleção eficaz para o acesso restrito de uma classe social distinta. Neste sentido, as tradições inventadas eram mantidas como forma de alto-afirmação social.

De iniciativa do poder público municipal, a anualmente festejada “Semana do Município”, que comemora a emancipação política de Itajaí, é um grande evento de cultura, esporte e lazer local. Na proposta convite de 1999, entre outras ações previstas, destacou-se a “Praça de Cultura e Lazer”, evento que engloba várias atividades realizadas na Praça Vidal Ramos. Nesta mesma data foi inaugurado o Parque Ecológico Alessandro Weiss, no Bairro São João. Talvez seja o maior espaço público de área verde no município.

Um grande projeto arquitetônico de re-ordenamento do espaço urbano, principalmente da orla, encontra-se em poder da Prefeitura Municipal de Itajaí desde 2003. Trata-se do Projeto Borda d’Água<sup>41</sup>, cujo objetivo básico é a valorização do centro tradicional de Itajaí, elaborado sob a ótica das políticas compensatórias, em virtude das perdas físicas que as obras de ampliação do Porto impuseram ao entorno da área retro-portuária. Foram demolidos alguns

---

<sup>39</sup> Caixa: Cultura e Lazer. **1º Seminário sobre Perspectivas da Cultura de Itajaí**. 21 de agosto de 1992. Prefeitura Municipal de Itajaí. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>40</sup> Caixa: Cultura e Lazer. Programa-Convite. **“Noite das Flores”: Baile de Debutantes**. 11 de setembro de 1999. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>41</sup> Ver em: <http://www.portoitajai.com.br/borda>. Maio de 2003.

prédios históricos, tais como o próprio Paço Municipal, construído em 1972, cujo espaço ao fundo, na Rua República Argentina era um excelente ponto turístico e de lazer, onde as pessoas passavam o tempo a admirar o fluxo de navios e a própria beleza natural. Atualmente em 2004, foi construído um grande muro para cercar o pátio arrendado à empresa TECONVI (Terminal de Containeres do Vale do Itajaí), compreendendo uma área de 74 mil metros quadrados. Essa construção obstruiu a visualização do que outrora foi um verdadeiro cartão postal de Itajaí. O Projeto Borda d'Água alcançará toda a orla marítima, indo do Porto até o Morro do Farol, em Cabeçudas. Dentre as ações previstas, estão as obras de ampliação e melhoramento dos espaços públicos de lazer localizados nesta faixa litorânea.

A educação pública municipal também tem realizado ações de desenvolvimento do lazer, cultura e esporte, através dos programas assistenciais de renda mínima como o Bolsa Família e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), ampliando a jornada educativa dos alunos e alunas do ensino fundamental, que são atendidos no contra-turno escolar, oriundos de famílias beneficiárias. Esses programas contemplam as atividades de dança, capoeira, coral, flauta doce, violino, remo e banda. As escolas municipais ainda mantêm escolinhas desportivas, como preparação para as competições do calendário desportivo de Itajaí, que são os JORME (Jogos da Rede Municipal de Ensino) e os JEI (Jogos Escolares de Itajaí). A partir de 2005 três escolas da rede municipal de ensino foram abertas à comunidade aos sábados, para oferecer atividades de cultura, lazer e esporte. Trata-se do Programa Escola Aberta<sup>42</sup>. Constatou-se, com relação a este programa, uma grande expectativa inicial que, na sua essência, constitui-se numa política pública social que pode gerar resultados positivos a curto e médio prazo. Já é perceptível, porém, um certo esvaziamento, o que pode desmotivar a participação efetiva das comunidades beneficiárias. Além disto, os custos de manutenção com recursos humanos e materiais se tornam um fator limitante à expansão do projeto às demais unidades escolares da rede municipal de ensino fundamental, que somam 40 escolas.

Por fim, cabe destacar alguns outros espaços públicos e privados voltados ao lazer, cultura e esporte: as praças públicas; o farol de Cabeçudas e dos molhes da barra; o mirante do alto do Morro da Cruz, as áreas verdes; o Morro do Careca e outros morros propícios à

---

<sup>42</sup> O Programa Escola Aberta é uma política pública implementada pelo atual governo municipal cujo objetivo é utilizar os espaços das unidades escolares municipais nos finais de semana, oferecendo atividades desportivas, artísticas e sócio-culturais aos jovens e à comunidade. Atualmente são quatro escolas básicas municipais estão sendo utilizadas em bairros diferentes: E.B. Olímpio Falconieri da Cunha, no Bairro São Vicente; E.B. Melvin Jones, no Bairro Cordeiros; E.B. Arnaldo Brandão e; Centro Educacional Cacildo Romagnani, no Bairro Cidade Nova.

prática do vôo livre; os prédios públicos: paço municipal, casa da cultura, mercado público, museu histórico, fundação cultural, biblioteca pública, píer turístico e teatro municipal; o campus da UNIVALI; a ANI (Associação Náutica de Itajaí); as igrejas Matriz do Santíssimo Sacramento e Imaculada Conceição; o herbário Barbosa Rodrigues; as praias de Cabeçadas, Atalaia, Geremias, Canto do Morcego, dos Amores, dos molhes da barra e Praia Brava; o Bico do Papagaio; as vias e os passeios públicos, além de outros pontos turísticos.

Ao analisar o fenômeno do lazer no município de Itajaí nos seus dois séculos de história, é possível considerar que a organização sócio-espacial fundamentada no modelo capitalista de produção restringiu o atendimento da demanda social por lazer, cultura e esporte. O espaço público foi perdendo paulatinamente sua função social, qual seja a de promover a qualidade de vida. Essa forma de produção sócio-espacial segregou a maior parcela da população da zona urbana, a ponto de instituírem-se grupos sociais distintos que consolidassem a demarcação dos espaços urbanos.

Por outro lado, as camadas excluídas relutaram em defesa da conquista de seus espaços de lazer, cultura e esporte, através de movimentos emancipatórios liderados pelos trabalhadores portuários no início de Século XX, até atingirem seus objetivos com a criação de espaços sociais próprios. Cabe ressaltar que embora tais reivindicações classistas fossem decisivas para a transformação de atitudes políticas não se pode perder de vista o agravamento do caráter fragmentador que tais comportamentos sociais engendraram. O que se percebe é que se construiu no calor dos conflitos uma sociedade desigual e extremamente preconceituosa em todos os segmentos das representações sócio-culturais.

Paradoxalmente ao regime de exceção do governo militar nas décadas de 1970 e 1980 é que vão acontecer relevantes mudanças de incentivo ao lazer, cultura e esporte. Nesse período o lazer passa a ser planejado pelo poder público local, que estabelece uma gestão de políticas públicas setoriais definindo agora as metas bienais e quadrienais. As ações implementadas a partir de uma agenda social substanciada no diagnóstico situacional permitiram equilibrar os espaços públicos com os privados de lazer, não obstante as tendências ideológicas que norteavam o pensamento político da época.

Nas três décadas que se seguiram pôde-se perceber que as manifestações públicas de lazer foram conquistando espaço, mesmo com a forte concorrência da especulação imobiliária, numa luta extremamente desigual.

Atualmente, observa-se o esvaziamento de várias manifestações sociais de lazer que poderiam ser retomados pelo poder público, como por exemplo, o Festival de Inverno, que

além do lazer proporcionava momentos de manifestações artístico-culturais e esportivas, a ponto de ter sido considerado o maior evento do gênero no Estado de Santa Catarina.

Um dos maiores desafios dos gestores de políticas públicas talvez seja a criação de alternativas que contribuam para o equacionamento do problema da urbanização crescente em equilíbrio com a qualidade de vida desejada na cidade. E qualidade de vida demanda políticas setoriais de lazer que atendam as reais necessidades dos cidadãos. Cabe ao Estado a tarefa de criar condições para o cumprimento das prerrogativas legais.

O lazer é um direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, parágrafo 3º, estabelece: “O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. Isto significa dizer que cabe ao Estado, nas três esferas (municipal, estadual e federal) estimular a prática do lazer, por meio da definição de políticas públicas capazes de criar as condições efetivas para a ocupação do tempo livre da população. Faz-se necessário, porém, destacar que esta promoção social pretendida necessita ser efetivada de forma planejada, com objetivos bem definidos e que, acima de tudo, sejam da vontade dos beneficiários.

A Lei Orgânica do Município de Itajaí de 1990, no seu artigo 196, estabelece que o “Município deve apoiar e estimular as práticas desportivas da comunidade em todas as idades, proporcionando meios de recreação sadia e construtiva”. Tal exigência legal está condicionada, nos seus incisos I e II a reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, praças, jardins, campos esportivos, praias e assemelhados como base física da recreação urbana, bem como a construção e equipamento de parques infantis e centros de lazer.

Como pode ser observado, as bases legais para a geração de políticas setoriais de lazer já estão postas. Falta é vontade política e compromisso com a coisa pública e com a cidadania. A própria Lei Orgânica já traz no seu texto as diretrizes básicas para o tratamento adequado dos espaços públicos urbanos. Então, por que o lazer ainda não é tratado como prioridade social pelo poder público local? Por que não há uma sintonia entre política pública e direito social?

Estas questões serão discutidas no capítulo IV, onde será apresentada a análise e interpretação dos dados da pesquisa de campo a partir das opiniões dos usuários, dos gestores públicos e privados do lazer em Itajaí.

## CAPÍTULO IV

### O LAZER NA PERSPECTIVA DOS DIFERENTES ATORES SOCIAIS NO CONTEXTO ATUAL DE ITAJAÍ (SC)

O presente capítulo é constituído pela análise dos dados relativos à atual configuração sócio-espacial do lazer no município de Itajaí. Para uma melhor visualização e leitura dos dados, optou-se por uma sistemática de apresentação concentrada de ilustrações gráficas seguidas das respectivas considerações do pesquisador.

Para a análise e interpretação dos dados, adotou-se como base teórico-conceitual o significado do lazer definido por Dumazedier (1984), que em linhas gerais, o define como atividades sociais, voluntárias e criativas, bem como as de repouso, recreação, diversão e entretenimento e aquelas destinadas à informação e formação praticadas espontaneamente e de forma desinteressada, no tempo livre. Esse conceito de lazer *a priori* pressupõe que os atores pesquisados são potenciais praticantes de alguma forma de lazer no seu tempo livre. Por isso, considera-se que as contribuições das manifestações e, principalmente, das representações sociais da população pesquisada sobre o fenômeno lazer no contexto local constituem-se em indicadores significativos diante dos objetivos propostos pelo presente estudo.

A pesquisa de campo foi estruturada em três partes, aglutinando os dados empíricos sobre o perfil sócio-econômico e cultural de uma parcela representativa dos usuários, bem como dos gestores públicos e privados locais do lazer do município de Itajaí, além do levantamento dos aspectos quantitativos e qualitativos considerados relevantes no contexto do objeto pesquisado.

É importante ressaltar que a utilização do termo “usuário” para se referir aos atores sociais investigados se deve ao fato do uso efetivo ou potencial dos equipamentos públicos e privados de lazer nos bairros da cidade. Por outro lado, tem-se a devida consciência do caráter ideológico desse termo, a ponto de merecer uma contundente crítica de Milton Santos (1998), que o considera carregado de elementos capitalistas, inclusive, caracterizando-o como sinônimo de consumo, quando deveria merecer o tratamento de cidadão.

A tabela 2 mostra a distribuição representativa do recorte sócio-espacial dos entrevistados, o que permite conhecer a amplitude da pesquisa de campo realizada.

**Tabela 2 – Distribuição dos usuários do lazer por Bairro**

<b>Bairro</b>	<b>Freqüência</b>	<b>%</b>
Cordeiros	16	<b>14</b>
São Vicente	17	<b>15</b>
Cidade Nova	10	<b>9</b>
Fazenda	16	<b>15</b>
São João	13	<b>12</b>
Centro	6	<b>5</b>
Vila Operária	12	<b>11</b>
Dom Bosco	5	<b>5</b>
Praia Brava	10	<b>9</b>
Outros	5	<b>5</b>
<b>Base de amostra</b>	<b>110</b>	<b>--</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Antes de se proceder a análise dos dados é necessário esclarecer alguns aspectos metodológicos da tabela 1. Os bairros foram dispostos seguindo uma hierarquia populacional. E para a distribuição quantitativa dos usuários do lazer por bairro adotou-se o critério de proporcionalidade populacional de acordo com os dados do último Censo Demográfico do IBGE, ano base 2000, que apresentou uma população total de 147.494<sup>43</sup>, distribuída nos 16 bairros do município de Itajaí.

Na categoria “Outros” foram agregados os dados dos Bairros da Ressacada, Cabeçadas, Itaipava, Barra do Rio, Espinheiros, Canhanduba e Salseiros, pelo fato de não se ter atingido um número amostral satisfatório nessas localidades.

Ao contrário dos usuários do lazer, as entrevistas com os gestores públicos municipais foram efetuadas nos seus respectivos locais de trabalho. Porém, o questionamento sobre os seus locais de moradia é relevante para se dimensionar até que ponto esses atores políticos conhecem a realidade do lazer nos respectivos bairros onde residem. Os dados coletados apontam que, dos oito gestores públicos do lazer, a metade (50%) reside no Centro e no Bairro Dom Bosco, outros três, nos Bairros Cordeiros, São Vicente e Vila Operária. Apenas um não respondeu.

Já a situação geográfica residencial dos gestores privados do lazer é mais dispersa com o registro de um morador para cada bairro: Cordeiros, São Vicente e Vila Operária. Os Bairros Centro e Dom Bosco registraram dois moradores cada. Uma não respondeu.

<sup>43</sup> A estimativa da população de Itajaí, segundo o IBGE, em 2005 é de 164.950 habitantes.

#### 4.1 Perfil Sócio-Econômico dos Usuários e Gestores Públicos e Privados do Lazer

A investigação empírica do perfil sócio-econômico dos usuários do lazer, quanto ao sexo, revelou uma distribuição simétrica de 50% para ambos os sexos, para uma amostragem populacional aleatória de 110 sujeitos entrevistados.

Tal simetria é resultado da casualidade, o que significa dizer que não houve interferência do pesquisador na coincidente quantidade de homens e mulheres entrevistados.

Por outro lado, os dados da distribuição dos gestores públicos municipais do lazer por sexo revelam uma substancial preponderância do sexo masculino, já que os cargos do primeiro escalão do governo municipal são ocupados por 77% de homens e 23% de mulheres, segundo dados obtidos junto ao *site* oficial da Prefeitura Municipal de Itajaí<sup>44</sup>.

O recorte aleatório atingiu um percentual muito próximo do universo dos gestores públicos do sexo masculino (75%) e feminino (25%). Entretanto, vale ressaltar que este percentual de cargos ocupados por mulheres se refere a duas secretarias de destaque: de Educação e de Assistência Social<sup>45</sup>. Vale lembrar que a atual estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Itajaí é composta por 35 órgãos da administração direta, fundações e autarquias.

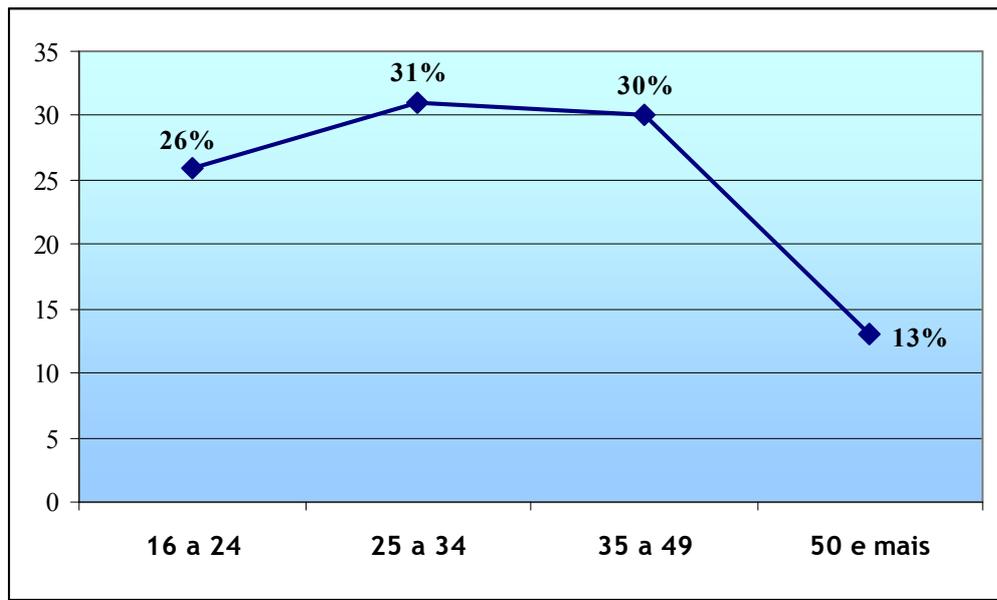
A mesma situação desproporcional de gênero é constatada no recorte empírico da distribuição dos gestores privados do lazer por sexo, que apontou uma superioridade significativa de homens nos cargos de direção da ordem de 87% contra apenas 13% de mulheres.

Comparativamente aos dados demonstrados na pesquisa realizada junto aos gestores públicos, constatou-se uma semelhança, porém, com uma concentração ainda maior de homens ocupando cargos na direção das organizações privadas de lazer de Itajaí. Dos oito gestores privados entrevistados, que ocupam cargo de presidente nos clubes ou associações, todos são do sexo masculino.

---

<sup>44</sup> A estrutura do atual governo municipal está disponível em: <<http://www.itajai.sc.gov.br/secretarias.php>>.

<sup>45</sup> Com a Reforma Administrativa, a Secretaria de Assistência Social, antiga SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Social) e a Secretaria de Cultura, Memória e Turismo (antiga Fundação Cultural de Itajaí), sofreram alteração da sua estrutura por meio da Lei Complementar nº. 87, de 14 de julho de 2006.



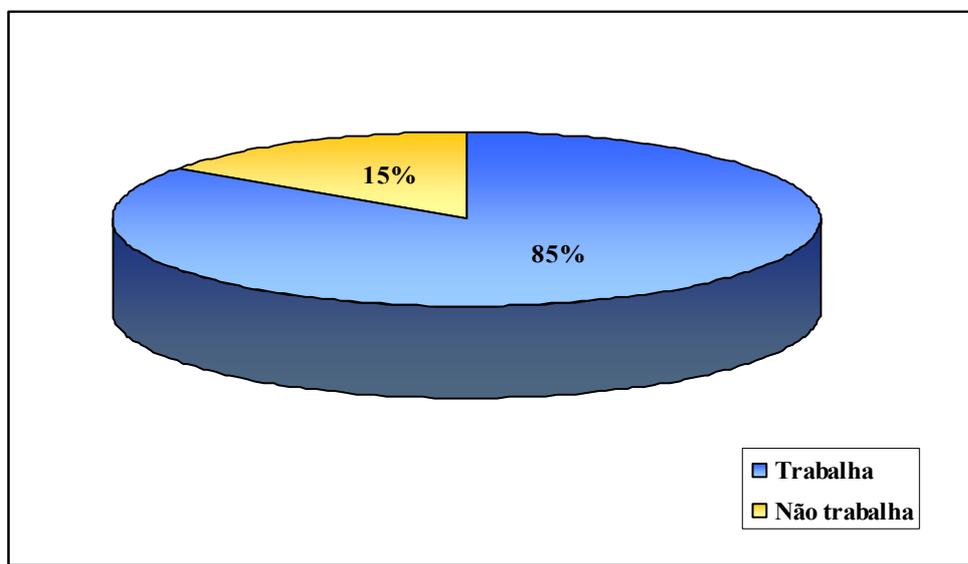
**Gráfico 1 – Distribuição etária dos usuários do lazer.**

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Considerando-se que as entrevistas foram realizadas aleatoriamente, é possível observar uma linearidade do perfil etário dos entrevistados jovens e de meia idade, com pequena oscilação entre 5 e 4 pontos percentuais no grupo de etário de 16 a 24 anos idade. Já a amostra populacional que concentra os atores com idade acima dos 50 anos aparece com apenas 13%, conforme pode ser observado no gráfico 1. O cenário demonstrado neste gráfico revela que a amostra representativa dos atores sociais com idade para o trabalho (16 a 49 anos), soma 87%, superando em 8% o universo populacional de Itajaí nesta faixa, que é de 79%. O mesmo ocorre de maneira inversa na amostragem dos atores com idade superior a 50 anos, registrando-se uma taxa 8% inferior ao universo da população itajaiense nesta faixa etária que é de 21%, segundo dados do último Censo Demográfico do IBGE, ano base 2000, o que demonstra ser uma ótima representatividade para a análise e interpretação das manifestações expressas pelos usuários do lazer.

Um aspecto relevante a ser abordado nesta categoria de análise diz respeito à parcela de atores aposentados concentrada na faixa etária acima de 50 anos de idade, que representa uma demanda social considerável à geração de políticas setoriais de lazer específicas. A esse respeito Dumazedier (1979, p. 114), afirma que “para a maioria, é o lazer que constitui o conjunto de atividades mais extenso e mais significativo desta idade, mesmo quando a doença ou a miséria erguem seus obstáculos”. Para esse teórico da sociologia do lazer são as práticas

dessas atividades que fortalecem os valores correspondentes das probabilidades de realização pessoal da terceira idade. Já o perfil etário dos gestores públicos e privados do lazer apresenta características diferenciadas. Dos 8 gestores públicos do lazer entrevistados, 100% têm idade acima de 35 anos distribuídas em duas faixas etárias: 8 atores políticos têm idade entre 35 a 49 anos (75%) e outros 2 declararam ter idade acima dos 50 anos (25%). Diferentemente, o perfil etário dos gestores privados do lazer atinge todas as faixas. Dos 8 atores sociais entrevistados, 1 tem idade entre 16 e 24 anos (12,5%); 2 têm idade entre 25 e 34 anos (25%); 1 tem idade entre 35 e 49 anos (12,5%) e; a metade declarou ter idade acima dos 50 anos (50%).



**Gráfico 2 – Perfil econômico dos usuários do lazer (Emprego).**

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

O recorte da população economicamente ativa demonstrada no gráfico 2 revela um índice relativamente satisfatório de 85% de pessoas que se declararam empregadas formalmente ou administrando seus próprios negócios. Por outro lado, verificou-se que 1/4 dos entrevistados que declararam não estar trabalhando, já estão aposentados.

Analisando-se esses dados comparativamente com a realidade nacional, de acordo com a última publicação do Radar Social de 2005, ano base 2003, elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), sobre a categoria *trabalho*, constata-se, em termos proporcionais, que o recorte da população desempregada no município de Itajaí segue os parâmetros da média brasileira, que é de 10%. Paradoxalmente, neste mesmo documento o

estado de Santa Catarina aparece com a menor taxa de desemprego do Brasil, com média de 5,7%.

Esses dados do gráfico 2 irão complementar o perfil econômico dos usuários do lazer demonstrados na tabela 3, que trata da categoria *renda familiar* sendo possível perceber que, embora se tenha observado uma ótima situação da variável emprego, por outro lado a média salarial por domicílio se constitui num fator determinante à retração do lazer privado no município, aumentado significativamente à demanda por lazer em espaços públicos o que representa um problema para o poder público local uma vez que estes espaços são insuficientes para o atendimento desta demanda reprimida, principalmente nos bairros mais populosos como será demonstrado mais adiante na figura 1, que apresenta o mapa dos equipamentos públicos de lazer em Itajaí (SC) e no quadro 1 que mostra a proporção dos espaços públicos por habitante.

**Tabela 3 – Perfil econômico dos usuários do lazer (Renda)**

<b>Renda familiar</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Até 1	3	<b>3</b>
Mais de 1 a 2	8	<b>7</b>
Mais de 2 a 5	62	<b>56</b>
Mais de 5 a 10	31	<b>28</b>
Mais de 10	6	<b>6</b>
<b>Base de amostra</b>	<b>110</b>	<b>--</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Em uma economia de mercado, como é o caso da brasileira, existe componentes essenciais para o bem-estar das famílias que dependem do seu poder de compra de produtos e serviços, tais como alimentos, vestuário, transporte, lazer etc., sendo que a qualidade de vida da população está diretamente relacionada com a renda produzida no país.

Os dados da tabela 3 apontam uma predominância dos usuários com renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos superior à metade da população pesquisada, perfazendo um percentual de 56%. Outros 28% percebem renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos. Estes números revelam um poder econômico acima da média nacional, que é de 1,5 salários mínimos segundo o Radar Social de 2005, que aponta uma média salarial domiciliar *per capita* brasileira de R\$ 360,50<sup>46</sup>. Esta mesma publicação destaca que a menor proporção de pobreza

---

<sup>46</sup> Esta publicação do Radar Social 2005 foi elaborada a partir dos dados do PNAD/IBGE de 2003. O valor referencial nominal do salário mínimo, entre abril de 2003 e abril de 2004, era de R\$ 240,00.

entre as unidades da federação é registrada em Santa Catarina com uma taxa de 12,1%, confirmando que o recorte da renda familiar local está acima da média, demonstrado na tabela 2. Por outro lado, é importante ressaltar que a renda média entre 2 e 5 salários mínimos corresponde a R\$ 875,00 para uma renda *per capita* de R\$ 291,66 se calculados tais valores numa perspectiva de projeção familiar brasileira girando em torno de 3 membros por família. Desta forma, é possível inferir que se torna absolutamente impraticável para uma família nesses padrões satisfazer as necessidades vitais básicas de moradia, higiene, alimentação, vestuário, educação, transporte, previdência social e lazer, preconizadas no artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

Esta conjuntura pressupõe que a prática de algumas modalidades de lazer cultural ou recreativo nos espaços privados como restaurante, cinema, turismo, entretenimento etc., podem ser consideradas, guardadas as devidas proporções, como “coisa de rico”, conforme afirma Leite (1995, p. 20). “Sob tal aspecto o lazer é um fator de agravamento das desigualdades; por outras palavras, é coisa de rico, como se costuma dizer de tantas outras situações”. Este autor propõe que o chamado lazer social poderá se constituir na condição atenuante deste hiato entre os atores que dispõem e os que não dispõem de lazer ancorado na lógica capitalista de mercantilização dos espaços e das representações sociais que se estabeleceram a partir do seu conceito moderno.

No mundo de hoje, cada vez mais as pessoas se reúnem em áreas mais reduzidas, como se o habitat humano minguasse. Isso permite experimentar, através do espaço, o fato da escassez. A capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos. (SANTOS, 1998, p. 41).

Nessa reflexão, Milton Santos critica a lógica capitalista de produção do espaço, que torna cada vez mais escasso o território pela dinâmica mercadológica, transformando o cidadão em consumidor.

A renda familiar dos gestores públicos do lazer não pode servir de parâmetro comparativo, uma vez que, por se tratar de cargos comissionados, suas remunerações atingem patamares bem acima da média dos usuários do lazer, como pode ser observado nos dados demonstrados: dos 8 gestores entrevistados, apenas 1 (13%) declarou ter renda familiar entre 5 a 10 salários mínimos. Por outro lado, para 7 (87%) gestores públicos a renda familiar ultrapassa a casa dos 10 salários mínimos, representando mais de R\$ 3.500,00.

Do mesmo modo, o perfil econômico dos gestores privados do lazer está acima da média, apesar de na maioria dos casos os entrevistados dirigirem as instituições de forma não remunerada. Seus rendimentos advêm das atividades profissionais exercidas a parte.

A renda familiar dos gestores privados também supera a dos usuários do lazer: dos 8 gestores entrevistados, 2 (25%) declararam renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos; 1 (12,5) declarou renda entre 5 e 10 salários e; 5 (62,5%) declararam renda familiar acima de 10 salários mínimos.

**Tabela 4 – Perfil educacional dos usuários do lazer**

<b>Grau de instrução</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Fundamental incompleto	20	<b>18</b>
Fundamental completo	9	<b>8</b>
Médio incompleto	25	<b>23</b>
Médio completo	29	<b>26</b>
Superior incompleto	10	<b>9</b>
Superior completo	10	<b>9</b>
<b>Pós-graduação incompleta</b>		
Especialização	1	<b>1</b>
Mestrado	--	--
Doutorado	--	--
Livre docência	--	--
<b>Pós-graduação completa</b>		
Especialização	5	<b>5</b>
Mestrado	1	<b>1</b>
Doutorado	--	--
Livre docência	--	--
<b>Base de amostra</b>	<b>110</b>	--

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

À primeira vista observa-se que os dados da tabela 4 apresentam taxas preocupantes com relação ao nível educacional dos atores sociais pesquisados.

Dentre os entrevistados como usuários do lazer, 45 deles não completaram a educação, perfazendo uma taxa de 41%, incluindo-se a esses dados os estudantes que ainda estão cursando seus respectivos estudos. Cabe destacar que, dentre as pessoas que não completaram o ensino fundamental (1ª a 8ª série), se percebe o maior problema, preocupação justificada pelo fato da grande maioria desses atores já estarem com idade bastante avançada entre 35 e 49 anos. Esta situação permite inferir que esses usuários do lazer não frequentam a escola, pois a idade limite para a última série regular do ensino fundamental (8ª série) é de 14 anos

ou, no máximo, 15 anos para os defasados em idade/série, conforme estabelece o artigo 32 da LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Por outro lado, a taxa local de 18% de usuários que não concluíram o ensino fundamental está abaixo da média nacional, que gira em torno de 27%, segundo dados do IPEA (2005, p. 6), constatando-se que o gargalo se encontra nas séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série), onde apenas 57,1% dos estudantes completam os estudos.

Quanto à taxa de 23% registrada no item ensino médio incompleto, verificou-se que praticamente a totalidade dos 25 atores pesquisados que responderam a este questionamento declararam estar cursando o respectivo nível de ensino. A mesma condição se aplica aos itens ensino superior incompleto e pós-graduação incompleta.

É importante frisar que os dados obtidos não desqualificaram as manifestações expressas pelos atores sociais com menor grau de instrução. Pelo contrário, pôde-se observar, em muitos casos, que alguns posicionamentos superaram as expectativas, inclusive, comparativamente a alguns atores com graduação e pós-graduação. Sobre esta questão Demo (1985, p. 54) afirma que “existe sem dúvida esta perspectiva de depreciação do senso comum”.

A crítica deste autor à monocultura da ciência traz à luz a discussão sobre a “verdade científica” em oposição radical ao senso comum, uma vez que se a grande maioria da população brasileira não dispõe de conhecimentos especializados, é o senso comum que irá determinar as interações sócio-culturais, por ser a forma fundamental de conhecimento. “A sabedoria busca o meio termo, porque tem o senso insubstituível pela adequação, pela conveniência, pela dosagem, pelo bom senso”. (DEMO, 1985, p. 52). Desse modo o pesquisador de levar em consideração a capacidade sensível da dosagem apropriada das coisas para o que se apresenta conveniente a determinadas circunstâncias e em determinado momento como característica fundamental do bom senso. “O homem é ainda sensibilidade, sutileza, profundidade, algo que a universidade exorcizou, na ânsia da ascese científica”. (DEMO, 1985, p. 52).

Foi nessa linha de raciocínio que se procurou analisar e interpretar adequadamente os dados coletados quanto ao perfil educacional dos usuários do lazer. Para tanto, considerou-se as subjetividades das representações sociais acerca do lazer, não obstante a diversidade dos níveis culturais, tomando-se o cuidado de não emitir-se juízo de valor sobre a complexa questão das diferenças sócio-culturais. Até porque os dados demonstrados são insuficientes para elaborar afirmações conclusivas, principalmente numa realidade educacional precária como é a brasileira, refletindo-se, também, a nível local.

Quanto ao perfil educacional dos gestores públicos e privados do lazer, os dados coletados indicam um nível de instrução acima da média. A escolaridade dos gestores públicos supera a dos gestores privados no ensino superior, em que 7 (88%) possuem título de especialista, 3 (37%) possui título de mestre e; 1 (12,5%) está cursando doutorado. Dos 8 entrevistados, apenas 1 (12,5%) possui educação de nível médio.

Situação um pouco distinta é registrada quanto ao nível educacional dos gestores privados. O recorte educativo aponta que 2 (25%) não concluíram o ensino fundamental; 1 (12,5%) está cursando o ensino superior e 3 (37,5%) já são graduados; 1 (12,5%) está cursando pós-graduação a nível de especialização e 1 (12,5%) já possui título de especialista.

#### 4.2 Análise e Interpretação dos Dados Quantitativos e Qualitativos do Lazer Local

Quanto aos aspectos quantitativos do lazer, procurou-se investigar os que se referem à participação dos atores sociais nas atividades de lazer do ponto de vista material, sendo o principal elemento norteador da análise, a relação existente entre a realidade sócio-espacial de Itajaí e as alternativas de lazer.

**Tabela 5 - Que espaços você utiliza com mais frequência em seu tempo livre para a prática do lazer?**

<b>Espaços</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Bares	12	11
Restaurantes	25	23
Casa	60	55
Clubes	11	10
Locais comerciais ( <i>shopping</i> , lojas etc.).	14	13
Ruas do seu Bairro	8	7
Passeios públicos fora do seu Bairro	12	11
Praias da cidade	34	31
Espaços públicos esportivos	9	8
Espaços públicos culturais (teatro, cinema, biblioteca etc.).	7	6
Associações de classe	3	3
Praças públicas da cidade	1	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Antes da análise e interpretação dos dados da tabela 5, é importante esclarecer que, para o procedimento da coleta de dados adotou-se o critério de múltipla escolha em que os entrevistados pudessem manifestar várias opções. Daí porque a soma dos percentuais

ultrapassa os 100%. Como é possível perceber nos indicadores espaciais do lazer apresentados na tabela 4, os espaços privados de lazer se configuram como a maior opção dos usuários, já que somados perfazem 51% a mais do que a registrada nos espaços públicos, com destaque para o espaço do lar, que aparece como a maior opção para mais da metade dos atores pesquisados, representando 55%. Neste caso, este espaço assume um caráter predominante de interferência na escolha da prática do lazer por uma série de fatores determinantes, declarados pelos usuários, entre eles o entretenimento midiático da TV, *internet*, *games*, bem como os fatores sociais de segurança e familiar, após o tempo dedicado ao trabalho. Tal situação caracteriza o que Dumazedier (1979, p. 123) assim define: “Trata-se da tradução, no lazer, do encolhimento do espaço de vida social”. Esse indicador traz no seu bojo uma evidente tendência à redução sistemática da sociabilidade nos espaços públicos, que parece estar se fortalecendo à cada dia.

Entre os espaços públicos de lazer, as praias da cidade registraram a maior frequência opcional com uma taxa de 31% dos entrevistados. Alguns fatores contribuem significativamente para esse alto índice de adesão dos atores sociais, embora se tenha a devida consciência da sazonalidade e do obstáculo representado pela deficiência dos meios de transporte, devido à localização das praias, compensadas por outros fatores determinantes à regularidade da frequência dos usuários, tais como a sociabilidade, a paisagem bucólica, o banho de mar etc.

Um aspecto que merece especial atenção é a rejeição dos usuários do lazer em optar pelo espaço das praças públicas, com registro de 1% dos entrevistados, o que supõe a influência determinante de pelo menos dois aspectos: 1) A insegurança decorrente da violência urbana; 2) A mudança de hábitos e atitudes dos usuários de lazer que procuram outras alternativas mais prazerosas para ocupar seu tempo livre.

Um terceiro aspecto relevante a ser considerado diz respeito à própria falta desses espaços públicos nos bairros de Itajaí. Este fato é confirmado pelo levantamento empírico junto ao órgão público municipal responsável pelo planejamento e desenvolvimento urbano no que se refere à distribuição dos espaços públicos de lazer. A discussão desse aspecto sócio-espacial será tratada com maior profundidade mais adiante na análise e interpretação dos dados do quadro 1, aborda a proporção da população por espaço público de lazer na zona urbana, visualizados na figura 1, numa representação gráfica da distribuição dos equipamentos públicos de lazer na zona urbana de Itajaí.

**Tabela 6 – Qual ou quais as modalidades de lazer que você pratica com mais frequência?**

<b>Modalidades</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Lazer esportivo	26	<b>24</b>
Lazer cultural	25	<b>23</b>
Lazer recreativo	75	<b>68</b>
Lazer turístico	5	<b>5</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Antes de se iniciar a análise dos dados sobre a opção mais frequente quanto às atividades de lazer praticadas pelos atores sociais locais, faz-se necessário observar que a definição das modalidades de lazer apresentadas na tabela 6 foram estabelecidas a partir das características tipológicas propostas por Dumazedier (1979, p. 122), que afirma: “como a definição do lazer, a classificação das atividades de lazer é objeto de controvérsias”. Em sua concepção ela é construída socialmente seguindo três propriedades formais: a) É orientada a partir de um ponto de vista determinado; b) É finita, pois as probabilidades permitem estabelecer comparações favoráveis e desfavoráveis entre os casos possíveis; c) É coerente, uma vez que permite incluir classes menores em classes maiores, constituindo-se num todo coerente.

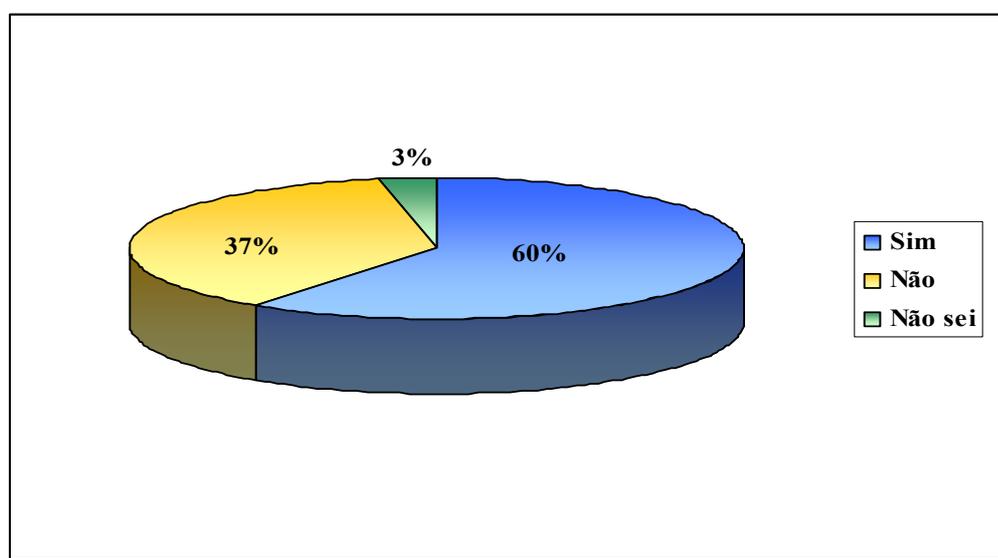
Dumazedier classifica objetivamente as atividades de lazer em cinco categorias: 1) Lazeres físicos, que englobam atividades esportivas de um modo geral, a exemplo dos jogos com bola, a pesca, a caminhada, a natação, entre outras atividades físicas; 2) Lazeres artísticos envolvendo atividades como as visitas a museus, a contemplação a monumentos, assistência a peças de teatro, telenovelas, cinema etc.; 3) Lazeres práticos, que concentram as atividades manuais, na sua maioria, realizadas em casa, a exemplo da jardinagem, artesanato, consertos etc.; 4) Lazeres intelectuais, que se caracterizam pela leitura de livros, jornais, *internet*, programas culturais de TV e; 5) Lazeres sociais, que são as visitas feitas e recebidas, viagens, participação em espaços de sociabilização como praças, parques, praias etc.

A subdivisão tipológica do lazer registrada na tabela 6 foi concebida a partir de um arranjo sintético a fim de proporcionar uma maior compreensão conceitual por parte dos atores sociais durante o processo investigativo. Para isso, foram agrupados os lazeres artísticos e intelectuais numa única categoria representada pelo lazer cultural. Para o levantamento dos dados do lazer recreativo procurou-se aglutinar as atividades relacionadas aos lazeres práticos e, em alguns casos, aos lazeres sociais. Por último, no caso do lazer

turístico, considerou-se aglutina-lo com àquelas atividades mais afins como as de lazer social e artístico. Da mesma forma que na tabela 5, adotou-se o procedimento de múltipla escolha.

Os dados coletados revelam que a imensa maioria dos entrevistados se dedica ao lazer recreativo, perfazendo uma taxa de 68%. É importante ressaltar que dentre as atividades declaradas, a televisão e a informática destacam-se como as preferidas. Essas informações refletem a coerência demonstrada na tabela 5 referente ao percentual de usuários do lazer que preferem o recanto dos seus lares como espaço de lazer. Entretanto, observa-se um equilíbrio das modalidades de lazer praticadas na sua maioria em espaços externos como é o caso do lazer esportivo e o cultural que somadas perfazem uma taxa de 47% e cuja oscilação entre ambas é de apenas de 1 ponto percentual. Já o lazer turístico é preferido por um reduzido público de apenas 5%. É possível supor que ainda não há uma cultura turística desenvolvida na sociedade itajaiense. O que existe, porém, ainda de forma insuficiente, é uma política de turismo receptivo. Talvez este seja o fator determinante que contribui para o baixo índice percentual registrado na tabela 6.

O cenário apontado permite inferir que os principais fatores que atualmente determinam as escolhas das práticas de lazer em Itajaí são basicamente dois: a falta de segurança pública e as novas tecnologias comunicação e informação.



**Gráfico 3 – O seu Bairro possui espaços públicos de lazer com equipamentos?**

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

No questionamento acerca da existência de espaços públicos de lazer nos bairros, procurou-se avaliar a realidade situacional da estrutura pública de lazer nos bairros de Itajaí comparativamente ao conhecimento dos atores sociais sobre esta realidade. Como é possível

observar, a maioria, representando 60%, sabe da existência dos espaços públicos de lazer no seu bairro e conhece sua estrutura, embora, paradoxalmente, a maior parcela dos entrevistados não participe ativamente dos lazeres nesses espaços públicos. Dentre os espaços públicos levantados pelos atores sociais destacam-se as praias, o parque ecológico, as praças, os campos de futebol, os ginásios de esporte, a beira-rio e o “Projeto Escola Aberta”, que disponibiliza os espaços de 4 unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Itajaí, nos finais de semana, às comunidades com diversas atividades artístico-culturais, esportivas e de lazer. Entretanto, a quantidade de entrevistados que declararam não existir ou não saber da existência de espaços públicos de lazer em seu bairro é consideravelmente significativa, atingindo 40%. Para uma melhor interpretação desses dados procurou-se estabelecer uma análise comparativa da relação população/espaço de lazer, que será apresentada no quadro 1.

Bairro	População	Espaço público de lazer	Proporção
Cordeiros	28.737	5 praças; 2 áreas verdes; 1 parque náutico; 1 praça desportiva; 1 centro de múltiplo uso.	2.874 / 1
São Vicente	25.401	4 praças; 1 campo de futebol; 1 centro poliesportivo; 1 centro de múltiplo uso; 1 praça desportiva.	3.175 / 1
Cidade Nova	14.592	3 praças; 1 área verde; 1 centro de convivência para crianças e adolescentes; 1 campo de futebol de areia; 1 praça desportiva, 1 centro de múltiplo uso.	1.824 / 1
Fazenda	13.718	10 praças; 1 teatro municipal; 1 ginásio de esportes; 1 campo de futebol de areia; 1 pista de skate; 1 praça poliesportiva; 1 passeio para caminhada; 1 centro de múltiplo uso; 1 mirante no Morro da Cruz.	722 / 1
São João	12.510	4 praças; 1 parque ecológico; 1 biblioteca pública; 1 ginásio de esportes.	1.787 / 1
Centro	10.558	12 praças; 1 casa da cultura; 1 arquivo histórico; 1 museu histórico; 1 centro de promoções; 1 mercado público; 1 centro desportivo; 1 píer turístico, 1 Estádio de Futebol.	528 / 1
Vila Operária	8.037	4 praças; 1 praça esportiva; 1 centro de convivência para idosos.	1.340 / 1
Dom Bosco	5.735	3 praças.	1.912 / 1
Barra do Rio	5.402	4 praças.	1.351 / 1
Espinheiros	3.731	Não há espaços públicos de lazer equipados.	--
Praia Brava	2.737	Não há espaços públicos de lazer equipados.	--
Itaipava	4.027	1 praça; 1 área verde.	2.015 / 1
Ressacada	3.697	1 praça; 1 pista olímpica de atletismo.	1.849 / 1
Salseiros	1.525	3 praças;	508 / 1
Cabeçudas	985	4 Praças; 2 Jardins; 1 Bica; 1 Molhe da barra para atividades diversificadas.	123 / 1
Canhanduba	558	Não há espaços públicos de lazer equipados.	--
<b>Total</b>	<b>141.950</b>		

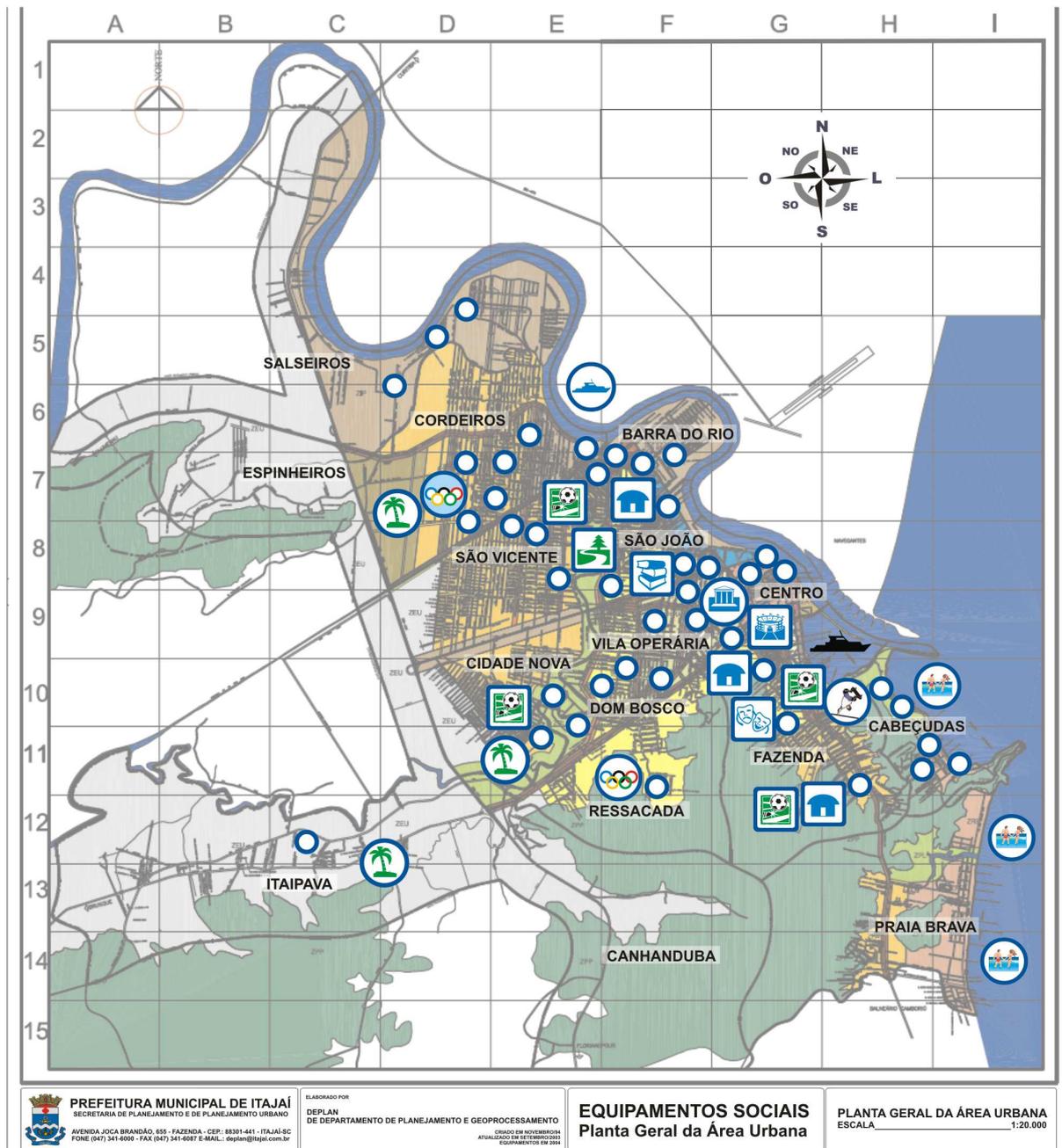
**Quadro 1 – Proporção<sup>47</sup> da população por espaço público de lazer na zona urbana de Itajaí.**

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000.

SPDU (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), 2006.

<sup>47</sup> A proporção (coluna 4) é obtida, dividindo-se a quantidade da população de cada Bairro (coluna 2), pela quantidade de espaços públicos de lazer dos respectivos bairros (coluna 3).

- |  |   |   |
|--|---|---|
|  PARQUE NÁUTICO   |  GINÁSIO DE ESPORTES |  PRAIA              |
|  PARQUE ECOLÓGICO |  BIBLIOTECA PÚBLICA  |  PISTA DE ATLETISMO |
|  CAMPO DE FUTEBOL |  ESTÁDIO DE FUTEBOL  |  ÁREA VERDE         |
|  PRAÇA DESPORTIVA |  PISTA DE SKATE      |  TEATRO MUNICIPAL   |
|  |   |  PRAÇA PÚBLICA     |



**Figura 1 - Mapa dos Equipamentos Públicos de lazer em Itajaí (SC).**

Fonte: DEPLAN, 2006. Adaptação efetuada pelo pesquisador, a partir da planta geral da área urbana com os equipamentos sociais.

Os dados demonstrados no quadro 1 e visualizados na figura 1 revelam que desde a aprovação da Lei 1.133, que instituiu o plano diretor de desenvolvimento de Itajaí, em 1971, não se estabeleceu uma sintonia entre a gestão da política urbana e a gestão das políticas setoriais de lazer, gerando um desequilíbrio problemático no atendimento às demandas sociais dos bairros mais populosos. Tal desequilíbrio vem formando um gargalo em virtude da relação entre o aumento populacional e a acelerada redução das áreas públicas disponíveis para construção de novos espaços de lazer.

Percebe-se, também, uma significativa desproporcionalidade caracterizada pela concentração dos espaços de lazer públicos em áreas menos populosas. A exceção de alguns espaços naturais localizados nos Bairros da Praia Brava e de Cabeçadas que dispõem de 3 e 4 praias respectivamente, e do Bairro Fazenda que dispõe de um ótimo espaço para atividades náuticas, representado pela Avenida Beira-Rio e Praça Genésio Miranda Lins, é possível identificar a grande distorção ocorrida nas últimas três décadas.

A própria Lei Orgânica do Município de Itajaí, promulgada em 1990, estabelece no seu artigo 117, que “a execução da política urbana está condicionada às funções sociais da cidade”, onde o lazer também figura no elenco das prioridades sociais.

Contrariando as prerrogativas legais, o que se observa na realidade é uma precária política distributiva de espaços de lazer. Nos Bairros de maior densidade demográfica registraram-se as maiores distorções na proporção da população por espaços públicos de lazer.

A densidade demográfica do município de Itajaí é de 485 habitantes por quilômetro quadrado. A população total de 147.494 habitantes está distribuída numa área territorial de 304 km<sup>2</sup>, segundo dados do último Censo 2000, do IBGE. Na zona urbana que é o foco de investigação, esse número atinge 1.819 habitantes por quilômetro quadrado.

No Bairro Cordeiros, a distorção proporcional chega a 2.874 habitantes para cada espaço de lazer. Já no Bairro São Vicente a situação é ainda mais crítica numa proporção de 3.175 habitantes para cada espaço de lazer, gerando uma considerável demanda reprimida, sobretudo no que se refere às atividades esportivas. Sobre esse aspecto destaca-se mais uma vez o Bairro Cordeiros, que embora seja o mais populoso dispõe de apenas uma área desportiva, o que evidencia a grande demanda deste bairro por espaço de lazer. Neste contexto, a situação é crítica também para sete dos dezesseis Bairros da zona urbana que não dispõem de espaços públicos destinados às atividades esportivas, incluindo-se aí três bairros desprovidos de qualquer equipamento de lazer público.

O Centro e o Bairro Fazenda são as duas regiões que concentram a maior fatia dos espaços públicos de lazer da cidade relativamente às suas populações, numa proporção média

de 625 habitantes por espaço de lazer. É importante destacar que no primeiro semestre de 2006 o governador do estado de Santa Catarina sancionou a Lei Nº. 13.728, de 06 de abril de 2006, que autoriza a doação do Estádio Dr. Hercílio Luz, sede do Clube Náutico Marcílio Dias, ao município de Itajaí. Trata-se da municipalização de um dos maiores espaços de lazer local.

Essa miopia no processo de planejamento urbano associado ao modelo de produção espacial vigente fortalece a exclusão social por lazer, esporte e cultura na cidade. Arrumar essa grande distorção é um problema de enormes proporções. Aliás, esse não é um problema característico da cidade de Itajaí. Segundo Santos (1998), na cidade de São Paulo também se percebe o mesmo problema, com uma concentração dos espaços de lazer públicos e privados na região central. “Um resultado da planificação urbana capitalista combinada com o processo especulativo do mercado é a distribuição desigual dos equipamentos educacionais e de lazer”. (SANTOS, 1998, p. 90).

Quando se sabe que os espaços de lazer, cultura e esporte públicos estão concentrados em duas regiões da cidade, como é o caso dos Bairros Fazenda e Centro, e que elas representam apenas 17% da população total da cidade, verifica-se a extrema concentração desses serviços. Como consequência, materializa-se as dificuldades e os problemas de tempo de transporte que os residentes de outros bairros devem enfrentar para ir ao teatro municipal ou ao museu, por exemplo.

Na concepção de Dumazedier (1979, p. 170), a redução dessa distorção sócio-espacial institucionalizada se dá pelo atendimento da demanda no espaço público e no privado. “(...) é o equilíbrio do conjunto de oferta em relação à procura (manifesta e latente) e não a pertença dos equipamentos que importa à população”. Não obstante esta afirmação ser logicamente aceitável do ponto de vista da abrangência de acesso ao lazer, é sensato ponderar que, se por um lado é possível dimensionar os limites do setor público e o potencial da iniciativa privada, por outro, é imprescindível se ter a consciência dos limites sociais, principalmente aqueles referentes à renda, já demonstrada na tabela 3.

Não obstante a importância da dimensão privada do lazer no atendimento à enorme demanda social em espaços específicos de cultura, esporte, diversão e entretenimento as políticas públicas de lazer podem assumir um papel decisivo na produção do espaço público de sociabilidade. “O espaço, como um dos elementos fundamentais para a vivência do lazer, deve estar situado com grande relevância a partir da política urbanística da cidade”. (MARCELLINO, 2001, 126).

Contudo o que se percebe é a precariedade dos equipamentos e, em alguns casos, até mesmo o abandono do poder público na gestão do lazer local registrado no próprio comentário dos usuários do lazer e na observação *in loco*. A exceção são os espaços públicos localizados na área central da cidade e na Beira Rio, no Bairro Fazenda. Pôde-se constatar, inclusive, na declaração dos atores entrevistados a utilização de espaços públicos de lazer por usuários de drogas que se apropriam desses espaços constringendo à participação da comunidade. Dois exemplos dessa grave situação foram registrados no Bairro Cidade Nova (campo de futebol) e no Bairro São João (parque ecológico).

Este cenário não parece tão desolador para Dumazedier (1979, p. 170), uma vez que “Não basta construir alguns estádios suplementares, modernizar algumas bibliotecas públicas, erigir uma dezena de Casas de Cultura ou dobrar o milhar de Casas para os Jovens. Todas estas medidas são evidentemente úteis, mas é mister, hoje, efetuar pesquisas globais”. O posicionamento desse autor perpassa pela necessidade de se instituir projetos concatenados com a melhoria do desenvolvimento cultural das coletividades urbanas. Portanto, o posicionamento desse autor transcende a questão estrutural do lazer, que pode ser minimizada com investimentos da iniciativa privada. Porém, a questão é mais profunda e remete ao caráter cultural das representações sociais do lazer.

Sobre essa problemática vivenciada no município de Itajaí cabe citar o que Marcellino (1996, p. 27) considera como comportamento desejável do poder público para o setor.

Tudo isso amplia ainda mais o leque das discussões do papel da Administração Pública, com relação à formulação de Políticas de Lazer, e que vem se manifestando, na grande maioria de nossas cidades, pela ausência, ou falta de identidade, sendo substituídas pelos “Calendários de eventos”, ou “pacotes” baixados dos gabinetes “técnicos”.

Para Marcellino o lazer é uma questão de “cidadania, de participação cultural” (1996, p. 27). Na sua concepção, essa participação cultural envolve a atividade criativa e ao mesmo tempo crítica e não conformista dos atores sociais, o que deveria ser desencadeada por uma grande discussão de entendimento do lazer, levando-se em consideração o seu duplo aspecto educativo, ou seja, suas potencialidades enquanto mecanismo de mobilização e participação cultural em contraste com as barreiras socioculturais estabelecidas. Acrescentando-se, ainda, a percepção das limitações do poder público municipal e a necessidade da definição de prioridades a partir do diagnóstico situacional.

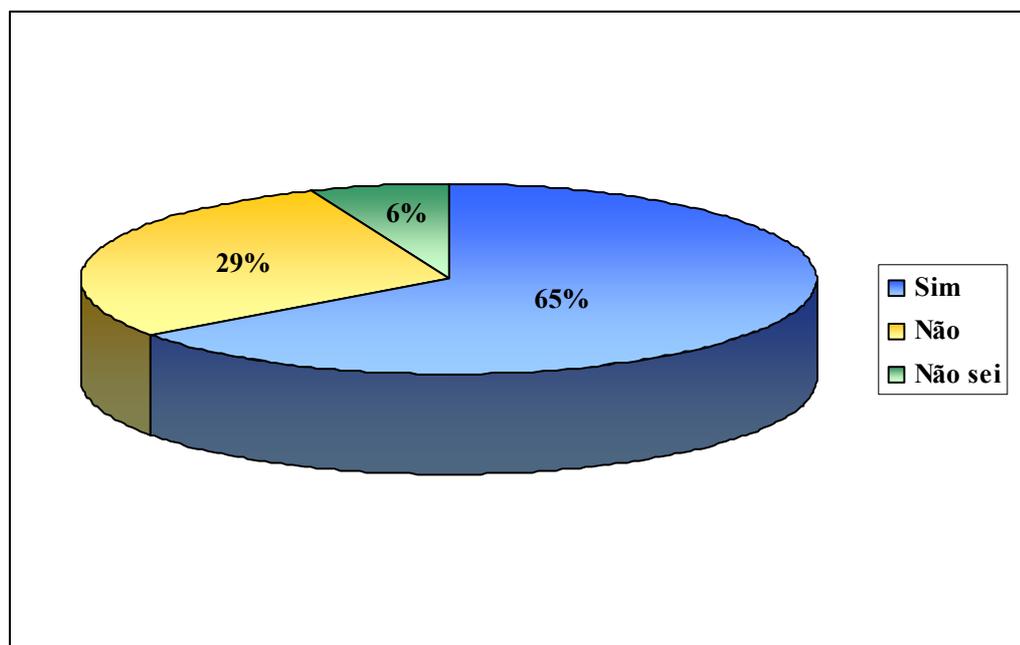
Como se percebe, estas propostas transcendem os investimentos estruturais, conduzindo as discussões sobre o papel da administração pública para a dimensão sócio-

cultural. Significa considerar o entendimento amplo numa concepção multidisciplinar dos órgãos públicos municipais sobre a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de lazer num processo permanente. Quanto ao duplo aspecto educativo significa compreender o lazer para além do descanso e do divertimento, considerando suas potencialidades de mobilização e participação culturais.

Por outro lado, considerar os limites do poder público requer uma visão ampla do entendimento do lazer acerca da “totalidade da ação humana”. A discussão deve abranger os fatores que transcendem a dimensão do executivo municipal a exemplo da jornada de trabalho e ocupação do solo urbano. O que demanda a participação dos atores sociais na formulação da agenda do lazer local, invertendo a lógica unilateral de geração de políticas públicas.

Outra questão relevante a ser considerada é a proposta de “contemplar também questões relativas à formação e reciclagem de quadros para atuação, aos espaços e equipamentos, e critérios do tempo”. (MARCELLINO, 1996, p. 29).

Não obstante a importância do caráter sócio-cultural que uma política ampla de lazer demanda, é fundamental não se perder de vista a necessidade da definição de prioridades estruturais como as condições de uso e manutenção dos equipamentos e a própria distribuição desses no espaço urbano.



**Gráfico 4 – O seu Bairro possui espaços privados de lazer?**

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Embora se tenha evidenciado um desconhecimento acerca do significado de lazer por parte dos usuários durante o processo de entrevista, foi constatado que 29% dos entrevistados declararam não saber e 6% não haver espaços privados de lazer nos seus respectivos bairros, o que é compreensível diante da complexidade que envolve tal conceito. Os dados do gráfico 4 revelam que 65% declararam saber da existência de espaços privados de lazer nas suas diversas modalidades. Dentre as informações obtidas, foi registrada a existência de *shopping center*, clubes esportivos, bares, sociedades recreativas e culturais, entidades assistenciais, associações empresariais, quadras de tênis, academias de natação, quadras de futebol sintéticas e campos de futebol. Considerando-se a precária política de planejamento urbano no que tange aos espaços públicos de lazer, constatou-se que o mercado se encarregou de ocupar esses vazios. O hiato causado por décadas de planos urbanísticos deficitários abriu um largo horizonte à iniciativa privada na produção capitalista do espaço urbano local. A proliferação dos espaços privados de lazer veio suprir o *déficit* de uma demanda reprimida crescente.

A crítica a essa situação deficitária no atendimento às demandas por serviços públicos de lazer concomitantemente ao processo acelerado de mercantilização espacial, é pontuada por Santos (1998, p. 85), na sua reflexão sobre o espaço do cidadão, quando afirma: “quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque essenciais”.

Ainda nessa linha de pensamento Barbuy (1980 *apud* Marcellino, 1996) aponta uma característica bastante interessante ao considerar que há uma disputa entre o que ele chama de espaços cheios e os vazios, sendo os primeiros, dominantes na zona urbana, aqueles ocupados pela iniciativa privada, e os segundos, cada vez mais escassos, os espaços públicos. Neste sentido, a tendência mercadológica do espaço urbano deflagra o acirramento desse desequilíbrio entre o público e o privado. “No caso dos equipamentos de lazer, dos espaços de convívio, parece haver uma tendência à privatização, isto é, os espaços de lazer, inclusive as áreas verdes e o lazer propriamente dito tornaram-se produtos do mercado”. (MARCELLINO, 1996, p. 32).

Na concepção de Dumazedier (1979, p.170), esse movimento gera um ponto de equilíbrio para o lazer na zona urbana, já que “o espaço de lazer compreende tanto os equipamentos privados quanto os equipamentos públicos”. A validade desta afirmação está condicionada à fragilidade do poder público no atendimento à demanda social crescente e a irreversível produção capitalista do espaço urbano. Aplicando-se esta idéia à realidade local, verifica-se que a enorme concentração populacional na zona urbana, da ordem de 96,24%, decorrente do modelo econômico preponderantemente comercial, contrastada com a

fragilidade de políticas públicas de zoneamento relativas ao lazer, tende a produzir distorções que oportunizam investimentos privados. Neste caso, não se trataria simplesmente de concorrência público/privada, mas sim, do equacionamento da incapacidade do poder público atender todas as necessidades de lazer da sociedade.

Outro dado relevante a ser pontuado se refere ao desenvolvimento vertiginoso da cidade nos últimos dez anos, período em que o município de Itajaí passou por um acelerado processo de transformação espacial, impulsionado pela política econômica de exportação, sem o devido planejamento da malha viária urbana. Tal fato acarretou enormes problemas infra-estruturais decorrentes do crescimento substancial do transporte de containeres. Os terrenos ociosos foram rapidamente incorporados por empresas de movimentação de carga containerizadas. Se por um lado esse cenário contribuiu como fator agregador para a economia local na geração de empregos, arrecadação de impostos com transportes etc., por outro, agravou sobremaneira o ordenamento do espaço urbano, causando sérios impactos sócio-espaciais relacionados especialmente aos deslocamentos intra-urbanos, agravado por problemas também de ordem ambiental.

Há um projeto já iniciado de construção de um corredor viário exclusivo para o porto de Itajaí, o que reduziria os transtornos da movimentação da carga sobre o trânsito. Não se percebe, entretanto, a mesma preocupação com a geração de políticas compensatórias de lazer. Até mesmo o Projeto Borda D'água, um documento consistente e audacioso, cuja proposta era justamente compensar as perdas sociais decorrentes da ampliação do Porto de Itajaí não saiu do papel.

Daí que as políticas públicas de lazer podem se apresentar como realidade revolucionária, quando ousam alimentar-se da realidade contraditória vivida pelos diversos atores sociais que compõem o cenário da cidade. O que significa dizer que para além de construir espaços, equipamentos e desenvolver atividades de lazer, é preciso mergulhar, entender costumes, tradições, e formas de sociabilidade diferenciadas mantidas pelos diversos grupos que se apropriam de espaços, “pedaços” da cidade. (MATOS *In*: MARCELINO, 2001, p.124).

O desenho urbanístico da cidade sofreu profundas transformações com a proliferação dos espaços destinados aos terminais de containeres, principalmente nas regiões de maior concentração populacional onde se localizam os Bairros Cordeiros, São Vicente e Cidade Nova. O crescimento geométrico da movimentação portuária tende a reduzir substancialmente os espaços públicos e, dentre estes, os potencialmente destinados ao lazer.

As fontes primárias acerca dos espaços privados de lazer existentes na zona urbana de Itajaí, colhidas junto à SEDGER<sup>48</sup> (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda), permitiram constatar o seguinte cenário do lazer privado no município de Itajaí: 574 restaurantes e lanchonetes; 13 sorveterias e espaços para diversão; 2 cinemas; 21 associações recreativas, desportivas e culturais; 18 associações culturais e 20 boates. Além destes espaços somam-se os 8 clubes e associações privadas voltadas ao lazer, que estão no recorte amostral dos gestores privados entrevistados.

A propósito da gestão urbana Dumazedier (1979, p.171) já antecipava: “pode-se dar antecipadamente por seguro que nos próximos cinquenta anos, o espaço de lazer será cada vez mais necessário para o equilíbrio humano de cidades cada vez maiores”. Passados praticamente 30 anos desta afirmação, pode-se considerar que o autor tinha razão na sua previsão. Além do mais, Dumazedier destacava que o lazer se evidenciaria pela maior exigência social, elevando, por tanto, o seu valor, correspondendo ao “velho sonho da humanidade que se expressou em mitos e utopia”.

**Tabela 7 – Quais são as necessidades de seu Bairro relativas aos espaços públicos de lazer?**

<b>Necessidades</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Praça	59	<b>54</b>
Quadra poliesportiva	74	<b>67</b>
Cancha de bocha	44	<b>40</b>
Área verde	69	<b>63</b>
Pista de <i>skate</i>	50	<b>45</b>
Ciclovias	80	<b>73</b>
Pista para caminhada/ <i>cooper</i>	64	<b>58</b>
Campo de vôlei areia	57	<b>52</b>
Equipamentos de ginástica	70	<b>64</b>
Campo de futebol suíço	54	<b>49</b>
Parque	82	<b>75</b>
Campo de futebol de areia	47	<b>43</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Dentre as demandas por espaços públicos de lazer demonstradas na tabela 7, destacam-se a necessidade de ciclovias e parques, lembrados pelos entrevistados, com 80 e 82

<sup>48</sup> O sistema de informações da SEDGER, embora apresente alguns dados desatualizados, permitiu o acesso ao cadastro oficial dos espaços privados relativos ao lazer no município de Itajaí.

registros respectivamente. Este cenário confirma a situação deficitária da organização urbana de Itajaí, agravada pela falta de planejamento de longo prazo dos gestores urbanos locais nas três últimas décadas. A limitação de visão dos urbanistas quanto à necessidade da construção de ciclovias gerou problemas sérios no trânsito local, inclusive, para a prática do ciclismo como lazer. Basta dizer que as principais ruas e avenidas da cidade não dispõem de ciclovias o que prejudica os ciclistas colocados em perigo diante do grande fluxo de veículos.

Percebe-se, também, que os equipamentos esportivos como quadras, campos de futebol, equipamentos de ginástica, entre outros, são uma necessidade real nos bairros. O Bairro Praia Brava, por exemplo, não dispõe de nenhum equipamento público de lazer, para uma população de aproximadamente 3.000 habitantes, a não ser a própria praia que é um recurso natural, porém, pouco adequada para o banho de mar, principalmente para as crianças, por ser perigosa devido as constantes correntezas. Neste caso, os espaços das ruas são a única alternativa para o lazer. Ainda neste bairro, puderam-se observar os efeitos da ausência de espaços com equipamentos de lazer, especificamente na localidade do Ariribá, onde os moradores constantemente pulam os muros da escola municipal para se utilizarem da quadra esportiva para o lazer nos finais de semana. Tanto esta como a outra unidade escolar da rede pública municipal<sup>49</sup> são as únicas alternativas de lazer no bairro com um mínimo de estrutura. Esta situação de abandono do poder público relativamente ao lazer nas regiões periféricas pode ser compreendida na afirmação de Milton Santos, quando diz: “como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos”. (SANTOS, 1998, p. 47).

“Nas sociedades industriais, os construtores de cidades tiveram, antes de tudo, um ponto de vista utilitário; a transformação da natureza se fez em detrimento da contemplação, as relações sociais têm sido marcadas de maneira primordial pelo trabalho produtivo”. (DUMAZEDIER, 1979, p.172). Nesta mesma linha de pensamento Marcellino (1996, p. 35), conclui que “é necessário que a administração municipal esteja ciente do risco de se tratar da questão do espaço, em especial do espaço de lazer, de acordo com a lógica do mercado e da especulação imobiliária”. Este autor considera que, enquanto espaço de lazer, até a própria rua é um fator merecedor da atenção do poder público, principalmente nas cidades em que os espaços são cada vez mais escassos. A situação agrava-se ainda mais diante da falta sistemática de segurança junto aos equipamentos públicos de lazer, como é o caso de Itajaí.

---

<sup>49</sup> Trata-se das Escolas Básicas Ariribá e Yolanda Laurindo Ardigó.

Marcellino ainda destaca como ponto importante na discussão sócio-espacial do lazer a questão da convivência com os espaços “cheios” em detrimento dos “vazios”, cada vez mais escassos, em decorrência da mercantilização da produção espacial urbana. Nessa concepção os espaços passam a se configurar como mercadorias de investimento agregados à especulação imobiliária condicionada pela lógica capitalista. Nessa ótica a necessidade de espaços públicos de lazer passa a ser interpretada como um dos pontos centrais na discussão da agenda social local, ao lado de outras demandas não menos importantes como a educação e a cultura.

No quadro 1, que enfoca a proporção da população por espaço público de lazer na zona urbana de Itajaí, percebe-se há uma grande carência de equipamentos de lazer públicos no município, apesar da demanda crescente. Somente nos últimos cinco anos houve um crescimento populacional de aproximadamente 11%. A população passou 147.494 habitantes em 2000 para 164.950 em 2005, segundo estimativa do IBGE (2005). Estes números representam um aumento populacional de 17.456 habitantes, o que significa dizer que são 10,58% de novos usuários do lazer. O problema se agrava diante da estagnação no que se refere à definição de políticas públicas setoriais de lazer para o acompanhamento da dinâmica populacional crescente. No questionamento sobre a condição associativa dos usuários do lazer, constatou-se um percentual razoável de 22% (24 usuários) que declararam estar associados a clubes e associações recreativas, culturais e esportivas. Dos 110 usuários pesquisados, apenas um não respondeu e 77% (85 usuários) declararam não participar de nenhuma associação ou clube.

Fica evidenciado, também, que a participação associativa decorre da condição funcional em que os atores sociais se encontram. Vários deles são servidores públicos municipais ou dependentes e participam da ASPMI (Associação dos Servidores Públicos Municipais de Itajaí) que, além da prestação de serviços assistenciais, disponibiliza espaço de lazer e esporte para os associados. Outras associações e clubes declarados são: Sociedade da Vila, Clube Náutico Almirante Barroso, Itamirim Clube de Campo etc.

Quanto aos gestores públicos, constatou-se uma participação associativa de lazer proporcionalmente menor que a registrada na investigação com os usuários. Dos oito gestores públicos entrevistados 63% (cinco) declararam estar associados a clubes ou associações recreativas, culturais e esportivas privadas, enquanto que 37% (três) declararam não participar de nenhuma associação ou clube. Dentre estes, destacam-se o Itamirim, a ASPMI e a AABB (Associação Atlética Banco do Brasil).

Embora os percentuais de participação associativa de lazer dos usuários e gestores públicos sejam relativamente razoáveis, é imprescindível destacar que tais participações são condicionadas na sua maioria à sua condição funcional, o que se constitui num mecanismo de abertura à participação dos próprios titulares como também de seus dependentes. A exceção são os clubes, principalmente, o Itamirim cujo acesso à participação está condicionado a um dispêndio financeiro mensal relativamente alto. Pode-se considerar que o município de Itajaí dispõe de uma boa estrutura de associações e clubes recreativos, culturais e esportivos, destacando-se o Itamirim com um excelente espaço de lazer.

<b>Usuários do lazer</b>
<b>a) Recreação:</b> Diversão; distração; descontração; alegria e felicidade; curtir o que gosta de fazer; curtir o <i>hobbie</i> preferido; passear e viajar; caminhar; esporte; entretenimento; recreação e cultura.
<b>b) Satisfação:</b> Estar de bem com a vida; prazer; bem-estar; é bom; sentir-se melhor; preenche a vida; é tudo; primordial para a vida.
<b>c) Convivência:</b> União familiar; necessidade social; amizades; sociabilidade.
<b>d) Oposição ao trabalho:</b> Descanso; ocupação do tempo livre; sossego; liberdade; esquecer os problemas do cotidiano;
<b>e) Paz interior:</b> Meditação; relaxamento; qualidade de vida; é bom para a saúde; cuidado com o corpo e a mente; imaginação; paz interior; tranquilidade; religião; equilíbrio; paz; serenidade; terapia.
<b>Gestores públicos do lazer</b>
<b>a) Direito social:</b> Direito de cidadania; direito social.
<b>b) Paz interior:</b> Prazer; alegria; descanso mental.
<b>c) Convivência</b> Socialização; confraternização.
<b>d) Oposição ao trabalho:</b> Ocupação do tempo livre para diversão; atividade ou tempo para relaxamento; tempo e espaço para qualidade de vida.
<b>Gestores privados do lazer</b>
<b>a) Recreação:</b> Entretenimento e diversão; bailes e esportes.
<b>b) Oposição ao trabalho:</b> Usar o tempo livre para fazer algo agradável e saudável com a família.
<b>c) Convivência:</b> Local agradável para reunir a família; mais investimentos para que o associado participe mais; bem-estar social.

#### **Quadro 2 – O que é lazer?**

##### **Representações sociais do lazer por grupos de atores e categorias de análise.**

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22/05 a 09/06/2006.

Os dados demonstrados no quadro 2 enfocam uma categoria de análise extremamente significativa para o objetivo da presente pesquisa. Trata-se da categoria das *representações*

*sociais do lazer*. O conceito das categorias de análise é desenvolvido por Gomes (1994, p. 70), para abranger “elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si”, como forma de aglutinar significados, idéias ou expressões que representam um conceito amplo do fenômeno pesquisado. Portanto, no intuito de identificar o significado de lazer na compreensão dos usuários, gestores públicos e privados, se adotou a categoria das representações sociais. Estes aspectos servem para explicar, justificar e questionar essa realidade objetiva. Portanto, no procedimento de análise e interpretação dos dados deste trabalho, optou-se por classificar os dados coletados por conjuntos de categorias de análise respectivamente aos grupos de atores sociais e políticos investigados.

Para tanto, no questionamento “O que é lazer?”, procurou-se identificar as representações do seu significado na concepção dos usuários e dos gestores públicos e privados, como parâmetro de análise crítica relacionada à compreensão da população investigada sobre o objeto de pesquisa e a realidade empírica em questão. Como pode ser percebido no quadro 2, o significado do lazer na concepção dos usuários está associado a valores intrínsecos ao seu conceito moderno: recreação, satisfação, convivência, oposição ao trabalho e paz interior. Porém, um aspecto relevante a ser destacado, é o fato do lazer, na compreensão dos usuários, não ser considerado como “direito social”. O que sugere uma interpretação consubstanciada na ausência de uma consciência cidadã.

Santos (1998, p. 12), trata da “desapropriação da cidadania” estabelecendo como parâmetro “o escopo outorgado, estabelecido pelos que mandam, mas jamais de escopo finalístico a atingir”. O posicionamento do autor sobre a perda da identidade cidadã no caso brasileiro está diretamente relacionada à “convergência de várias causas, ao mesmo tempo revolucionárias e dissolventes, iria ter um impacto fortemente negativo no processo de formação da idéia da cidadania e da realidade do cidadão”.

Essa situação, segundo este mesmo autor, é consequência de uma série de eventos contemporâneos e concomitantes com os processos de urbanização, de consumo de massa, concentração midiática, a degradação do sistema educacional, a instalação do regime antidemocrático, que solapou os direitos individuais. Por outro lado, é evidente que o processo de redemocratização brasileiro contribuiu para a reflexão acerca das profundas perdas, principalmente, às relativas à cultura política dos brasileiros. Na concepção de Marcellino (1996) este caráter cidadão de protagonismo é tratado como participação cultural o que gera a atividade não-conformista, portanto, crítica e criativa de atores historicamente situados.

Proponho que a discussão passe pelo entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras socioculturais verificadas, e por outro lado, pelos limites da Administração Municipal e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação. (MARCELLINO, 1996, p. 27).

Ao se considerar a questão do lazer de modo não isolado da questão sócio-cultural na sua totalidade, é necessário considerar, também, as suas especificidades: a) interface com as políticas públicas de educação, saúde, promoção social etc.; b) instrumental de mobilização e participação cultural; c) barreiras sócio-culturais; d) limites da administração pública.

Um aspecto extremamente relevante a ser enfatizado se refere a falta de conscientização da maioria absoluta dos usuários, dos gestores públicos e privados quanto ao reconhecimento do lazer como um direito social. Dos 126 atores políticos e sociais entrevistados apenas 2 (1,5%) reconheceram o lazer como direito social ou de cidadania, são eles o próprio Prefeito Municipal e o Superintendente da FME. Essa visão limitada pode produzir barreiras intransponíveis na geração de políticas públicas de lazer. Nesta linha de pensamento Marcellino (1996, p. 23), afirma que

quando se aborda a questão do lazer, principalmente relacionada a formulação de políticas públicas de atuação, um primeiro aspecto a considerar é exatamente a abrangência do lazer e seu entendimento parcial e limitado, que pode ser constatado na ação dos órgãos públicos, na pesquisa, na legislação etc.

O caráter parcial e limitado quanto ao conteúdo do lazer além de restringir ações específicas também dificulta a identificação dos valores associados a ele. Culturalmente criou-se um senso comum que relaciona o lazer ao descanso e ao divertimento, ou seja, em oposição ao trabalho e a recreação. Essa bipolarização semântica reduz significativamente a importância da abordagem de sua dimensão política enquanto direito social constitucionalmente estabelecido.

O mesmo é percebido quanto ao significado do lazer para os gestores privados. A recreação, a oposição ao trabalho e a convivência simbolizam basicamente o que representa o lazer para esse segmento de atores sociais.

Enfim, os dados do quadro 2 revelam que se criou uma cultura do lazer local que acabou limitando o exercício da cidadania. Porque embora exista uma consciência de que o lazer não é uma necessidade social e, como tal, um direito, as comunidades dos 16 bairros da zona urbana se privam de reivindicarem ao poder público a implementação de políticas públicas para o setor.

Uma explicação para esse fenômeno de perda da consciência cidadã é desenvolvida por Santos (1998), que analisa os processos concomitantes de transformações políticas, econômicas e sociais contemporâneas do Brasil como únicos no contexto mundial. Em meio às turbulentas ondas de mudanças se fortaleceram as migrações desenraizadas, o violento processo de urbanização concentrador, a massificação do consumo aliado ao crescimento econômico “delirante”, a apropriação concentradora dos meios de comunicação e a degradação do sistema educacional. Aliado a todo esse complexo processo de degeneração social impunha-se um duro regime antidemocrático que suprime os direitos individuais, instituindo uma filosofia de privilégios de acesso aos meios materiais como forma de buscar a ascensão social em detrimento dos valores humanos conforme ensina Milton Santos. “Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”. (SANTOS, 1998, p. 13).

**Tabela 8 – Qual é a função social do lazer nos espaços públicos?**

<b>Função social do lazer</b>	<b>Freqüência</b>	<b>%</b>
Necessário para o desenvolvimento social	106	<b>96</b>
Não há necessidade	0	<b>0</b>
Incentiva a vagabundagem	10	<b>9</b>
Aumenta a violência	16	<b>15</b>
Contribui para o uso de drogas	17	<b>15</b>
No passado era melhor	62	<b>56</b>
Hoje é perigoso praticar por causa da violência urbana	57	<b>52</b>
Falta espaço público	95	<b>86</b>
Outros	5	<b>5</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

O critério de múltipla escolha foi adotado também na tabela 8, na qual os atores declararam o seu entendimento acerca da função social do lazer.

Como pode ser observado, há uma consciência muito próxima da totalidade, representada por 96% dos usuários entrevistados, que considera o lazer um fator necessário para o desenvolvimento social, embora paradoxalmente não percebam o lazer como já foi constatado no quadro 2.

Embora o lazer, na opinião da maioria dos atores entrevistados, represente uma funcionalidade necessária para o desenvolvimento social, vale ressaltar a crítica apontada por Marcellino (1996) a respeito da visão reducionista acerca do conteúdo do lazer no Brasil,

expressa no próprio texto constitucional que trata do Desporto. Segundo esse autor a expressão textual de que “cabe ao poder público incentivar o lazer como forma de promoção social”, é carregada de vícios assistencialistas e de justificativas baseadas em critérios utilitários. “Nota-se, ainda, no próprio texto constitucional, a vinculação restritiva a um único conteúdo (esporte)”. (MARCELLINO, 1996, p. 25).

Por outro lado, uma parcela significativa da população entrevistada alegou que prefere conservar as formas de lazer do passado (56%), justamente pelo seu caráter amistoso, criativo e de preservação dos valores humanos mais essenciais, apesar da escassez no que tange aos equipamentos. O contraste frente a esse saudosismo é, porém, observado no percentual de usuários que declararam faltar espaços públicos de lazer (86%).

Já na concepção dos gestores públicos, a função social do lazer nos espaços públicos representa uma necessidade para o desenvolvimento social na opinião de 100% dos entrevistados. Para 37% deles o lazer era melhor no passado, enquanto 13% dizem ser perigoso praticar o lazer na atualidade por conta da violência urbana. Outros 25% reconhecem a falta de espaços públicos de lazer. Estes dados revelam que, em tese, os gestores públicos do lazer local têm consciência da importância das políticas públicas setoriais de lazer, porém, na prática o que se percebe é um acomodamento político, já que o atendimento às demandas se restringe aos aspectos por eles próprios apontados.

Situação diferente é registrada na opinião dos gestores privados. Para 88% deles o lazer é necessário para o desenvolvimento social, enquanto que para 63% o lazer está associado à violência urbana e à vagabundagem. Dentre os entrevistados 25% declararam que no passado era melhor praticar o lazer; e 75% consideraram que Itajaí carece de espaços públicos de lazer.

**Tabela 9 – Como você avalia as ações do governo municipal quanto às políticas setoriais de lazer?**

<b>Ações do governo municipal</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Eficaz	1	1
Eficiente	7	6
Ineficiente	38	35
Ineficaz	5	5
Ausência de políticas públicas de lazer	85	77
Democrática	12	11
Centralizadora	77	70
Não cumpre o prometido	80	73

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de 22 a 28/05/2006.

Os dados da tabela 9 revelam um distanciamento entre o governo e a sociedade. Como pode ser constatado, há uma insatisfação muito significativa com a gestão de políticas públicas de lazer local. Dos 110 atores entrevistados, apenas 7%, consideraram ser eficientes e eficazes as ações do poder público municipal. Por outro lado, a maioria absoluta se mostrou insatisfeita, apontando como principais causas a ausência de políticas públicas de lazer (77%), o não cumprimento das ações prometidas (73%) e a centralização da tomada de decisões (70%). Nesta mesma linha de pensamento, percebe-se que apenas 11% dos usuários consideram democrática a forma como o governo municipal conduz as políticas públicas de lazer.

Esses dados também demonstram uma maturidade política dos atores sociais que percebem o isolamento a que foram submetidas às comunidades nos diversos bairros do município de Itajaí, em decorrência do não atendimento efetivo às suas demandas sociais de lazer, como pôde ser observado junto aos atores entrevistados.

Não obstante a constatação do grau de politização da população pesquisada, é possível considerar que a compreensão do significado do conceito de políticas públicas por parte dos atores sociais, poderia significar um relevante fator de fortalecimento da cultura política de participação nas discussões da agenda social e, mais especificamente as relativas às demandas sociais de lazer, cultura e esporte. Neste sentido, o significado de políticas públicas está relacionado à intervenção do poder público na tentativa de destinar verbas públicas para o atendimento da população em um determinado campo social, implementando programas e ações que atendam as demandas locais.

O termo políticas públicas é composto de ideologias que vão muito além do seu significado aparente.

Políticas públicas não são apenas concebidas e propostas pelo setor governamental. As políticas públicas envolvem esforços significativos de amplos setores da população que lutam pela melhoria de suas condições de vida. Ao assim procederem, estas populações estão exercendo seu poder de participação política, logo a democracia. (PALMEIRA, 1996, p. 158).

Embora o referido termo seja complementado pelo adjetivo “pública”, é importante ressaltar que, necessariamente, não é exclusivamente direcionada e definida por instituições governamentais. O termo ‘público’, neste sentido, refere-se à população beneficiária de políticas que podem ser geridas também por setores e instituições privadas da sociedade, e quando grupos e instituições não se fazem presentes e participativos na elaboração destas

políticas acabam por adotar os interesses dos setores privados que constantemente se mostram dúbios.

De acordo com a tabela 9, fica evidente que o papel desempenhado pelos gestores públicos do lazer é incompatível com a necessidade social, o que é constatado pela soma dos atores que consideram as ações do governo ineficientes ou ineficazes, que atinge a casa dos 40%. Entre as possíveis causas do isolamento social agravado pela ausência de políticas públicas de lazer efetivas, Marcellino (1996, p. 32) cita o fato do lazer não ser

entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não costumam merecer a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana.

A alternativa proposta por esse autor para a redução de fosso entre governo e sociedade acerca das políticas de lazer, está associada ao desenvolvimento de um processo relacional de apropriação que os cidadãos estabelecem com o espaço urbano na sua totalidade, mais especificamente, com o espaço de lazer. Para tanto, ainda segundo Marcelino “é necessário trabalhar com estratégias de ação que privilegiem a participação da população”. (1996, 36).

Esse isolamento faz com que a dimensão pública vá perdendo cada vez mais sua perspectiva política de contrato social, restringindo-se à administração de obras vistosas cujo retorno eleitoral seja capitalizado.

Na verdade, o espaço público vai diminuindo ao ser capturado e privatizado, restando apenas e tão somente aquele necessário para a circulação de mercadorias, inclusive multifuncional do espaço público, da rua, do lugar de ficar, de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo, de venda. Assim, funções que recheavam o espaço público e lhe davam vida migraram para dentro de áreas privadas, tornando-se, em grande parte, um espaço de circulação. (ROLNIK, 2000, p. 182).

Nessa concepção desagregadora, a cidade perde sua multifuncionalidade e publicização. A sociedade perde seu senso de cidadania. Para Rolnik (2000), o urbanismo moderno desagregou as funções da cidade, definindo funções fragmentadas que reduzem as possibilidades da cidade multifuncional e mais pública.

Finalmente, na entrevista com os gestores públicos, procurou-se investigar qual a avaliação que os mesmos fazem da gestão de políticas públicas de lazer do governo municipal. Para tanto, foram elaboradas 10 questões com as respectivas escalas de valores que vão de 1 a 10. Os resultados falam por si, dispensando maiores comentários, apenas como

forma de orientação os dados são apresentados seguindo-se a ordem crescente das questões. O primeiro número à esquerda constitui a nota dada pelos gestores públicos; o número após o sinal de igual constitui a frequência das respostas e; entre parêntese é demonstrado o seu respectivo percentual. Assim, por exemplo, na questão 1, dois entrevistados atribuíram a nota 5, perfazendo 25% dos gestores públicos; um atribuiu nota 8 (13%); três atribuíram nota 9 (37%) e dois atribuíram nota 10 (25%).

1) Cumprimento da legislação vigente (Constituição Federal, Lei Orgânica etc.).

5 = 2 (25%)      8 = 1 (13%)      9 = 3 (37%)      10 = 2 (25%)

2) Importância do lazer na agenda social do município de Itajaí.

5 = 1 (13%)      7 = 1 (13%)      8 = 1 (13%)      9 = 1 (13%)      10 = 4 (50%)

3) Posição das políticas setoriais de lazer no Plano de Governo.

5 = 2 (25%)      7 = 2 (25%)      8 = 1 (13%)      10 = 3 (37%)

4) Conhecimento técnico-científico na elaboração de projetos de lazer.

7 = 1 (13%)      8 = 4 (50%)      9 = 2 (25%)      10 = 1 (13%)

5) Elaboração de projetos de lazer com a participação comunitária.

3 = 1 (13%)      7 = 1 (13%)      8 = 3 (37%)      9 = 2 (25%)      10 = 1 (13%)

6) Disponibilidade de recursos financeiros para a implementação das políticas setoriais de lazer.

5 = 2 (25%)      7 = 3 (37%)      8 = 1 (13%)      10 = 2 (25%)

7) Disponibilidade de Pessoal qualificado para animação do lazer.

3 = 1 (13%)    4 = 1 (13%)    6 = 1 (13%)    7 = 2 (25%)    8 = 1 (13%)    9 = 1 (13%)    10 = 1 (13%)

8) Disponibilidade de espaços públicos para lazer na política urbana.

4 = 1 (13%)      7 = 3 (37%)      8 = 2 (25%)      10 = 2 (25%)

9) Ações coordenadas dos órgãos públicos para a implementação de políticas setoriais de lazer.

4 = 1 (13%)      6 = 1 (13%)      7 = 1 (13%)      8 = 4 (50%)      10 = 1 (13%)

10) Continuidade de programas setoriais de lazer do governo anterior.

2 = 1 (13%)      6 = 1 (13%)      8 = 2 (25%)      9 = 1 (13%)      10 = 2 (25%)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise acerca da organização espacial e das representações sociais do lazer no município de Itajaí permite considerar que o modelo capitalista de mercantilização espacial se constituiu como fator determinante ao processo de exclusão social a essas práticas. Atualmente é possível observar que em muitas regiões da cidade há uma enorme carência de infra-estrutura de esporte e lazers compatíveis com a demanda crescente da população, resultado da especulação imobiliária e da falta de uma política de zoneamento efetiva e equitativamente distributiva, que permitiu a transformação de grandes áreas públicas em propriedades privadas. Esse modelo de produção sócio-espacial segregou a maior parcela da população urbana, a ponto de instituírem-se grupos sociais isolados que consolidassem a demarcação de espaços privados de classe.

Pôde ser constatado, também, que ao longo da história a intervenção do poder público local na formulação e implementação de políticas públicas de esporte, lazer e cultura não acompanhou o significativo processo de urbanização ocorrido em Itajaí a partir do século XX, embora se tenha percebido que a partir da década de 1970 iniciou-se um processo de planejamento institucional com a implementação de políticas setoriais de esporte e lazer. Por outro lado, ficou evidenciado, também, que as camadas da população excluídas relutaram em defesa da conquista de seus espaços de lazer, cultura e esporte, através de movimentos emancipatórios liderados pelos trabalhadores portuários ainda no início de século XX, até atingirem seus objetivos com a criação de espaços sociais próprios. Cabe ressaltar que não obstante essas reivindicações classistas terem sido decisivas para a transformação de atitudes políticas não se pode perder de vista o agravamento do caráter fragmentador que tais comportamentos sociais engendraram.

Um dos maiores desafios dos gestores públicos locais no novo milênio será a criação de políticas que contribuam para o equacionamento do problema da urbanização crescente em equilíbrio com a qualidade de vida desejada na cidade. Cabe ao poder público a tarefa de criar condições para o cumprimento das prerrogativas legais da Constituição Federal, relacionadas ao esporte e lazer. Esse desafio envolve a coordenação de ações efetivas do poder público e da sociedade civil organizada no sentido de promover o desenvolvimento sócio-espacial diante de uma realidade urbana conflituosa, agravada pela desigualdade social, decorrente do modelo de ocupação e uso do solo local historicamente construído. O equacionamento deste problema requer o interesse dos atores políticos em definir o lazer como um das prioridades da agenda

social do município de Itajaí. Esta ação política é extremamente necessária para fazer frente aos problemas da atual sociedade da informação, por exemplo. É cada vez mais notória a individualização que a sociedade moderna está produzindo através das novas tecnologias de comunicação e informação em que as relações sociais perdem paulatinamente seu grau de importância e os espaços privados dos lares vão se transformando no principal reduto das manifestações de lazer.

A análise crítico-analítica da gestão de políticas públicas de lazer do município de Itajaí no contexto da atualidade, baseada nos pressupostos teórico-metodológicos da *expertise* temática, permitiu constatar as hipóteses levantadas pelo pesquisador que motivaram a realização do presente trabalho. A começar pelo não tratamento do lazer como prioridade social das políticas governamentais locais ao longo da história e na atualidade, principalmente pela falta de políticas públicas de lazer comunitário, bem como aquelas referentes às condições precárias dos equipamentos existentes como praças, áreas verdes, passeios, equipamentos de esporte etc.

Esse tratamento sub-valorizado do lazer local é constatado pela falta de uma gestão eficiente de políticas públicas de lazer no município de Itajaí, evidenciada pela significativa desproporcionalidade distributiva de espaços públicos de lazer. A constatação dos dados empíricos permite inferir que há uma concentração sócio-espacial dos equipamentos de lazer em áreas de menor concentração demográfica, gerando uma desproporcionalidade distributiva, tendo como consequência o aumento exponencial de uma demanda reprimida nos bairros periféricos.

O distanciamento entre o poder público e os cidadãos relativamente às questões do lazer, produzido pela distorção sócio-espacial recorrente às últimas três décadas, desde a aprovação do primeiro plano diretor de desenvolvimento de Itajaí, em 1971, provocou o aumento de uma demanda reprimida por práticas de lazer em espaços públicos. Concomitantemente houve uma proliferação dos espaços privados, motivada pela migração dessas populações na busca de lazer, principalmente aqueles relativos ao esporte.

Nesse contexto, evidencia-se a falta de sintonia entre a gestão da política urbana e a gestão das políticas setoriais de lazer. Esse desequilíbrio problemático no atendimento às demandas sociais dos bairros vem formando um gargalo entre a oferta e a demanda, principalmente em virtude da relação entre o aumento populacional e a acelerada redução das áreas públicas disponíveis para construção de novos espaços de lazer, agravado pelo modelo de produção capitalista do espaço urbano.

Outro fator relevante a ser considerado com relação à evidência do lazer não figurar no elenco das prioridades sociais locais, é a clara contradição prática da gestão urbana local com o que estabelece a legislação maior do município, constituindo-se num importante fator de limitação à democratização do lazer no município de Itajaí. Já que a própria Lei Orgânica do Município de Itajaí condiciona a política urbana à sua função social, quando se observa na realidade uma precária política distributiva de espaços de lazer aliada a uma gestão ineficiente, que não dá conta de atender às reais necessidades dos usuários nos bairros, desde equipamentos, pessoal qualificado para dar orientação e apoio, e segurança. Estas demandas se atendidas com eficiência, eficácia e efetividade através da formulação de uma política setorial de lazer consistente e aplicável a médio e longo prazo poderiam reduzir substancialmente o problema da gestão de políticas públicas de lazer local como pôde ser constatado a partir dos dados empíricos.

No que se refere às representações sociais do lazer ficou evidente que a diversidade de simbolismos conceituais que norteia a concepção dos usuários está associada a valores intrínsecos ao seu conceito moderno: recreação, satisfação, convivência, oposição ao trabalho e paz interior. Porém, um aspecto relevante a ser destacado, é o fato do lazer, na compreensão dos usuários, não ser considerado como direito social. O que sugere uma interpretação consubstanciada na ausência de cultura política de participação e, portanto, cidadã.

A mesma situação de representações sociais é percebida na interpretação dos gestores privados, que entendem o lazer apenas do ponto de vista do seu significado prático, esquecendo-se da sua importância como direito social constituído.

Não obstante a diversidade da cultura política dos atores sociais investigados evidenciou-se de forma marcante no recorte dos atores políticos, a falta de consciência cidadã e de base legal dos gestores públicos relacionados à temática do lazer, para os quais apenas dois sujeitos compreendem-no como direito social, entre eles o prefeito e o superintendente da Fundação Municipal de Esportes. Esta visão reducionista das representações sociais do lazer por parte dos gestores públicos pode ser encarada como fator limitante à implementação de políticas públicas setoriais de lazer consistentes que, relativamente à forma e conteúdo. Tal situação tende a direcionar as políticas governamentais a outros interesses, como simplesmente garantir ações empregadas de paternalismo e utilitarismos decorrentes de práticas clientelistas e patrimonialistas institucionalizadas nas relações de poder. Nesse sentido, os programas sociais representam favores prestados pelo Estado às comunidades e não como direito social garantido por lei.

O recorte representativo dos atores sociais investigados considera-se insatisfeito com as ações do governo municipal de Itajaí referente ao lazer, motivados pelo distanciamento entre o poder público e as comunidades locais. Esse isolamento faz com que a dimensão pública vá perdendo cada vez mais sua perspectiva política de contrato social, restringindo-se à administração de obras vistosas cujo retorno eleitoral seja capitalizado. Por outro lado, pôde ser observado como principais demandas sócio-espaciais de lazer, segundo a visão dos próprios usuários, a falta de ciclovias e parques, além da disponibilização de novos equipamentos esportivos como quadras, campos de futebol, equipamentos de ginástica entre outros, que são necessidades básicas em vários bairros, que não dispõem desses espaços e instrumentos. Além desses investimentos, urge a necessidade da manutenção dos equipamentos já existentes e a sistematização de pessoal qualificado para orientação e animação do lazer, bem como pessoal para garantir a segurança dos praticantes e a preservação dos equipamentos públicos de lazer.

Portanto, embora se tenha constatado que o município de Itajaí dispõe de uma boa estrutura privada de lazer, é no setor público que se apresentam os grandes problemas e os desafios de democratização do acesso ao lazer público a todos os cidadãos itajaienses. A pesquisa empírica revelou que a grande maioria dos espaços públicos de lazer existentes necessita de investimentos para sua revitalização e manutenção, em alguns casos, é preciso manter guarda municipal para garantir a segurança dos usuários. É importante, também, que o governo municipal crie ações coordenadas dos gestores públicos para promover uma aproximação com as comunidades e, sobretudo, permita a participação desses atores sociais na elaboração de políticas setoriais de lazer em conformidade com as reais demandas das comunidades, respeitando as diferenças e as opções dos usuários do lazer.

Uma sugestão alternativa a curto prazo constitui-se na priorização do lazer a partir da reestruturação da Fundação Municipal de Esportes cujo foco atual é o esporte, principalmente o de rendimento, ficando o lazer nas suas várias dimensões relegado ao segundo plano. Pois a denominação dessa instituição já é carregada de simbolismos específicos que direcionam o esporte para o rendimento e a competição. Portanto, é fundamental que se faça uma reavaliação terminológica na tentativa de dar maior visibilidade e importância ao Lazer, na sua forma e conteúdo. Outra sugestão está relacionada à contratação ou provimento em concurso público de pessoal qualificado para gerir as políticas públicas de lazer local e orientar os usuários numa ação efetiva de reaproximação do governo municipal com as comunidades locais, na busca de um constante diálogo sobre as reais necessidades sociais de lazer sendo reconhecido, sobretudo, como direito de todos os cidadãos.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

#### A. Jornais

Boletim Esportivo. **Como surgiu o C. N. Almirante Barroso**. Itajaí, edição comemorativa, maio, 1977. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

Diário Catarinense. **Esportes: histórias do futebol em SC**. Blumenau, quarta-feira, 26 de janeiro de 2000. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí.

Informativo da Associação dos Servidores Públicos Municipais de Itajaí. **Aos 40 anos ASPMI é modelo de Associação de classe na AMFRI**. Ano IV, n. 88, setembro de 2004, Itajaí. p. 1.

#### B. Documentos

**Metas Prioritárias para 77/78**. Prefeitura Municipal de Itajaí – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. (Caixa).

**Semana do Município**, junho de 1980. Prefeitura Municipal de Itajaí. (Caixa).

**Semana do Município**, Junho de 1982. Prefeitura Municipal de Itajaí. (Caixa).

**Planejamento Cultural para 1982**. Prefeitura Municipal de Itajaí. (Caixa).

**Programa Convite. Festival de Inverno**. 21 a 29 de julho. Prefeitura Municipal de Itajaí. 1989. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí. (Caixa).

**Convite para Inauguração da Choperia Mr. Franz – Chopp**. 06 de julho de 1989. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí. (Caixa).

**1º Seminário sobre Perspectivas da Cultura de Itajaí**. 21 de agosto de 1992. Prefeitura Municipal de Itajaí. (Caixa).

**Campeonato Itajaiense de Xadrez/93, 1ª etapa, 1ª rodada**. 09 de março de 1993. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí. (Caixa).

**JESC “Jogos Escolares de Santa Catarina - Regionais Leste/Norte”**. 15 a 19 de junho de 1994. Prefeitura Municipal de Itajaí/FESPORTE (Fundação Catarinense de Esportes). (Caixa).

**Plano Quadrienal de Cultura de Itajaí 1993/1996**. Prefeitura Municipal de Itajaí. (Caixa).

**Programa-Convite. “Noite das Flores”: Baile de Debutantes**. 11 de setembro de 1999. Acervo do Arquivo Histórico de Itajaí. (Caixa).

ITAJAÍ. Prefeitura Municipal de Itajaí. **Departamento de Planejamento, Estatísticas e Geoprocessamento**. Departamento de Planejamento Urbano. DEPLAN/AM/junho de 2003.

### C. Bibliografia

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1998.

AMORIM, Christiano Schaufert de. Carijós e Botocudos nas terras do rio Itajaí. *In: Itajaí: outras histórias*. LENZI, Rogério Marcos (Org.). Itajaí, Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas**. *In: BIB*, Rio de Janeiro, n. 39, 1º. Semestre, 1995, p. 3-40.

\_\_\_\_\_. Tendências no estudo sobre avaliação. *In: Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate / Elizabeth Melo Rico (Org.)*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

BACAL, Sarah. **Lazer - teoria e pesquisa**. São Paulo; Loyola, 1988.

BITTENCOURT. Ivan Rupp. 41º Jogos Abertos de Santa Catarina: a nova edição itajaiense de uma festa móvel. *In: Anuário de Itajaí - 2001 / Fundação Genésio Miranda Lins*. Itajaí: FGML, 2001. p. 101-103.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Constituição 1988. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº. 1/1992 a 30/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/1994. *Lex - Ed. Atual*. Em 2000. - Brasília: Senado Federal, Gabinete do 4º Secretário, 2000.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE – Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. **O Brasil por município**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 24 de maio de 2005.

BRASIL. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Social Aplicada – IPEA. Renda. *In: Radar Social*. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/Destaques/livroradar.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei9394.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARDOSO, Elizângela Regina. Festa Nacional do Colono em Itajaí. *In: Anuário de Itajaí - 2003 / Fundação Genésio Miranda Lins*. Itajaí: FGML, 2003. p. 55-61.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. *In: Sociedade e Estado em Transformação*. Bresser Pereira. Luiz Carlos; Wilhelm, Jorge; Sola, Lourdes. (orgs.). São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP. 1999. p. 147-171.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. **Esporte para todos**: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA, 1984.

CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1983.

CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo. Uma **história do lazer nas praias**: Cabeçudas-SC, 1910-1930. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2003.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano? *In: O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Moacir da. A cidade de Itajaí e as práticas desportivas nas primeiras décadas do Século XX. *In: Itajaí: outras histórias*. LENZI, Rogério Marcos (Org.). Itajaí, Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

CUNHA, Newton. **A felicidade imaginada**: a negação do trabalho e do lazer. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2005.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

D'ÁVILA, Edison. **Pequena História de Itajaí**. Tubarão: Gráfica Dehon, 1982.

\_\_\_\_\_. **Itajaí: o começo da história**. Itajaí: Berger Gráfica e Editora, 2001.

D'ÁVILA, Edison; D'ÁVILA, Márcia. **Festas e Tradições Populares de Itajaí**. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2001.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. 3ª ed., Rio de Janeiro, Sextante, 2000.

\_\_\_\_\_. **A economia do ócio**. 2<sup>a</sup> ed., Rio, Sextante, 2001.

DEMO, Pedro. **Ciências sociais e qualidade**. São Paulo: ALMED, 1985.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. Conceito de lazer. *In: Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. Tradutora Regina Maria Vieira. São Paulo: SESC-CODES/DICOTE-CELAZER, 1980.

\_\_\_\_\_. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Serviço Social do Comércio, 1984.

\_\_\_\_\_. **Lazer e cultura popular**. São Paulo, Perspectiva, 2001.

EQUIPE DA FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS. A cultura e os espaços públicos. *In: Itajaí: outras histórias*. LENZI, Rogério Marcos (Org.). Itajaí, Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

\_\_\_\_\_. Expansão e colonização: os fatos lineares da História. *In: Itajaí: outras histórias*. LENZI, Rogério Marcos (Org.). Itajaí, Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

ESTEVES, A. **Uma questão de tempo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

FÁVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido (a construção das elites – Itajaí, 1929 – 1960)**. Itajaí: Ed. UNIVALI, 1999.

\_\_\_\_\_. Cortinas de uma cidade: Itajaí de cem anos atrás. *In: Itajaí: outras histórias*. LENZI, Rogério Marcos (Org.). Itajaí, Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.

FILHO, Raulito Ramos Guerra. Reflexões sobre o tempo livre, o lazer e o antilazer. *In: Revista Partes*. São Paulo: Editor: Gilberto da Silva. Ano IV, agosto de 2004. n. 48. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/ed48/turismo2.asp>>. Acesso em: 12 de abril de 2005.

FOLLIET, Joseph. **Para você, Caliban: o povo e cultura**. Uberaba: Forense, 1965.

FREY, Klaus. Crise do Estado e estilos de gestão municipal. *In: Revista Nova*, São Paulo, n. 37, 1996, pp. 107-138.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Tradutora: Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **A teceira via**. São Paulo: Record, 1998.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GUINZBURG, Carlo. Cultura popular e cultura dominante. *In: MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo Moura (Org.). História Moderna através de Textos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990. p.145 – 146.

HOEBEL, Edward Adamson. A natureza da cultura. *In: SHAPIRO, Harry L. (Org.). Homem, Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1966.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ITAJAÍ. Lei nº. 1.133, de 26 de novembro de 1971. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Itajaí. **Lex**. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/advancedsearchnew2.pl>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2006.

ITAJAÍ. Lei Orgânica do Município de Itajaí. **Lex**. Itajaí, 04 de abril de 1990. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/leiorganica.pl? cidade = Itajaí&estado=SC>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2006.

ITAJAÍ. **Estrutura do Governo**. Disponível em: <<http://www.itajai.sc.gov.br/secretarias.php>>. Acesso em: 10 de outubro de 2006.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 1989.

LABES, Emerson Moisés. **Questionário**: do planejamento à aplicação na pesquisa. Chapecó: Grifos, 1998.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo. Hucitec/Unesp, 1999.

LAURINDO, Elisabete; ROSSETO, Adriana Marques. Política urbana brasileira: perspectivas sócio-espaciais. *In: Mostra de Pesquisa, Extensão e cultural do CEJURPS, II*. 2006, UNIVALI. Produção Científica CEJURPS - 2006. Itajaí: Editora UNIVALI, 2006. p. 269-278.

LEITE, Celso Barroso. **O século do lazer**. São Paulo: LTr. 1995.

MAGALHÃES PINTO, Leila Mirtes Santos de. A construção da interdisciplinaridade no lazer: experiência política da prefeitura municipal de Belo Horizonte–MG. *In:*

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996. cap. 7, p. 61-70.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Proposta de análise e escolha do objeto. *In: Festa no pedaço*: cultura popular de lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Lazer e Qualidade de Vida. *In: Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1998.

\_\_\_\_\_. Políticas de Lazer: mercadores ou educadores? *In: Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lazer e humanização**. Campinas, Papyrus, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado, metrópoles brasileiras**. *In: São Paulo em perspectiva*, vol. 14, p.21-33, dez, 2000.

MARQUES, Eduardo César. Notas críticas à literatura sobre Estado, Políticas estatais e atores políticos. *In: BIB*, Rio de Janeiro, n. 43, 1º semestre de 1997, pp. 67-102.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradutores Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, v. 2, 1988.

MORAES, V. P. **Da Grécia á sociedade pós-industrial: como as palavras ócio, tempo-livre e lazer foram surgindo no decorrer da história**. Disponível em: <[http://www.uniabc.br/cadernos/educacao\\_fisica/grecia.htm](http://www.uniabc.br/cadernos/educacao_fisica/grecia.htm)>. Acesso em: setembro 2002.

MOREIRA, Márcio. Apontamentos para a formação geográfica da Foz do Itajaí-Açu no contexto litorâneo catarinense. *In: Itajaí: outras histórias*. LENZI, Rogério Marcos (Org.). Itajaí, Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

MOREIRA, Sônia Miriam Teixeira. O porto da madeira. *In: Itajaí: outras histórias*. LENZI, Rogério Marcos (Org.). Itajaí, Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

MORENO, Cláudio. Trabalho. *In: Sua língua por Cláudio Moreno*. Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/sualingua/02/02\\_trabalho.htm](http://educaterra.terra.com.br/sualingua/02/02_trabalho.htm)> Acesso em: 12 de abril de 2005.

NORONHA, Vânia. Uma leitura antropológica sobre as dimensões culturais da Educação Física e do Lazer. *In: WERNECK, C.L.G.; ISAYAMA, H.F. (Org.). Lazer, Recreação e Educação Física*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF; ENAP, 1997.

OFFE, Claus. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. *In: Sociedade e Estado em Transformação*. Luiz Carlos Bresser Pereira, Jorge Willheim, Lourdes Sola. Organizadores, São Paulo: UNESP, Brasília: ENAP, 1999, p. 119-145.

PALMEIRA, Maria José de Oliveira. Natureza e conteúdo das políticas públicas na atualidade. *In: Revista da FAEEBA*, Salvador, n. 6, julho/dez. 1996.

PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo**. Florianópolis: OAB/SC Editora co-edição Editora Diploma Legal, 2003.

PEREIRA, Gislene. A Natureza (dos) Fatos Urbanos: produção do espaço e degradação ambiental. *In: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. nº. 3, p. 33-51, jan/jun, 2001.

PIMENTEL, Giuliano G. A., “Lazer e trabalho na música e na literatura”. *In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine P.(org.), Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003.

PINTO, Leila Mirtes S. M. **Verbete Lazer**. *Presença Pedagógica*. Vol.7, n.40, jul/ago. 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REQUIXA, Renato. **O Lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REIS, Elisa P. Percepções da Elite sobre Pobreza e Desigualdade. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, pp. 143-152, fev. 2000.

Revista Motrivivênica. **Políticas Públicas: Educação Física/Esporte/Lazer**. Florianópolis, ano X, n. 11, julho 1998.

Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, v. 24, n.. 3, p. 7-210, maio 2003.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. *In: SESC – Serviço Social do Comércio & WLRA – World Leisure and Recreation Association. Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SALLUM JR., Basílio. **Metamorfoses do Estado Brasileiro no Final do Século XX**. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 52, 2003.

SANTA CATARINA. LEI Nº. 13.728, de 06 de abril de 2006. Autoriza a doação de imóvel no Município de Itajaí. **Lex**. Florianópolis, 2006.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **O Prazer Justificado: História e Lazer** (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SESC – Serviço Social do Comércio & WLRA – World Leisure and Recreation Association. **Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Ed. Univali, 1999.

\_\_\_\_\_. Monumentos. *In: Anuário de Itajaí - 2002 / Fundação Genésio Miranda Lins*. Itajaí: FGML, 2002.

SILVA, José Bento Rosa da. Trabalhadores de Itajaí: uma história de organização e resistência. *In: Itajaí: outras histórias*. LENZI, Rogério Marcos (Org.). Itajaí, Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estiva “Papa-siri”**: as mãos e os pés no Porto de Itajaí. Itajaí: Ed. do autor, 2004.

SILVA, José Ferreira da (org.). **Ithahay de Hontem**. São Paulo: Ed. Comemorativas Ltda., 1972.

SOUZA, Alexandre Pierre Teixeira de. Lazer: aspectos teóricos: da teoria clássica a teoria das relações humanas: o lazer influenciado pelos processos de gestão. *In: V Seminário Lazer em Debate*. 5., 2004, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**: O lazer e a animação cultural. MELO, Victor Andrade de; SILVA, Mônica de Carvalho e; PERES, Fabio de Faria (orgs.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/vsld2004/anais5sld.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2005.

SOUZA, Edegilson de; ROSSETO, Adriana Marques. Compreensão teórico-conceitual e metodológica da avaliação de políticas públicas. *In: MOSTRA DE PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURAL DO CEJURPS*, 2. 2006, UNIVALI. **Produção Científica CEJURPS - 2006**. Itajaí: Editora UNIVALI, 2006. p. 259-268.

\_\_\_\_\_; LAURINDO, Elisabete; SCHMIDT, Monique Carina Caliri. O papel do poder público local na produção sócio-espacial do esporte e lazer no município de Itajaí (SC): origem, desenvolvimento e atualidade. *In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ESPORTES*. 5., 2006, Florianópolis. **Apresentação oral**. 2006, p. 1-10.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1994.

WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). Lazer, cultura, indústria cultural e consumo. *In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Lazer e Mercado*. Campinas: Papyrus, 2001, p. 45-69.

\_\_\_\_\_. **Lazer, Recreação e Educação Física**. Belo Horizonte - MG, Autêntica, 2003.

VALADÃO, Bruno. **Os sete pecados capitais**. Disponível em: <[http://www.veritatis.com.br/\\_agnusdei/div336.htm](http://www.veritatis.com.br/_agnusdei/div336.htm)>. Acesso em: 14 de abril de 2005.

VECHI, Sicília. O Carnaval do Povo: Blocos Carnavalescos e Escolas de Samba (Itajaí – 1980/2003). *In: Anuário de Itajaí - 2003 / Fundação Genésio Miranda Lins*. Itajaí: FGML, 2003. p. 41-47.

VIEIRA, Jayme; LINHARES, Juventino. **Anuário de Itajahy para 2004**. Itajaí: Edição dos Autores, 1924.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – USUÁRIOS**

**O Lazer Público e Privado na Atualidade em Itajaí (SC)**

# QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – USUÁRIOS

## O LAZER PÚBLICO E PRIVADO NA ATUALIDADE EM ITAJAÍ (SC)

### 1- Perfil sócio-econômico e cultural

#### a) Sexo

masculino       feminino

#### b) Grupo de idade

16 a 24       25 a 34       35 a 49       50 e mais

#### c) Situação profissional: trabalha?

Sim       Não

Outros: \_\_\_\_\_

#### d) Renda familiar (em salários mínimos)

até 1       mais de 1 a 2       mais de 2 a 5       mais de 5 a 10       mais de 10

#### e) Grau de instrução

<input type="checkbox"/> Fundamental incompleto	<input type="checkbox"/> Fundamental completo
<input type="checkbox"/> Médio incompleto	<input type="checkbox"/> Médio completo
<input type="checkbox"/> Superior incompleto	<input type="checkbox"/> Superior completo
<input type="checkbox"/> Pós-graduação incompleta	<input type="checkbox"/> Pós-graduação completa
	( ) Especialização
	( ) Mestrado
	( ) Doutorado
	( ) Livre docência

#### f) Região geográfica da cidade em que reside

Bairro: \_\_\_\_\_

### 2 – Aspectos quantitativos do lazer

#### a) Que espaços você utiliza com mais freqüência em seu tempo livre para a prática do lazer?

<input type="checkbox"/> Bares	<input type="checkbox"/> Praças públicas da cidade
<input type="checkbox"/> Restaurantes	<input type="checkbox"/> Ruas do seu bairro
<input type="checkbox"/> Casa	<input type="checkbox"/> Passeios públicos fora do seu bairro
<input type="checkbox"/> Clubes	<input type="checkbox"/> Espaços públicos esportivos
<input type="checkbox"/> Associações de classe	<input type="checkbox"/> Praias da cidade
<input type="checkbox"/> Locais comerciais (shopping, lojas etc.)	<input type="checkbox"/> Espaços públicos culturais (teatro, cinema, biblioteca etc.)

Outros: \_\_\_\_\_

#### b) Qual ou quais as modalidades de lazer que você pratica com mais freqüência?

Esportivo       Cultural       Recreativo       Turismo

Outros: \_\_\_\_\_

**c) O seu bairro possui espaços públicos de lazer com equipamentos?**

Sim       Não       Não sei

Quantos: \_\_\_\_\_

Quais: \_\_\_\_\_

**d) O seu bairro possui espaços privados de lazer?**

Sim       Não       Não sei

Quantos: \_\_\_\_\_

Quais: \_\_\_\_\_

**e) Quais são as necessidades de seu bairro relativas aos espaços públicos de lazer?**

- |  |   |  |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Praça                               | <input type="checkbox"/> Quadra poliesportiva     | <input type="checkbox"/> Cancha de bocha           |
| <input type="checkbox"/> Área verde                          | <input type="checkbox"/> Pista de <i>skate</i>    | <input type="checkbox"/> Ciclovía                  |
| <input type="checkbox"/> Pista para caminhada/ <i>cooper</i> | <input type="checkbox"/> Quadra de volei de areia | <input type="checkbox"/> Equipamentos de ginástica |
| <input type="checkbox"/> Campo de futebol suíço              | <input type="checkbox"/> Parque                   | <input type="checkbox"/> Campo de futebol de areia |

Outros: \_\_\_\_\_

**f) Você é associado a algum clube e/ou associação recreativa e cultural?**

Sim       Não

Quantos: \_\_\_\_\_

Quais: \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

**3 - Representações sociais do lazer**

**a) O que é lazer?**

R: \_\_\_\_\_

**b) Qual a função social do lazer nos espaços públicos?**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Necessário para o desenvolvimento social | <input type="checkbox"/> Contribui para o uso de drogas              |
| <input type="checkbox"/> Não há necessidade                       | <input type="checkbox"/> No passado era melhor                       |
| <input type="checkbox"/> Incentiva a vagabundagem                 | <input type="checkbox"/> Hoje é perigoso praticar (violência urbana) |
| <input type="checkbox"/> Aumenta a violência                      | <input type="checkbox"/> falta espaço público                        |

Outros: \_\_\_\_\_

**c) Como você avalia as ações do governo municipal quanto às políticas setoriais de lazer?**

- |                                      |  |
|--------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Eficaz      | <input type="checkbox"/> Ausência de políticas públicas de lazer |
| <input type="checkbox"/> Eficiente   | <input type="checkbox"/> Democrática                             |
| <input type="checkbox"/> Ineficiente | <input type="checkbox"/> Centralizadora                          |
| <input type="checkbox"/> Ineficaz    | <input type="checkbox"/> Não cumpre o prometido                  |

Outros: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – GESTORES PÚBLICOS**

**O Lazer Público e Privado na Atualidade em Itajaí (SC)**



**b) Qual ou quais as modalidades de lazer que você pratica com mais frequência?**

Esportivo       Cultural       Recreativo       Turismo

Outros: \_\_\_\_\_

**c) O seu bairro possui espaços públicos de lazer com equipamentos?**

Sim       Não       Não sei

Quantos: \_\_\_\_\_

Quais: \_\_\_\_\_

**d) O seu bairro possui espaços privados de lazer?**

Sim       Não       Não sei

Quantos: \_\_\_\_\_

Quais: \_\_\_\_\_

**f) Você é associado a algum clube e/ou associação recreativa e cultural?**

Sim       Não

Quantos: \_\_\_\_\_

Quais: \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**3 - Representações sociais do lazer**

**a) O que é lazer?**

R: \_\_\_\_\_

**b) Qual a função social do lazer nos espaços públicos?**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Necessário para o desenvolvimento social | <input type="checkbox"/> Contribui para o uso de drogas              |
| <input type="checkbox"/> Não há necessidade                       | <input type="checkbox"/> No passado era melhor                       |
| <input type="checkbox"/> Incentiva a vagabundagem                 | <input type="checkbox"/> Hoje é perigoso praticar (violência urbana) |
| <input type="checkbox"/> Aumenta a violência                      | <input type="checkbox"/> falta espaço público                        |

Outros: \_\_\_\_\_

**c) Qual a principal política pública de lazer implementada pelo órgão que você dirige?**

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – GESTORES PRIVADOS**

**O Lazer Público e Privado na Atualidade em Itajaí (SC)**

# QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – GESTORES PRIVADOS

## O LAZER PÚBLICO E PRIVADO NA ATUALIDADE EM ITAJAÍ (SC)

### 1- Perfil sócio-econômico e cultural.

#### a) Sexo:

masculino       feminino

#### b) Grupo de idade:

16 a 24       25 a 34       35 a 49       50 e mais

#### c) Cargo.

R: \_\_\_\_\_

#### d) Renda familiar (em salários mínimos):

até 1       mais de 1 a 2       mais de 2 a 5       mais de 5 a 10       mais de 10

#### e) Grau de instrução:

<input type="checkbox"/> Fundamental incompleto	<input type="checkbox"/> Fundamental completo
<input type="checkbox"/> Médio incompleto	<input type="checkbox"/> Médio completo
<input type="checkbox"/> Superior incompleto	<input type="checkbox"/> Superior completo
<input type="checkbox"/> Pós-graduação incompleta	<input type="checkbox"/> Pós-graduação completa
	( ) Especialização
	( ) Mestrado
	( ) Doutorado
	( ) Livre docência

### 2 – Aspectos quantitativos do lazer.

#### a) Nome da instituição:

R: \_\_\_\_\_

#### b) Ano de fundação:

R: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### c) Região geográfica da cidade em que se localiza a instituição:

Bairro: \_\_\_\_\_

#### d) Área total:

R: \_\_\_\_\_

#### e) A instituição possui outros espaços?

Sim       Não

Quantos: \_\_\_\_\_

Área: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

**f) A instituição passou por alguma reforma ou modificações na estrutura física nos últimos anos?**

Sim       Não

Descrição: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**g) Quantidade de associados:**

Total: \_\_\_\_\_

**h) Composição da diretoria:**

Homens: \_\_\_\_\_ Mulheres: \_\_\_\_\_ Total: \_\_\_\_\_

**i) Quantidade de funcionários vinculados à instituição:**

Total: \_\_\_\_\_

**j) Qual o valor mensal pago por associado?**

R\$: \_\_\_\_\_

**k) Média anual de investimentos em equipamentos em lazer:**

R\$: \_\_\_\_\_

**l) Que equipamentos de lazer a instituição possui?**

- |  |   |  |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Praça                               | <input type="checkbox"/> Quadra de tênis          | <input type="checkbox"/> Cancha de bocha           |
| <input type="checkbox"/> Área verde                          | <input type="checkbox"/> Pista de <i>skate</i>    | <input type="checkbox"/> Ciclovia                  |
| <input type="checkbox"/> Pista para caminhada/ <i>cooper</i> | <input type="checkbox"/> Quadra de volei de areia | <input type="checkbox"/> Equipamentos de ginástica |
| <input type="checkbox"/> Campo de futebol                    | <input type="checkbox"/> Parque                   | <input type="checkbox"/> Campo de futebol de areia |
| <input type="checkbox"/> Piscina                             | <input type="checkbox"/> Ginásio de esportes      | <input type="checkbox"/> Campo de futebol suíço    |
| <input type="checkbox"/> Salão de dança                      | <input type="checkbox"/> Sala de jogos de mesa    | <input type="checkbox"/> Cancha de bolão           |

Outros: \_\_\_\_\_

### 3 - Representações sociais do lazer.

#### a) O que é lazer?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### b) Qual a função social do lazer?

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Necessário para o desenvolvimento social | <input type="checkbox"/> Contribui para o uso de drogas              |
| <input type="checkbox"/> Não há necessidade                       | <input type="checkbox"/> No passado era melhor                       |
| <input type="checkbox"/> Incentiva a vagabundagem                 | <input type="checkbox"/> Hoje é perigoso praticar (violência urbana) |
| <input type="checkbox"/> Aumenta a violência                      | <input type="checkbox"/> falta espaço público                        |

Outros: \_\_\_\_\_

#### c) Como acontece o processo de implantação de novos equipamentos de lazer?

- A diretoria escolhe e aprova em reunião interna
- É decisão de assembléia com todos os associados
- O presidente decide o que pensa ser melhor para a instituição

Outros: \_\_\_\_\_

#### e) Qual é a maior necessidade de espaço público de lazer no bairro?

R: \_\_\_\_\_

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)